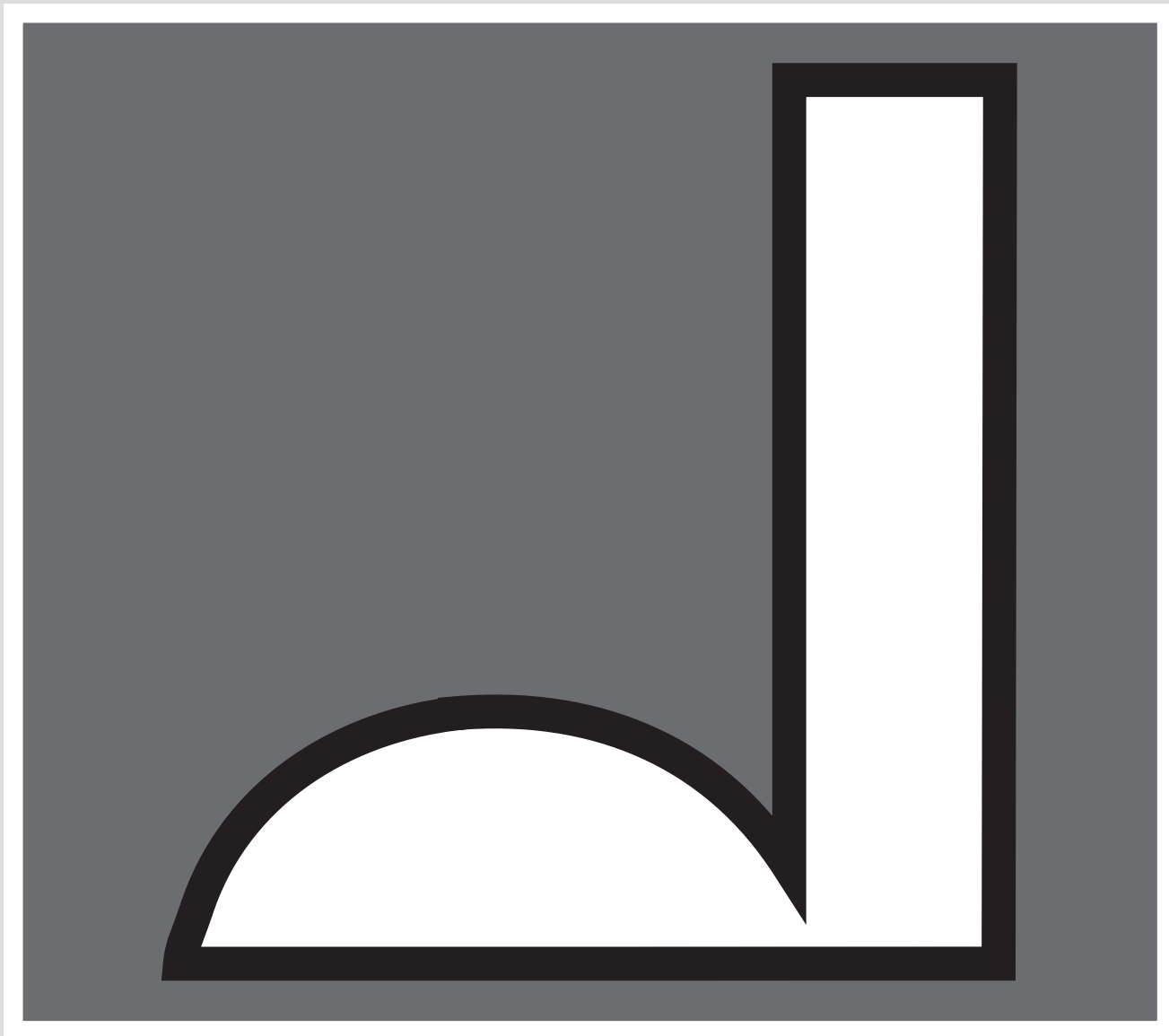




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 142 - SEXTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) –19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT– 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP - 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres –PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 24-8-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 154ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.633, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005 (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001..... 30414

Nº 1.634, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988..... 30415

Nº 1.635, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002..... 30417

Nº 1.636, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002..... 30418

Nº 1.637, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002..... 30418

Nº 1.638, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002..... 30419

Nº 1.639, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00, do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul..... 30421

Nº 1.640, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003..... 30423

Nº 1.641, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002..... 30424

Nº 1.642, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP..... 30425

Nº 1.643, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Ha-nói, em 24 de outubro de 2003..... 30427

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 984, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores senadores, solicitando que seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se dia 7 de dezembro do corrente ano, a Hora do Expediente da sessão ordinária do Senado Federal, já aprovada pelo Plenário, nos termos do Requerimento nº 140, de 2005, destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain..... 30428

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal. 30428

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação..... 30429

Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o inciso VII do art. 94 da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima..... 30431

Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de internet..... 30433

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária..... 30435

1.2.4 – Ofício

Nº 1.508/2005, de 25 de julho último, da Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Agravo de Instrumento nº 2004.002.16151 nos autos da Ação Popular nº 2000.00134.370, onde se discute a exibição de provas que representam invasão de escrita e de documentação contábil da parte adversa..... 30439

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003 (nº 5.101/2001, na Casa de origem), que acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas, tendo em vista o término do prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso regimental..... 30439

Recebimento do Aviso nº 30, de 2005 (nº 6.537/2005, na origem), de 31 de agosto último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 2º trimestre de 2005..... 30439

Recebimento do Aviso nº 31, de 2005 (nº 336/2005, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, por novos títulos Globais, autorizado nos termos da Resolução nº 20, de 2004... 30439

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Repercussão da edição de 2005 do relatório sobre a Situação Social Mundial das Nações Unidas. 30439

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Preocupação com as recentes notícias veiculadas pela Petrobras com relação ao desestímulo ao uso do gás natural veicular..... 30442

SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre o Grito dos Excluídos, movimento organizado pela Igreja Católica. Resultado do Índice de Desenvolvimento Humano/2005 da ONU, divulgado ontem. Debate sobre a Convenção Quadro a respeito do fumo..... 30445

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de discurso e seu anexo que resume a atuação do Ministério da Previdência Social nos quatro meses em que exerceu o cargo de Ministro de Estado. A questão da inclusão previdenciária, objeto de projeto de lei de sua autoria. 30447

SENADOR TIÃO VIANA – Registro da visita do Presidente Lula, hoje, ao Peru, onde irá assinar a ordem de serviço para o asfaltamento de mais uma parte da chamada Rodovia Bioceânica..... 30473

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexões sobre o pronunciamento feito ontem pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 30474

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários ao discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia da Independência do Brasil. Considerações sobre a situação do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. 30476

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários e transcrição de matéria divulgada no *site* UOL, intitulada “Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%”. Considerações sobre os trabalhos das CPMI. 30478

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o discurso do Presidente Lula no dia de ontem e preocupação com a “solidão” atribuída pela imprensa ao Presidente, durante o desfile de 7 de setembro. 30481

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre a exclusão social e o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. O Orçamento da União e a atuação do Congresso Nacional. 30483

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Pesar pelo falecimento do Sr. Rosental Ramos da Silva. Indignação com o aumento das taxas de embarque nos aeroportos brasileiros. Homenagem a Nazareth Teixeira da Costa. 30485

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 985, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005. 30487

Nº 986, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Fernando Castelhão Pereira, ocorrido no dia 27 de agosto passado, na cidade do Recife – PE. 30487

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Execução do Orçamento da União. Registro do artigo intitulado “Os cacos floridos do vaso quebrado”, de autoria do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição do dia 28 de agosto último. 30487

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Registro da entrevista concedida pelo ex-Deputado Milton Temer ao jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada “Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado”. 30490

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro da matéria intitulada “Frei Betto: direção atolou pé na lama”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 25 de agosto último. 30491

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “Nem prioridades são cumpridas”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição do dia 30 de junho último. 30492

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da última entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal **Folha de S. Paulo**, edição do dia 28 de agosto. 30494

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 154ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Rodolpho Tourinho

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.633, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005, (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

Relator **ad hoc**: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países, firmado em Brasília, 21 de agosto de 2001.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 21 de maio de 2002, por intermédio da Mensagem nº 393, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa e, subseqüentemente remetido ao Senado Federal.

Nesta Casa, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, no qual é destacado que o Acordo bilateral constitui mais um passo no sentido de aproximar o Instituto Rio Branco, instituição reconhecida em todo o mundo por sua excelência na formação de diplomatas, de suas congêneres, a fim de transmitir conhecimentos adquiridos nos seus quase cinquenta e sete anos de existência e de, supõe-se, renovar tradições e concepções.

O Acordo, versado em dez artigos, dispõe sobre o intercâmbio de informação a respeito dos programas de estudo, cursos, seminários e outras atividades acadêmicas promovidas pelo Instituto Rio Branco, brasileiro, e pela Academia Diplomática do Panamá. Discorre, ainda, sobre a facilitação de intercâmbio de professores, conferencistas, peritos e pesquisadores nas áreas de interesse mútuo, a fim de que dissertem sobre sua especialidade. Impõe como meta a organização de cursos e seminários que se realizarão alternadamente em Brasília e no Panamá. Trata, ainda, da facilitação do intercâmbio de publicações e da busca de sistema efetivo de comunicação e cooperação entre as respectivas bibliotecas e centros de documentação; do intercâmbio de informações e a coordenação da participação das sobreditas instituições em reuniões de organizações regionais e mundiais que agrupam as academias e institutos de formação de diplomatas e as instituições universitárias vinculadas às relações internacionais; e da realização de reuniões periódicas entre as autoridades de ambas as instituições, em Brasília ou no Panamá.

II – Análise

É salutar que os países latino-americanos e em desenvolvimento auxiliem-se mutuamente na busca do apuramento de suas capacidades diplomáticas, as quais poderão atenuar os efeitos da disparidade de poder relativo desses países em relação àqueles econômica ou militarmente mais fortes em fóruns internacionais nos quais seus interesses vitais sejam postos em questão. Os países em desenvolvimento densificam e qualificam, assim, sua experiência na

lida dos contenciosos diplomáticos e comerciais e, por meio do intercâmbio constante de informações, auxiliam seus pares a otimizar seus esforços.

O multilateralismo confere aos países de menor poder relativo a possibilidade de se valerem de margens de manobra, ainda que estreitas, nas quais a capacidade de persuasão – traduzida no poder institucional, ideológico ou cultural – o denominado **soft power**, segundo o teórico norte-americano Joseph Nye, exerce uma influência considerável. O componente ideológico ou cultural tem relevância insuspeita: o comportamento reiterado de um país ou de um grupo de países os credencia ou deixa de credenciá-los perante a opinião pública internacional em relação a determinados assuntos. Emblemática foi a participação do Canadá, país extremamente pacifista, na aprovação da Convenção Internacional sobre a Proibição da Utilização, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Anti-Pessoal e sobre a sua Destruição. Igualmente digno de nota foi a participação do Brasil na últimação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

A Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, o Protocolo de Quioto, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e os resultados dos painéis da Organização Mundial do Comércio a favor de países em desenvolvimento provam que o Direito Internacional não é mera tradução da realidade de poder e que sempre há espaço para o avanço de interesses coletivos, em que pese os muitos reveses por que passam esses regimes internacionais.

Profissionais cada vez mais capazes de forjar entendimentos e compromissos na arena diplomática são cada vez mais importantes, não apenas para o avanço dos interesses dos países que representam, mas na superação do atual momento de tensão sobre os destinos das instituições internacionais, razão da crise de credibilidade reforçada pelo contínuo desrespeito por parte das potências ao regime do uso da força nas relações internacionais, do qual a agressão norte-americana ao Iraque é o exemplo mais próximo e eloquente.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo em análise.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Heráclito Fortes** – **Flexa Ribeiro**, Relator *ad hoc* – **Romeu Tuma** – **Mão Santa** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.634, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados) que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (PDC nº 2.410, de 2002, na origem), que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional os textos dos atos internacionais acima referido.

Os diplomas legais em apreço foram aprovados pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão

de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 134, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00030/MRE, de 24 de janeiro de 2002, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“A resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o combate ao terrorismo internacional, adotada em 28 de setembro de 2001, insta os Estados a ratificar as doze convenções e protocolos legais sobre o assunto ou a aderir a eles. (...)

A Convenção para a Supressão de Atos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental foram elaborados no âmbito da Conferência Marítima Internacional, em Roma, em março de 1988. O Brasil assinou ambos os documentos no dia em que foram adotados, 10 de março de 1988.”

A Exposição de Motivos ressalta a importância dos dois instrumentos para inserir o Brasil em regimes internacionais de controle e combate ao terrorismo. Registra que ambos já estão em vigor, contando com 60 e 55 ratificações (2002), respectivamente, inclusive de países como os Estados Unidos da América e os integrantes da União Européia.

II – Análise

Sem dúvida, um dos grandes problemas que afrontam a Sociedade Internacional no século XXI é o terrorismo, o qual assume facetas cada vez mais diversificadas e já alcançou todos os continentes. Nesse sentido, os povos do mundo têm-se unido para combater essa grave ameaça e acordos internacionais são celebrados, uma vez que a cooperação se faz necessária diante de um problema que ultrapassa as fronteiras dos Estados nacionais.

O Brasil não está alheio ao combate ao terrorismo internacional. De fato, é princípio constitucional para as relações internacionais do Brasil, na forma do art. 40 de nossa Carta Magna, o repúdio ao terrorismo. Assim, o País tem buscado vincular-se à totalidade dos instrumentos internacionais sobre a matéria, tendo participado em processos decisórios sobre o tema em distintos organismos internacionais, entre os quais a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

Ressalte-se que os instrumentos em apreço tem por objetivo desenvolver a cooperação internacional entre os Estados com vistas à adoção de medidas eficientes e práticas para a prevenção de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima e para o julgamento e punição de seus perpetradores. Em 2005, mais de uma centena de Estados já aderiu a esses tratados. Na América do Sul, apenas quatro países deles não são parte, inclusive o Brasil.

Trata-se, a toda evidencia, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País, em especial no que concerne à garantia de participação brasileira nos regimes de segurança internacionais que envolvem o combate às chamadas “novas ameaças”, bem como para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005.

Sala da Comissão 1ª de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Aelton Freitas** – **José Jorge** – **Valdir Raupp** – **Pedro Simon** – **Mão Santa** – **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Péres** – **Wellington Salgado** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Suplicy** – **Sérgio Zambiasi** – **Alvaro Dias** – **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 1.635, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301, de 2003, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002”.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e

Narcotráfico. Foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída a esse órgão colegiado.

II – Análise

Informa a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministério das Relações Exteriores, que o referido diploma internacional tem por objetivo promover a cooperação bilateral nos seguintes aspectos: trabalhos de pesquisa científica e de estudos experimentais com a finalidade de produção de material de emprego militar e produção, aquisição, suprimento material e apoio técnico no tocante a armamento e material de emprego militar em geral.

O documento prossegue, expondo o seguinte:

O Memorando em questão constitui o primeiro instrumento bilateral Brasil-Rússia no campo da defesa e simboliza o interesse compartilhado por ambos os lados em um maior conhecimento mútuo nessa área, pavi-

mentando o caminho para o estabelecimento de laços mais consistentes de cooperação técnico-militar.

Cabe registrar que o ato internacional em apreço faz menção, em seu preâmbulo, não apenas a conceitos vinculados às relações internacionais, como a manutenção da paz e a segurança internacional, como também confere especial destaque à consolidação da democracia nos Estados-Partes como condição para o desenvolvimento e a intensificação da cooperação entre os mesmos.

O Memorando de Entendimento especifica as áreas e os objetivos da cooperação, já mencionados supra, e determina a realização de encontros periódicos entre representantes das Partes com o objetivo de determinar as direções concretas da cooperação e de trocar experiências sobre emprego de armamento e de material militar.

O ato internacional em exame faz referência, também, a necessária proteção de informações sigilosas às quais as Partes venham a ter acesso em virtude da execução do mesmo, determinando que as formas de proteção dessas informações serão determinadas em acordo separado. Tais disposições manter-se-ão em vigor, independentemente da cessação da vigência do Memorando.

É estipulado que os eventuais litígios referentes à interpretação ou à aplicação do ato internacional em tela serão solucionados mediante consultas a serem realizadas entre as Partes.

Afigura-se oportuna a cooperação bilateral do Brasil com a Federação Russa no campo militar, não apenas por estreitar as relações entre os dois países, como também por possibilitar ao Brasil o desenvolvimento de novos produtos e modernas tecnologias de interesse da defesa nacional.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Aelton Freitas** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 1.636, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

A presente Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (PDC nº 987, de 2003, na origem), que “aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.”

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O instrumento internacional em análise foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2005, tendo sido naquela Casa, primeiramente encaminhado à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para relatório preliminar, nos termos do inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional. Subseqüentemente, foi avaliado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim, em exposição de motivos para encaminhamento ao Congresso Nacional, afirma que o Acordo em análise, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, insere-se no contexto dos esforços que vêm sendo envidados no sentido de constituir um efetivo espaço integrado na região.

Nos termos do Acordo em apreço, o nacional de um Estado-Parte do Mercosul, Bolívia e Chile, que se encontre no território de outro Estado-Parte poderá obter residência neste último, com propósito migratório, sem necessidade de regressar a seu país de origem. Esse benefício independerá da categoria de ingresso do peticionante e do critério de enquadramento de sua condição migratória.

II – Análise

A formação do mercado comum depende, para sua plena realização, do livre trânsito de pessoas entre os países partícipes da integração e de países associados. Nesse espírito, muitos atos internacionais foram concretizados no processo de integração do Cone Sul, a exemplo da Decisão nº 12/91, do Conselho do Mercado Comum, que, além de estabelecer canais diferenciados para a atenção exclusiva de passageiros nativos, naturalizados e residentes permanentes nacionais dos Estados Partes, solicita ao Grupo Mercado Comum acelerar o exame e implementação de medidas que facilitem o trânsito destas pessoas.

Ao dispensar o deslocamento do imigrante a seu País de origem, para propósito de renovar visto, trocar de categoria de visto ou para qualquer outro trâmite migratório, o Acordo em discussão evita dispêndios e desgastes emocionais.

Tais facilidades, importa sublinhar, não afetam a política migratória do Estado Parte de conceder residência temporária ou permanente, tampouco tendo incidência sobre assuntos distintos da imigração, como regularização de bens e valores ingressos em território do Estado Parte.

Conforme o exposto, o Acordo em apreço merece todos os elogios, pois facilita a integração humana, correlata à econômica, entre os Estados Partes, consolidando um dos objetivos primordiais do processo de consolidação do Mercosul e de sua relação com Chile e Bolívia.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (PDC nº 987, de 2003, na origem).

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Jefferson Peres** – **Romeu Tuma** – **Serys Slhessarenko** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Marco Maciel** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.637, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da

Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **João Batista Motta**
Relator **ad hoc**: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 96, de 25 de março de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Redação.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 26 de março de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 7 de julho de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 21 de julho subsequente.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de julho de 2005 e, na Comissão, ao Relator signatário no dia 4 de agosto seguinte, após o prazo regimental, sem recebimento de emendas.

II – Análise

O Congresso Nacional depara-se com mais um instrumento jurídico de avanço e aperfeiçoamento das instituições do Mercosul. Cuida-se agora de um importante protocolo regional que estabelece as regras comunitárias no campo da educação e da formação de profissionais de recursos humanos em nível de pós-graduação.

A integração do Mercosul, que se pretende um mercado comum com laivos de integração política, e, portanto, muito mais profunda que a união aduaneira imperfeita atualmente em vigor, tem como um de seus pressupostos a livre circulação dos bens e serviços, incluindo a de mão-de-obra e, portanto, do reconhecimento das capacidades individuais de trabalho, incluindo a formação cooperativa dos recursos humanos.

Sendo uma iniciativa de integração bastante peculiar, de outro lado, caracterizada pelo aspecto incrementalista, no qual as medidas têm a dimensão das necessidades e capacidades conjunturais, o Mercosul apresenta aspectos mistos, de área de livre comércio

incompleta com possibilidade de liberdade de circulação de mercado comum.

Torna-se, portanto, necessário o estabelecimento de mais mecanismos integracionistas nas áreas relativas ao componente humano, incluindo, com destaque, a parte educacional e formação de professores.

O Protocolo em análise tem onze artigos, com os objetivos de formação de docentes e pesquisadores, intercâmbio acadêmico, científico e tecnológico e estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação.

Os métodos para o alcance dos objetivos são definidos como o apoio dos Estados-Partes à cooperação entre grupos de pesquisa, consolidação de núcleos avançados de desenvolvimento científico e tecnológico, esforços de adaptação dos programas de pós-graduação com vistas à sua comparabilidade ou equivalência da formação, além da implantação de cursos de especialização em áreas estratégicas e de interesse para o desenvolvimento da Região.

Prevê-se, também, a criação de uma Comissão Temática Regional **ad hoc** de Pós-Graduação, composta por representantes dos países signatários, para estabelecer a programação e o acompanhamento das atividades do Protocolo. Identifica-se também em cada país um órgão encarregado da supervisão e execução das ações. No caso brasileiro, o órgão é a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação.

O Protocolo trata, por fim, de maneira adequada, dos mecanismos financeiros e condições formais para sua implementação.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro**, Relator **ad hoc**.

PARECER Nº 1.638, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado

por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Relator **ad hoc**: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, que aprova o texto do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002”.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 101, de 25 de março de 2003, do Poder Executivo. Na Câmara dos Deputados, foi distribuído, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, ao exame preliminar da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, à luz do disposto no inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, tendo aquele órgão colegiado recomendado a sua aprovação pelas demais Comissões do Congresso Nacional.

Foi distribuído, ainda, às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que opinaram pela aprovação da matéria. O Acordo em tela foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2005.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos, assinada eletronicamente pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Acordo, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados Panes do Mercosul, Bolívia e Chile, estabelece regras comuns para facilitar a obtenção de residência legal no território dos Estados-Partes.

Segundo o artigo 4º do referido instrumento, os nacionais de uma das Partes, que desejem estabelecer-se no território de outra Parte, poderão obter, junto às autoridades competentes do Estado Parte receptor, residência legal mediante a comprovação da nacionalidade e apresentação de certidão negativa de antecedentes judiciais, penais ou policiais no país de origem ou em que houver residido o peticionante nos cinco anos anteriores ao pedido de residência.

A residência será concedida inicialmente por um período de dois anos, podendo ser transformada

em permanente, a pedido do interessado, antes do final desse período. Para tanto, o peticionante deverá comprovar que satisfaz, entre outras condições, a inexistência de antecedentes judiciais, penais e criminais no país de recepção e que possui meios lícitos de subsistência.

No artigo 9 estão elencados os direitos outorgados, à luz do presente instrumento, aos imigrantes e membros de suas famílias. São eles: **a)** igualdade de direitos civis, que garante aos imigrantes que houverem obtido o direito de residência o gozo dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas dos nacionais do país de recepção; **b)** direito de reunião familiar, pelo qual será concedida aos membros da família que não tenham a nacionalidade de um dos Estados-Partes, uma autorização de residência de idêntica vigência à da pessoa da qual dependam, desde que apresentem a documentação exigida e não possuam impedimentos, à luz do disposto no ato internacional em apreço; **c)** direito à igualdade de tratamento com os nacionais, isto é, os imigrantes gozarão, no território das Partes, de tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção; **d)** compromisso em matéria previdenciária, pendente de negociação entre as Partes; **e)** direito de transferir recursos ao país de origem; **f)** direitos dos filhos dos imigrantes que houverem nascido no território de uma das Partes, a ter um nome e uma nacionalidade e ao acesso à educação em igualdade de condições com os nacionais do país receptor.

O Artigo 10 dispõe que as Partes estabelecerão mecanismos de cooperação permanentes tendentes a impedir o emprego ilegal dos imigrantes no território da outra, que serão instrumentalizados mediante adoção de medidas como, entre outras, sanções efetivas às pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais.

II – Análise

O Acordo em exame representa decisivo passo para a consolidação do Mercosul, uma vez que o Tratado de Assunção, em seu Artigo Iº, prevê a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os quatro estados partes. Tratando-se a Bolívia e o Chile de Estados Associados ao mencionado bloco econômico, aos nacionais destes dois países é estendido o direito de residência no território dos demais países membros. Ressalta a Exposição de Motivos encaminhada pelo Itamaraty que o ato internacional em tela foi negociado na mesma ocasião em que foi pactuado acordo semelhante entre os chamados “membros plenos” do Mercosul.

Trata-se, portanto, de importante avanço rumo à implementação de política de livre circulação de pessoas no espaço econômico integrado, passo imprescindível à conformação do mercado comum.

Importa ressaltar, porém, que, tendo em vista que os dois atos internacionais versam sobre a mesma matéria, e foram encaminhados simultaneamente ao Congresso Nacional, por meio das Mensagens nº 100 e nº 101, ambas datadas de 25 de março de 2003, causa estranheza que no Congresso tenham tramitado em separado. Cabe registrar também que enquanto o Acordo sobre Residência para Nacionais do MERCOSUL foi aprovado pelo Senado Federal em 20 de maio de 2004, e transformado em norma jurídica em 26 de maio de 2004, o Acordo que outorga os mesmos direitos aos nacionais de Bolívia e Chile, Estados Associados ao Mercosul, ainda se encontra em tramitação no Senado Federal. Tal situação acarreta um descompasso entre os direitos de que desfrutam os nacionais dos países membros do MERCOSUL e os conferidos aos nacionais de seus membros Associados, o que provoca insegurança jurídica no Bloco.

Registre-se que o diploma internacional em apreço vem solucionar a situação migratória de nacionais dos Estados Partes na região, ao mesmo tempo em que facilita o combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho ilegal dos imigrantes, por meio de medidas previstas para esse fim. Entre essas, figuram mecanismos de cooperação entre os organismos de inspeção migratória e trabalhista dos Estados Partes, para a detecção e sanção, estabelecidas de acordo com a legislação local, para pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais ou promovam movimentos ilegais ou clandestinos de trabalhadores imigrantes, cujo objetivo seja o ingresso, a permanência e o trabalho em condições abusivas, destas pessoas ou de seus familiares.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, que aprova o texto do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002”.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Marcelo Crivella**
– **Marco Maciel** – **Roberto Saturnino** – **Flexa Ribeiro**
– **Eduardo Azeredo** – **Aelton Freitas** – **Pedro Simon**,
Relator *ad hoc* – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Wellington Salgado de Oliveira**.

PARECER Nº 1.639, DE 2005

Da Comissão de Relações Internacionais e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos deputados), que prova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/2000 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociados ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

Relator: Senador **Gerson Camata**

Relator *ad hoc*: Senador **Wellinton Salgado**

I – Relatório

As Decisões do Conselho do Mercosul em epígrafe foram encaminhadas à Câmara dos Deputados em 19 de abril de 2004, por meio da Mensagem do Poder Executivo nº 218, de 2001 foram submetidas às Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Economia, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Redação, tendo sido aprovada em todas elas. O trâmite naquela Casa Parlamentar findou em 21 de abril de 2004, seguido pelo envio dos textos ao Senado Federal. Nesta Casa, os textos foram submetidos à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 26 de junho de 2005 e, após o encerramento do prazo regimental para apresentação de emendas, sem que nenhuma tenha sido sugerida, foram encaminhados para parecer do Relator.

Os textos foram acompanhados pelo Aviso nº 223 da Casa Civil, pelo Parecer CJ/CGDI/nº 48/2000 da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e pela Exposição de Motivos do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

O Parecer da Consultoria Jurídica do Itamaraty versa sobre o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercado Comum do Sul, o qual, inspirado na metodologia da Organização Mundial do

Comércio, deu origem ao sistema de listas de compromissos específicos para liberalização comercial do setor de serviços no Mercosul, objeto das Listas em análise. O Parecer destaca que os objetivos deste sistema são o de firmar uma metodologia de liberalização contínua e dar início ao trabalho de negociações para a liberalização nos casos concretos que se apresentarem.

Informa, ainda, o Parecer que no Protocolo sobre Serviços do Mercosul e, por consequência, nas Listas de Compromissos, a mecânica de desregulamentação e de abertura de mercados seguem, com clareza, precisão, ordem lógica e coerência, o sistema do regime multilateral de comércio, incorporando institutos que lhe são típicos: a reciprocidade, a aplicação da Cláusula de Nação Mais Favorecida, o critério de Acesso a Mercados e o critério de Tratamento Nacional. Esses institutos conjugados garantiriam.

(...) a abertura recíproca e gradativa dos mercados internos, tendo como base não o mero número de setores que se desregulam, mas, principalmente, o potencial comercial a ser mutuamente oferecido a cada Parte Contratante ao longo das etapas de desregulamentação na balança de pagamentos de cada Parte Contratante (...)

A reciprocidade, sopesada pelos demais institutos, é mais acentuada nos Compromissos Adicionais, nos quais são garantidos a cada Parte Contratante a negociação de compromissos específicos que não os negociados entre os membros permanentes do Mercosul, em setores pré-definidos pelo Protocolo. Os Compromissos Adicionais não são objetos das listas ora em estudo pela Casa.

Para o bom entendimento das listas, valemo-nos da explicação fornecida pela Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores:

A primeira coluna corresponde à lista “positiva” dos setores nos quais os países assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam, no formato de lista “negativa”, as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em função dos quatro “modos de prestação” pelos quais os serviços são transacionados internacionalmente – modo 1: prestação transfronteiriça; modo 2: consumo no exterior; modo 3: presença comercial; e modo 4: movimento temporário de pessoas físicas prestadoras de serviços. As limitações são descritas de maneira sucinta. A quarta coluna lista “compromissos adicionais”, em

geral de natureza regulatória, que os países se dispõem a assumir.

A Lista de Compromissos Iniciais do Brasil está dividida em duas partes, a primeira com os compromissos “horizontais” (aplicáveis a todos os setores de serviços), a segunda referente a engajamentos em setores específicos. Nos setores em que há compromissos de abertura – serviços profissionais, comunicações, construção e engenharia, distribuição, serviços financeiros, turismo e viagens, transportes –, o documento detalha, segundo a metodologia descrita acima, as limitações impostas ao acesso a mercados e ao tratamento nacional, e indica os eventuais compromissos adicionais assumidos. A essa Lista Inicial soma-se uma segunda Lista (também dividida em compromissos “horizontais” e “setoriais”), que reflete negociações realizadas entre 1998 e 1999, no quadro da Primeira Rodada Negociadora do Programa de Liberalização em Serviços, cujos resultados foram aprovados pelo Conselho do Mercado Comum na Decisão nº 1/2000, de julho de 2000. A nova Lista brasileira substitui e amplia os compromissos constantes da Lista Inicial em matéria de telecomunicações, de modo a incorporar o novo marco regulatório setorial instituído com a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) e de sua legislação complementar.

As Listas que ora o Senado Federal é chamado a analisar foram negociadas sob a égide do Grupo Interministerial de Serviços (GIS), coordenado pelo Itamaraty e integrado pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério dos Transportes, pelo Ministério das Comunicações, pelo Banco Central e por diversos Conselhos Profissionais.

II – Análise

As Listas dão cumprimento às obrigações brasileiras no que concerne à obediência e observância do Protocolo de Montevideu em Matéria de Serviços do Mercado Comum do Sul, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 335, de 24 de julho de 2003, mas ainda não promulgado pelo Poder Executivo, por motivos que desconhecemos. Pelo o que, acreditamos ser absolutamente oportuna e conveniente a finalização da análise congressual da matéria.

Destacamos, no entanto, que o longo período decorrido entre a última das Listas pelo Grupo Intermistrial de Serviços, em 2001, e a submissão delas a esta Casa Revisora pode ter comprometido a estimativa de impacto comercial desses compromissos, supondo a eventualidade de ter havido mudanças significativas de cenário econômico e comercial do País.

A oportunidade faz destacar a necessidade de que acordos internacionais dessa natureza, mormente aqueles que disciplinam o funcionamento do Mercado Comum do Sul, tramitam com celeridade nas Casas Legislativas, bem como de esclarecimentos mais minudentes pelas partes envolvidas em sua negociação dos aspectos técnicos, comerciais e estratégicos levados em conta para a última do texto, com vistas a que o Congresso Nacional, mais do que instância chanceladora dos compromissos internacionalmente assumidos pelo Executivo, passe a efetivamente fiscalizá-los.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 358.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira**, Relator *ad hoc*.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....
DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 24-7-2003

Aprova o Ato que Renova a Permissão Outorgada ao Sistema Regional de Radiodifusão Ltda., para Explorar Serviço de Radiodifusão sonora em frequência Modulada na Cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.
.....

PARECER Nº 1.640, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, 30 de julho de 2003.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, 30 de julho de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 22 de outubro de 2003, por meio da Mensagem nº 561, de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria em tela foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovado pelo Plenário daquela Casa 7 de julho de 2005.

II – Análise

Segundo esclarece a Exposição de Motivos nº 294, de 22 de setembro de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o texto do tratado, ao facilitar o fluxo de nacionais brasileiros e guianenses entre os territórios dos dois países, o Acordo traduz o interesse dos Estados Partes em incrementar os vínculos bilaterais, particularmente no tocante às atividades ligadas ao turismo. Ademais, destaca que a Guiana é o único país do continente sul-americano para o qual o Brasil ainda exige visto para portadores de passaporte comum que viajam para fins de turismo.

Os artigos 1 e 2 dispõem que os nacionais da Guiana e do Brasil, portadores de passaportes nacionais comuns válidos, estarão isentos de vistos para entrar, transitar e permanecer no território da outra Parte Contratante para fins de turismo pelo prazo de até noventa dias, renovável desde que o período total de estada não exceda a 180 (cento e oitenta) dias.

Ressalta o artigo 3 que a entrada, travessia em trânsito e saída devem ser feitas pelos pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, como é de praxe.

Além de disposições sobre procedimentos consulares e troca de informações sobre modelos de passaportes, entre outras informações pertinentes, o Acordo em tela alerta para o respeito às leis e regulamentos do país receptor pelos cidadãos de ambas as Partes (artigo 4) e para o fato de o visto ser mera expectativa de direito (artigo 6).

Ademais, o Acordo poderá ser suspenso unilateralmente, no todo ou em parte, por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, o que será comunicado antecipadamente à outra Parte (artigo 7).

São inequívocos os benefícios às relações bilaterais trazidos pelo ato internacional em apreço, particularmente em momento em que a política externa brasileira prioriza as suas relações com os demais países do continente sul-americano, tendo sido um dos entusiastas idealizadores da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, iniciativa levada a cabo em Cusco, em 6 de dezembro de 2004.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, por sua conveniência e oportunidade.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator – **Romeu Tuma** – **Roberto Saturnino** – **Serys Slhessarenko** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Marco Maciel** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

PARECER Nº 1.641, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de – Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (PDC nº 1.300, de 2004, na origem), que “aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.”

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I da Constituição Federal, o Presidente da República o submete à apreciação parlamentar.

Em análise pela Câmara dos Deputados, foi aprovado em 7 de julho de 2005, tendo sido naquela Casa, primeiramente encaminhado à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para relatório preliminar, nos termos do inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional. Posteriormente, foi avaliado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim, em exposição de motivos para encaminhamento ao Congresso Nacional, afirma que o Acordo em apreço, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, insere-se no contexto dos esforços que vêm sendo envidados no sentido de constituir um efetivo espaço integrado na região, conforme previsto no Tratado de Assunção.

Nos termos do Acordo sob análise, o nacional de um Estado Parte do Mercosul que se encontre no território de outro Estado Parte poderá obter residência neste último, com propósito migratório, sem necessidade de regressar a seu país de origem. Esse benefício independe da categoria de ingresso do peticionário e do critério de enquadramento de sua condição migratória.

II – Análise

A formação do mercado comum depende, para sua plena realização, do livre trânsito de pessoas entre os países partícipes da integração. Nesse espírito, muitos atos internacionais foram concretizados no processo de integração do Cone Sul, a exemplo

da Decisão 12/91, do Conselho do Mercado Comum, que, além de estabelecer canais diferenciados para a atenção exclusiva de passageiros nativos, naturalizados e residentes permanentes nacionais dos Estados Partes, solicita ao Grupo Mercado Comum acelerar o exame e implementação de medidas que facilitem o trânsito destas pessoas.

Ao dispensar o deslocamento do imigrante a seu País de origem, para propósito de renovar visto, trocar de categoria de visto ou para qualquer outro trâmite migratório, o Acordo em discussão evita dispêndios e desgastes emocionais.

Tais facilidades, importa sublinhar, não afetam a política migratória do Estado Parte de conceder residência temporária ou permanente, tampouco tendo incidência sobre assuntos distintos da imigração, como regularização de bens e valores ingressos em território do Estado Parte.

Como exposto, o Acordo merece todos os elogios, pois facilita a integração humana, correlata à econômica, entre os Estados Partes, assegurando um dos objetivos primordiais do processo de consolidação do Mercosul.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (PDC nº 1.300, de 2004, na origem).

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marco Maciel** – **Roberto Saturnino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Eduardo Azevedo** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

PARECER Nº 1.642, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na

Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Relator *ad hoc* Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302 de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 97, de 4 de março de 2004, o presente Projeto foi aprovado, previamente, na Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Da exposição de motivos que acompanha o Projeto, formulada pelo Ministério das Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

Sobre o assunto, o Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815/80 e suas alterações – prevê que o prazo de validade para o Visto de turista de cada nacionalidade estrangeira seja fixado pelo Ministério de Relações Exteriores, dentro de critérios de reciprocidade, e possa ser expedido, em caráter seletivo, pelo período de até cinco anos, proporcionando ao portador múltiplas entradas em território brasileiro, com estadas não excedentes a 90 dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de 180 dias por ano.

O Acordo em apreço contempla, pois, a concessão de Vistos de longa duração, na forma que a Lei já admitia, para nacionais das partes signatárias, a saber: os governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, que, vinculados, ao âmbito dos negócios, do esporte, da comunicação social, da pesquisa científica, da produção cultural ou artística,

tencionem viajar ao território de qualquer das partes.

II – Análise

Trata-se de instrumento multilateral, marcadamente fundamentado nos objetivos estabelecidos na Constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – destinados a fomentar e facilitar a circulação de pessoas no espaço de seus Estados partícipes e foi firmado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Versado em 8 artigos, o Acordo em apreço se adequa ao ordenamento jurídico brasileiro, conforme acentua a exposição de motivos supra mencionada, mormente pelo que se tem estatuído na Lei Brasileira do Estrangeiro, o chamado Novo Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815/80, bem como o Decreto 86.715/81, que em seu art. 83, na redação dada pelo Decreto 1.455/95, prevê que a validade do visto temporário, para negócios, observado o princípio da reciprocidade de tratamento, possa se estender a cinco anos, e autorize múltiplas entradas, com estadas no território brasileiro de até 90 dias, prorrogáveis por igual período, totalizando no máximo 180 dias por ano. Tal disposição se enquadra, perfeitamente, no que estipula o Acordo ora examinado.

Estabelece ainda o Acordo a hipótese de suspensão inter-partes, bem como de denúncia de qualquer dos signatários, nos arts. 4º e 5º, respectivamente, salvaguardando aos Estados partícipes a possibilidade de rever seu consentimento.

Vale salientar que o Brasil possui interesses políticos e econômicos claramente definidos em relação aos países da CPLP, sendo o grande fiador da aproximação das nações lusófonas, o que poderá render grandes dividendos à nossa política externa. A presença do Brasil na África, como parceiro cultural, político e econômico, é imperativo histórico e será manifestamente incrementada com a maior presença junto aos países africanos de língua portuguesa. Logo, ao fortalecer a CPLP, estamos atendendo a imperativo de nossa agenda externa, atuando em prol de reiterado compromisso da política externa brasileira.

III – Voto

Por todo o exposto, sendo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302 de 2004, na origem), que aprova o texto

do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Flexa Ribeiro**, Relator *ad hoc* – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **Marcelo Crivella** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Roberto Saturnino** – **Marco Maciel** – **Pedro Simon** – **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

Regulamento: Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

Esta Lei foi republicada pela determinação do Artigo 11, da Lei nº 6.964, de 9-12-1981.

DECRETO Nº 1.455, DE 13 DE ABRIL DE 1995

Dá nova redação ao art. 93 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de imigração.

DECRETO Nº 86.715,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981

Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.

Art. 83. A admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado ou cadastrado.

PARECER Nº 1.643, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Relator: Senador **José Agripino**

Relator *ad hoc*: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 146, de 31 de março de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi distribuído, também, para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Educação e Cultura. A matéria foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 26 de julho de 2005, e, na Comissão, a este Relator, em 4 de agosto seguinte.

II – Análise

Trata-se de acordo genérico entre o Brasil e o Vietnã, cujo objetivo é o de fortalecer e estreitar as relações culturais entre os dois países, por meio do intercâmbio de experiências nos campos das artes plásticas, das artes e da música, a colaboração nas áreas de rádio, cinema e televisão e o incentivo aos contatos entre museus dos dois países. Cria, ademais, mecanismo institucional de acompanhamento dessa cooperação.

O Acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes dos dois países, como as bibliotecas e museus, adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor cultural, assim como regras relativas à prevenção da importação, exportação e transferência ilícita de bens que integram seus respectivos patrimônios culturais (Artigo V) e à facilitação da entrada, permanência e saída do respectivo território dos participantes que intervenham de forma oficial nos projetos culturais (Artigo XII),

negociados caso a caso, que deverão materializar a cooperação.

O Artigo X prevê a criação de Comissão Mista, coordenada pelas respectivas Chancelarias e integrada por representantes dos dois países, que se reunirá, quando necessário, alternadamente no Brasil e no Vietnã, e à qual caberá delimitar as áreas prioritárias para a realização dos projetos, que serão por ela aprovados e acompanhados, e formular recomendações que considere pertinentes às Partes Contratantes.

A Exposição de Motivos nº 27, de 12 de fevereiro de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, ressalta que o ato internacional em apreço visa a "(...) contribuir para o melhor conhecimento recíproco, fortalecer as relações de amizade e incentivar a realização de atividades culturais nos dois países", conforme consta em seu preâmbulo.

Cabe lembrar que o Vietnã foi palco do mais longo conflito militar ocorrido depois da II Guerra Mundial. Com um pequeno intervalo entre os finais dos anos 50 e início dos 60, a guerra durou quase 20 anos. A unificação nacional foi formalizada em 2 de julho de 1976, tendo o país recebido o nome de República Socialista do Vietnã. A região do atual Vietnã foi parte da Indochina, colônia francesa desde o final do século XVIII.

O Brasil vem mostrando acentuado interesse, à luz de suas diretrizes de política externa, em estreitar relações com os países do continente asiático.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a aprovação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Marcelo Crivella** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Roberto Saturnino** – **Marco Maciel** – **Mão Santa**, Relator **Ad Hoc** – **Mozaildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 984, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeremos seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se dia 7 de dezembro do corrente ano, a Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal, já aprovada pelo Plenário, nos termos do Requerimento nº 140, de 2005, destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 2005

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, após a aplicação dos percentuais de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento), a título de reajuste, e de 26,51% (vinte e seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$13,35 (treze reais e trinta e cinco centavos) e o seu valor horário a R\$1,82 (um real e oitenta e dois centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2007, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantido a concessão de aumento adicional.

§ 1º O aumento adicional estipulado no **caput** corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no **caput**, e art. 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo versus equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso, porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Como sair do impasse sem prejudicar os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao aporte

de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

A presente proposição visa dar uma resposta à indagação anterior. Constitui uma política de salário mínimo que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da previdência social. A idéia é manter o vínculo entre previdência e salário mínimo e garantir a este último o reajustamento anual, de forma a preservar, permanentemente, seu valor real. Com isso, fica também garantida a atualização automática dos valores mínimos dos benefícios previdenciários.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes ao dobro da variação real do PIB verificada no ano anterior. Tal política, vale sublinhar, não representa a concessão de aumentos anuais expressivos. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do País.

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2005

Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 29 e 30 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.

§ 2º-A. Não corre o prazo previsto no § 2º enquanto não resolvida, por decisão irrecorrível, em processo judicial ou administrativo, questão relevante para a apreciação do direito de resposta.

..... “ (NR)

“Art. 30.

I – na publicação da resposta ou retificação do ofendido, em número de edições igual àquele em que foi publicada a ofensa, no mesmo jornal ou periódico, na mesma página e local, ocupando a mesma dimensão (centimetragem) e em caracteres tipográficos, em estilo, tamanho e outros elementos de realce, idênticos ao escrito que lhe deu causa;

§ 9º A divulgação da resposta será feita no mesmo dia da semana em que o agravo foi divulgado, se assim o requerer o ofendido.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Para o conforto de todos nós, desde a promulgação da Constituição de 1988, há dezessete anos, o País conquistou a plena liberdade de opinião e de expressão, como direito inviolável do ser humano, que se manifesta, sobretudo, através dos órgãos de imprensa, seja ela escrita, seja de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por outro lado, em seu art. 5º, V, a Constituição, ao ministrar os direitos fundamentais do Estado Democrático, consagra, paralelamente à liberdade de imprensa, o direito de resposta, nos seguintes termos:

“V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;”

Na verdade, liberdade de imprensa e direito de resposta são duas faces de uma mesma moeda, dois

pólos de um mesmo fenômeno que envolve liberdades, direitos, deveres, responsabilidades e obrigações. Um não sobrevive sem o outro.

O direito de resposta dever ser considerado tão necessário à liberdade de imprensa, que seria mesmo intolerável que não existisse, uma vez que a responsabilidade é decorrência natural daquela liberdade, com a qual guarda estreita conexão. Cessando a liberdade de imprensa, cessará inevitavelmente o direito de resposta, pela simples impossibilidade de se responsabilizar o ofensor.

Conclui-se, portanto, que a imprensa tem ampla liberdade para exercer o dever social de informar, enquanto o indivíduo tem o direito à privacidade e à honra, bem como à reparação, material ou moral, dos danos decorrentes da agressão ilícita a esses bens da vida.

Não é fácil, porém, estabelecer o exato equilíbrio entre o direito de dar e de receber informação e o de não ser prejudicado pela divulgação de fatos inverídicos, truncados ou, de algum modo, ofensivos. Por isso mesmo, deve constituir objetivo permanente do legislador a perseguição de uma solução jurídica que, sem sufocar a necessária liberdade de comunicação, assegure ao indivíduo os meios de proteger sua honra e reputação.

A legislação brasileira que trata especificamente do direito de resposta em face da imprensa, talvez, por já contar quase quatro décadas, parece-nos que merece ser aperfeiçoada, no sentido de preservar o cidadão contra notícias que lhes sejam ofensivas e que, afinal, se revelem improcedentes. Trata-se de igualar, qualitativa e quantitativamente, o direito de resposta à liberdade de imprensa.

Nós, políticos, tanto em exercício no Poder Legislativo, como no Executivo, encarnamos as principais vítimas dos equívocos dos meios de comunicação, experimentando agressões ilícitas à nossa imagem que, muitas vezes, não podem ser reparadas, à míngua de disposições legais que, sem dar margem a interpretações restritivas, garantam o pleno restabelecimento da reputação, que é nosso maior patrimônio.

A título de exemplificação, lembramos que, há algumas décadas, determinado jornal de grande circulação no País publicou, por um ano ininterrupto, todos os dias, a caricatura de um político, tachando-o de mentiroso. Qual a extensão do direito de resposta a que faria jus esse homem público, se demonstrasse a fragilidade da difamação? Teria ele idêntico espaço no jornal por 365 dias? Parece-nos que essa seria a solução mais justa para o caso e, por isso mesmo, estamos submetendo ao Congresso Nacional pro-

posta de alteração da legislação referente ao direito de resposta.

Buscamos, com esta iniciativa, prevenir campanhas eventualmente efetuadas por determinados meios de comunicação de massa capazes de denegrir a reputação de um indivíduo, muitas vezes ilicitamente, outorgando a este a plenitude do direito de resposta, pela exata equivalência entre todos os aspectos do agravo e do desagravo.

Não tocamos na liberdade de imprensa; apenas na responsabilidade que tal liberdade acarreta e que lhe deve ser absolutamente simétrica, igualando-as, de modo que a responsabilidade possa efetivamente assegurar a preservação da liberdade de imprensa. Não há liberdade sem responsabilidade.

Destarte, propomos a inclusão, na Lei de Imprensa, de garantias que julgamos ausentes no texto legal e cuja ausência, certamente tem impedido a plena recuperação da imagem de vítimas de comunicações não verdadeiras, exageradas, mutiladas ou errôneas. Acreditamos que a solução para a questão emergirá no momento em que conseguirmos tornar exatamente de 1:1 (um para um) a “proporção” a que se refere o inciso V do art. 5º da Constituição. Enquanto não chegarmos a essa absoluta equivalência, a liberdade de imprensa ou o direito de resposta, um dos dois, prevalecerá, em detrimento do outro e da justiça social.

Umhas poucas alterações bastariam para atingir o objetivo colimado:

a) incluir no do direito de resposta a publicação “na mesma página”, “pelo mesmo número de edições em que publicada a ofensa”, “ocupando a mesma centimetragem” e em caracteres tipográficos idênticos em “estilo, tamanho e outros elementos de realce”;

b) garantir a publicação da resposta “no mesmo dia da semana em que tenha sido publicada a ofensa”, se assim o requerer o ofendido, como já previsto na lei eleitoral; e

c) deslocar o início do prazo de decadência do direito de resposta para a data em que se tornar irrecorrível decisão judicial ou administrativa, nos casos em que esteja sendo discutida questão capaz de influenciar no direito de resposta.

Em face das razões expostas e convencido de que as inovações propostas fortalecerão os direitos e liberdades relativos à manifestação do pensamento e à informação, contamos com o apoio decisivo dos nobres Pares na célere aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou, errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

§ 2º A resposta, ou retificação, deve ser formulada por escrito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão, sob pena de decadência do direito.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I – na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

Art. 31. O pedido de resposta ou retificação deve ser atendido:

I – dentro de 24 horas, pelo jornal, emissora de radiodifusão ou agência de notícias;

II – no primeiro número impresso, no caso de periódico que não seja diário.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2005**Altera o inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94.

VII – ultrapassar dois anos contínuos de afastamento, agregado em virtude de ter sido

empossado em cargo público civil, temporário, não eletivo, inclusive, de administração indireta.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A modificação contida nesta proposição legislativa é antiga e justa reivindicação dos policiais militares dos Estados do Amapá, de Rondônia e de Roraima (ex-Territórios), os quais estão, atualmente, privados de ocuparem outros cargos na administração, sob pena de serem transferidos ex-offício para a reserva, quando o período do afastamento, mesmo não contínuo, ultrapassar dois anos.

Propomos, aqui, a alteração da atual lei, para que, nessas hipóteses, a transferência para a reserva **ex-offício** passe a ocorrer apenas nos casos em que o policial se afaste do cargo por mais de dois anos contínuos, como ocorre, de resto, com os servidores militares de outras Unidades da Federação.

A inovação garantirá aos servidores por ela abrangidos a possibilidade de considerar, mais de uma vez, a oportunidade de assumir outra posição no serviço público, com a tranquilidade de que, durante o razoável período de dois anos, poderá refletir sobre a mudança e sobre a conveniência de permanecer no novo cargo ou retornar à Corporação, onde lhe estará assegurada a continuidade do exercício do cargo de militar da ativa.

Além disso, deve-se considerar o estímulo ao aperfeiçoamento individual que a medida provocará no contingente de policiais. Podendo retornar à Corporação caso que não se adapte ou se desinteresse pelo novo cargo, o militar tenderá a se aprimorar nos estudos visando à preparação para concursos públicos, com a segurança de que a frustração em uma nova função estará sempre amparada com a possibilidade de retorno ao serviço ativo na Milícia.

Por fim, lembramos que a proposta está em perfeita sintonia com a nova visão da administração federal, que tem, progressivamente, franqueado a seus servidores a faculdade de se afastar do serviço ativo para tratar de assuntos particulares por maiores períodos de tempo e com maior número de prorrogações da licença.

A redação original da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, permitia ao servidor estável licença sem remuneração para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, improrrogáveis, e não permitia a concessão de nova

licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

A Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, dilatou o prazo máximo da licença para 3 (três anos) consecutivos e permitiu sua prorrogação uma única vez por igual período, resultando na possibilidade de cada licença estender-se por seis anos consecutivos.

Finalmente, a Medida Provisória nº 1.909-15, de 1999 (hoje, MPV nº 2.225-45, de 2001) instituiu a possibilidade de concessão de licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, prorrogáveis ilimitadamente.

Tendo em vista o justo benefício que esta proposição acarreta aos policiais militares dos ex-Territórios, sem qualquer espécie de encargo ou prejuízo para o Estado, para a sociedade ou para as Corporações Militares, pedimos aos nobres Pares apoio no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005 – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.652, DE 30 DE MAIO DE 1979

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

Art. 94. A transferência para a Reserva Remunerada **ex-officio** verificar-se-á sempre que o Policial-Militar:

I – atingir as seguintes idades-limites:

a) para os Oficiais PM:

Postos	Idades
Coronel PM	59 anos
Tenente-Coronel PM	56 anos
Major PM	52 anos
Capitão PM e Oficiais Subalternos	48 anos

b) para as Praças:

Graduações	Idades
Subtenente PM	56 anos
Primeiro Sargento PM	54 anos
Segundo Sargento PM	52 anos
Terceiro Sargento PM	51 anos
Cabo PM	50 anos
Soldado PM	50 anos

II – completar o Oficial superior oito anos de permanência no último posto previsto na hierarquia do Quadro, desde que, também, conte trinta ou mais anos de serviço;

III – for, quando Oficial, considerado não habilitado para o acesso, em caráter definitivo, no momento em que vier a ser objeto de apreciação para o ingresso em Quadro de Acesso;

IV – ultrapassar dois anos contínuos, ou não, em licença para tratar de interesse particular;

V – ultrapassar dois anos contínuos em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

VI – for empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, e cujas funções sejam de magistério;

VII – ultrapassar dois anos de afastamento, contínuos ou não, agregado em virtude de ter sido empossado em cargo público civil, temporário, não eletivo, inclusive de administração indireta;

VIII – ser diplomado em cargo eletivo, na forma do inciso II, do parágrafo único, do art. 52.

§ 1º A transferência para a Reserva Remunerada processar-se-á à medida que o Policial-Militar for enquadrado em um dos incisos deste artigo.

§ 2º A transferência do Policial-Militar para a Reserva Remunerada, nas condições estabelecidas no inciso VI, será efetivada no posto ou graduação que tinha na ativa, podendo acumular os proventos a que fizer jus na inatividade, com a remuneração do cargo para o qual foi nomeado.

§ 3º A nomeação do Policial-Militar para os cargos públicos, de que tratam os incisos VI e VII, somente poderá ser feita:

I – quando o cargo for de alçada federal, pela autoridade competente, mediante requisição ao Governador do Território Federal;

II – pelo Governador, ou mediante sua autorização, nos demais casos.

§ 4º O Policial-Militar, enquanto permanecer no cargo de que trata o inciso VII deste artigo:

I – tem assegurada a opção entre a remuneração do cargo e a do posto, ou graduação;

II – somente poderá ser promovido por antiguidade;

III – terá o tempo de serviço contado apenas para a promoção de que trata o inciso anterior, e para a transferência para a inatividade.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
(Texto original)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

SEÇÃO VII

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 91. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

§ 3º Não se concederá a licença a servidores nomeados, removidos, redistribuídos ou transferidos, antes de completarem 2 (dois) anos de exercício.

LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 9º, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 24, 31, 35, 36, 37, 38, 44, 46, 47, 53, 58, 61, 62, 67, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 98, 102, 103, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 133, 140, 143, 149, 164, 167, 169, 186, 203, 230 e 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 91. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez por período não superior a esse limite.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior ou de sua prorrogação.”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.909-15,
DE 29 DE JUNHO DE 1999

Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

Art. 2º Os arts. 91, 117 e 119 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 91. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o

trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.” (NR)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005

Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos Municípios desprovidos de provedores de acesso à rede mundial de computadores (*Internet*), às ligações telefônicas interurbanas para estes, efetuadas a partir de terminais fixos, aplicar-se-á a menor tarifa cobrada pela respectiva prestadora de serviços de telecomunicações para ligações locais.

Parágrafo único. Para fins de pesquisa da menor tarifa a que se refere esta Lei, considerar-se-ão todos os planos de serviços, básicos ou alternativos, independentemente das condições e requisitos de participação ou das regras do plano, estendendo-se à referida tarifa quaisquer descontos oferecidos pela operadora.

Art. 2º Nas localidades a que se refere o art. 1º, as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão conferir às ligações destinadas aos provedores de acesso à *Internet* a mesma qualidade dispensada às demais ligações interurbanas.

Art. 3º A infração do disposto nesta Lei sujeita o responsável às penas cominadas no art. 6º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das sanções civis e administrativas aplicáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional tem por escopo básico viabilizar a inclusão digital nas pequenas localidades, onde o acesso à rede mundial de computadores é, ainda, muito oneroso, a ponto de excluir o direito à informação da grande maioria da população.

Acreditamos que o empenho nacional por uma educação de melhor qualidade deve ser suportado por todos, Governo, população e empresas. Recentemente, com a edição da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005 (MP do Bem), o Governo deu o exemplo ao instituir o “Programa de Inclusão digital”,

concedendo isenção tributária para as unidades de processamento digital e respectivos componentes. Com isso, buscou reduzir o preço dos equipamentos de informática, de modo a permitir sua aquisição pelas camadas de menor renda, contribuindo, assim, para a redução da desigualdade social.

Nesta proposta, visamos oferecer aos habitantes das pequenas cidades substancial redução nos custos das ligações telefônicas necessárias ao acesso à *Internet*, propiciando-lhes a interação com o resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros, equiparando-os.

A equalização de tarifas é medida indispensável ao alcance desse objetivo e vem somar-se a outros esforços desenvolvidos no mesmo sentido pelo Estado e pela sociedade, como a utilização de *softwares* livres, a produção de equipamentos mais simples a preços mais baixos, as doações de computadores a escolas e organizações comunitárias, além das isenções e incentivos fiscais.

Deve-se ter em mente que o acesso à informação e o direito à comunicação são bens da vida inalienáveis, compreendidos como novo direito humano fundamental, que deve ser garantido e fomentado pelo Estado. A globalização tornou a inclusão digital imprescindível para a aquisição de conhecimentos, convertendo-se em fator fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do País. E não se pode falar em inclusão digital sem o acesso universal à *Internet*.

Releva, pois, identificar os segmentos da sociedade prioritários para a inclusão digital e suas necessidades específicas. Entre esses, encontram-se, seguramente, os pequenos Municípios, bem como aqueles com mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Por isso mesmo, é necessário buscar soluções para o aumento da capilaridade das redes para as localidades de baixa densidade populacional e de baixo IDH, que são justamente os pequenos Municípios, os quais não são suficientemente atraentes para os provedores de *Internet*.

Fundamental galgar as barreiras tecnológicas impostas a grande parcela de nossa população, muitas vezes impostas pelas operadoras locais de telefonia, e garantir meios de acesso economicamente viáveis a informação e serviços nas áreas não cobertas por formas de conexão tradicionais.

Por fim, frisamos que esta iniciativa, se merecedora de aprovação, surtirá efeito extremamente positivo na vida de nossos estudantes. Para estes, a *Internet* traz um potencial inovador ímpar, pois permite superar as paredes da sala de aula, com a troca de idéias com alunos de outras cidades e países,

possibilita a pesquisa *on-line* em bancos de dados, a assinatura de jornais e revistas eletrônicos e o compartilhamento de experiências em comum. Inaugura um novo ambiente de aprendizagem, que não reside mais apenas na escola, mas se estende aos lares e às empresas.

Pelas razões expostas, pelo alcance social que a proposta nele contida encerra, submetemos este projeto ao exame do Congresso Nacional que, esperamos, renderá seu apoio integral no sentido da célere aprovação, para que possa, o quanto antes, surtir os seus efeitos esperados.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

Art. 6º Constitui crime da mesma natureza:

I – vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço superior ao oficialmente tabelado, ao regime legal de controle;

II – aplicar fórmula de reajustamento de preços ou indexação de contrato proibida, ou diversa daquela que for legalmente estabelecida, ou fixada por autoridade competente;

III – exigir, cobrar ou receber qualquer vantagem ou importância adicional de preço tabelado, congelado, administrado, fixado ou controlado pelo Poder Público, inclusive por meio da adoção ou de aumento de taxa ou outro percentual, incidente sobre qualquer contratação.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 252,
DE 15 DE JUNHO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – RE-PES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.

CAPÍTULO IV

Do Programa de Inclusão Digital

Art. 28. Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda, a varejo, de unidades de processamento digital classificadas no código Nº 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI.

§ 1º A redução de alíquotas de que trata o **caput** alcança as receitas de vendas de unidades de entrada classificadas nos códigos nº 8471.60.52 (teclado) e nº 8471.60.53 (exclusivamente mouse), e a unidade de saída por vídeo classificada no código nº 8471.60.72 (monitor), todos da TIPI, quando vendidas juntamente com a unidade de processamento digital.

§ 2º Os produtos de que trata este artigo devem atender aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.

Art. 29. Nas vendas efetuadas na forma do art. 28 não se aplica a retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2005**Cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta lei, o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
§ 2º A alíquota de contribuição do contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda, será de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, desde que esses segurados optem pela exclusão do di-

reito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, família de baixa renda é a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto, mantendo sua economia pela contribuição de seus membros e cuja renda mensal **per capita** seja de até meio salário mínimo.

§ 4º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de outubro de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta lei.”(NR)

Art. 3º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador que opte por contribuir nos termos do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.”(NR)”

.....
“Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual e o segurado facultativo que optarem por contribuir nos termos do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.”(NR)”

.....
“Art. 25.

§ 1º No caso do segurado contribuinte individual e do segurado facultativo de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, os períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26, são os seguintes:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: dez contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade e aposentadoria especial: cento e quarenta e quatro contribuições mensais;

III – salário-maternidade: oito contribuições mensais.

§ 2º Em caso de parto antecipado, os períodos de carência a que se referem o inciso III do **caput** e o inciso III do § 1º serão reduzidos em número de contribuições equivalentes ao número de meses em que o parto foi antecipado. (NR)”

.....
“Art. 555.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 4º do citado artigo.(NR)”

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Justificação

De acordo com os dados da última Pesquisa Mensal de Emprego – PME/JBGE, referentes a julho de 2005, o mercado informal de trabalho absorve hoje cerca de 35% do número total de ocupados no Brasil. Nesse mercado, estão os empregados sem carteira de trabalho assinada (15,5% dos ocupados) e os trabalhadores por conta-própria (19,2%).

Quadro similar é encontrado no mapeamento dos dados de cobertura e não-cobertura previdenciária referentes ao período 1999-2002, feito pela-Secretaria de Previdência Social, que permite traçar um retrato da população ocupada que não conta com cobertura previdenciária. Isso é, aquela que, além de estar sujeita a uma série de riscos sociais sem a devida cobertura, caso não acumule patrimônio ou fontes alternati-

vas de renda à previdência, dependerá, no futuro, de benefícios assistenciais ou da ajuda de suas famílias para sobreviver.

De acordo com esse mapeamento, a não-cobertura previdenciária é de 38,3% do total de ocupados, de acordo com dados da PNAD de 2002. Ou seja, de cada dez trabalhadores ocupados, cerca de quatro não são contribuintes. Os seis socialmente protegidos, o são tanto porque contribuem para a previdência social quanto por serem segurados especiais ou estatutários/militares, ou ainda por já receberem algum benefício previdenciário.

Não há dúvida que tal patamar de informalidade nas relações trabalhistas e de conseqüente não-cobertura previdenciária tem impacto sobremaneira negativo sobre a base de incidência das contribuições previdenciárias, minando severamente o esforço de redução do déficit previdenciário. Assim, é fundamental traçar políticas efetivas de inclusão social.

Dentre os trabalhadores desprotegidos, ou seja, integrantes do mercado informal de trabalho, 63,2% têm rendimento igual ou superior a um salário mínimo. O restante, 36,8%, ganha menos que um salário mínimo e tende a ter menos condições de realizar contribuições previdenciárias, devendo se tornar, no futuro, público-alvo da assistência social. Já os que recebem pelo menos o salário mínimo, por possuírem alguma capacidade contributiva, devem constituir o foco de políticas governamentais de inclusão previdenciária. Em números, esse contingente representa 16,8 milhões de trabalhadores que podem e devem passar a contribuir para a previdência.

Ao lado desse contingente de trabalhadores, está o de donas-de-casa de baixa renda que, embora trabalhem por toda a vida no âmbito de suas residências, não têm direito a receber qualquer benefício previdenciário, estando totalmente descobertas diante de riscos sociais do tipo invalidez, doença e morte. Essas cidadãs também têm alta probabilidade de vir a constituir, na velhice, demandantes do sistema de assistência social brasileiro. Ou seja, tenderão a se habilitar a receber um salário mínimo mensal (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) sem nunca terem contribuído para o sistema de seguridade, o que não é nada recomendável para o equilíbrio fiscal no longo prazo.

Em vista do exposto, a Emenda Constitucional nº 47, publicada em 6 de julho de 2005 (a chamada “PEC Paralela”), previu a instituição de sistema especial de inclusão previdenciária destinado a abarcar cidadãos de baixa renda, sejam eles trabalhadores informais ou pessoas sem renda própria que trabalham no âmbito das respectivas residências. Para tanto, modificou o §

12 e acrescentou o § 13 ao art. 201 da Constituição Federal nos seguintes termos:

“Art. 201.

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”

O projeto de lei ora apresentado regulamenta os novos dispositivos constitucionais. Institui, assim, o sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores e donas-de-casa de baixa renda. Prevê benefícios de valor igual ao salário mínimo e contribuição mensal equivalente a 11% deste salário. As carências dos benefícios são reduzidas em cerca de 20%. Com isso, correspondem a: 10 contribuições mensais para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; 12 anos de contribuição para aposentadoria por idade e aposentadoria especial; e 8 contribuições mensais para salário-maternidade.

Para se ter idéia das condições de habilitação menos restritivas da proposta, vale compará-las com as vigentes para o trabalhador de baixa renda contribuinte individual ou facultativo da previdência social. Para receber benefícios equivalentes ao salário mínimo, tem que contribuir mensalmente com 20% do valor deste salário. Além disso, tem que se submeter às seguintes carências: 12 meses para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; 15 anos para aposentadoria por idade e especial; 10 meses para salário-maternidade.

Por fim, cabe mencionar que a exclusão do direito à aposentadoria por tempo de serviço, no âmbito do sistema de inclusão previdenciária proposto, apóia-se em argumento eminentemente técnico. O sistema de inclusão tem que ser minimamente contributivo, isso é, tem que proporcionar compatibilização mínima entre fluxo de contribuições e de benefícios (ver art. 201 da Constituição Federal). Também deve levar em consideração, por um lado, a exígua capacidade contributiva do público-alvo e, por outro, os benefícios essenciais que esse público deve estar apto a receber. Afinal, trata-se

de um benefício do sistema previdenciário, não de um benefício inserido no sistema assistencial.

Posto isso, é consenso que o benefício por tempo de contribuição, além de não ser essencial em termos de cobertura de risco social, é um dos benefícios mais caros para a Previdência Social, pois, como ele possibilita uma aposentadoria precoce, tende a ser pago por tempo muito maior do que no caso da aposentadoria por idade.

Em vista das considerações apresentadas, constata-se que a proposição, além de trazer imensos ganhos sociais para os chamados “sem-previdência”, tende a ter impacto positivo na busca do equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Embora o público-alvo do novo sistema de inclusão previdenciária contribua menos e por menos tempo do que a grande maioria dos segurados da previdência social, deixará de ser potencial beneficiário da assistência social, onde os benefícios auferidos não exigem qualquer contrapartida em termos de contribuição prévia.

Em vista do exposto, está claro o ganho social e financeiro da proposição, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”

“Art. 201. A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 2005

“Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

“Art. 5º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;”

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:”

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

- I – revogado;
- II – revogado.

Parágrafo único. Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.”

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

“Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.”

“Art. 9º A Previdência Social compreende:

- I – o Regime Geral de Previdência Social;
- II – O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei específica.

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.”

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:”

“Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais;

III – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta lei.

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.”

“Art. 26. independe de carência a concessão das seguintes prestações:”

“Art. 34. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados:

I – para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;

II – para o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, nos termos do art. 31;

III – para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas.”

.....
“Art. 94. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.”

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 1.508, de 25 de julho último**, da Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Agravo de Instrumento nº 2004.002.16151 nos autos da Ação Popular nº 2000.00134.370, onde se discute a exibição de provas que representam invasão de escrita e de documentação contábil da parte adversa.

O referido expediente foi autuado como **Ofício nº S/42, de 2005**, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003** (nº 5.101/2001, na Casa de origem), que *acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas*.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 30/2005** (nº 6.537/2005, na origem), de 31 de agosto último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 2º trimestre de 2005.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 21, de 2005, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 31, de 2005** (nº 336/2005, na origem), encaminhando o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, por novos títulos Globais, autorizado nos termos da Resolução nº 20, de 2004.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, a edição de 2005 do Relatório sobre a Situação Social Mundial das Nações Unidas – O Problema da Desigualdade, divulgado pela ONU, no mês passado, teve ampla repercussão como era de se esperar, de modo especial em nosso País. Não só por se tratar de assunto que interessa a todas as nações – governos, instituições e pessoas –, mas porque deixa cada vez mais clara a realidade social.

O documento chama a atenção para a desigualdade persistente e, o que é mais grave, em ascensão no mundo todo; focaliza as profundas diferenças entre as economias formais e informais, os ganhos dos trabalhadores qualificados e não-qualificados; dá uma especial atenção às questões relacionadas com saúde, educação e oportunidades nos campos social, econômico e político.

Nos últimos 40 anos, apesar do desenvolvimento tecnológico e econômico, o mundo, surpreso, constata o crescimento das disparidades entre países ricos e pobres; entre as classes mais abastadas e as mais modestas, inclusive dentro do mesmo país. Por exemplo – e o que considero muito grave –, a renda por habitante nos 20 países mais ricos cresceu mais de 180%, enquanto nos 20 mais pobres, o aumento foi de apenas 26%. Essa precária distribuição de renda é

também constatada no Brasil, Sr. Presidente, que dispõe ainda de índices muito pouco compatíveis com seu processo econômico. E o que acontece entre os países se reflete em nível continental, estando a América do Sul, espaço onde se insere o Brasil, entre as regiões que acumularam perdas relativas.

Afirma, a propósito, o Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan:

Ao identificar algumas das questões mais críticas que afetam o desenvolvimento social em nossos dias, o Relatório pode ajudar a orientar medidas decisivas que visem construir um mundo mais seguro e próspero, em que as pessoas possam usufruir os seus direitos humanos e liberdades fundamentais. Vencer o problema da desigualdade é um elemento deste processo.

Creio não haver discrepâncias quanto à relevância da questão social. Podemos até discordar nas formas e alternativas possíveis para superá-la, mas ninguém ousaria negar que esse é o maior obstáculo à plenitude democrática que estamos conquistando.

Não posso deixar de observar, porém, que esse tema é o mais importante da agenda política em todo o mundo, mormente agora após o relatório da ONU, se considerado que o conjunto de requisitos do que se convencionou chamar de plenitude democrática não abrange apenas o desfrute dos direitos e garantias econômicas e sociais, mas também, frise-se, e com igual relevância, a questão dos direitos políticos. Suponho que para se entender a natureza do que chamamos “crise social”, há de se aceitar que ela resulta de “compromissos não cumpridos pela democracia” a que se refere Norberto Bobbio.

Quais são esses compromissos não cumpridos na opinião que, penso hoje, é consensual? A igualdade de oportunidades que, ainda não atingida, gera necessariamente a desigualdade de resultados em todo o espectro social. Pelo menos por mais de três décadas o mundo vem tomando conhecimento de que se os padrões de injustiça das civilizações contemporâneas não forem corrigidos terminarão por inviabilizar a própria existência dos mais de três bilhões de seres humanos que hoje vivem precariamente abaixo da linha de pobreza e sobrevivem dramaticamente aos padrões de miséria e subsistência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o outro lado do relatório exhibe uma grave constatação: 80% da renda mundial estão concentrados com cerca de um bilhão de pessoas – 17% da população mundial –, enquanto 20% da renda estão com os cinco bilhões restantes, isso significando 83% dos habitantes do Globo. Esses

números fazem-me lembrar do Princípio de Pareto, formulado pelo economista italiano Vilfredo Pareto no final do século XIX, segundo o qual a relação 80/20, ou algo próximo, é uma proporção muito freqüente nas relações econômicas e administrativas do cotidiano. Ainda que os atores políticos não devam aceitar o fatalismo estatístico – como não se deve aceitar o fatalismo histórico – os dados do relatório não deveriam ser tão surpreendentes, exceto quanto ao aspecto do aumento das diferenças, em vez de uma alentadora tendência declinante. Sem querer parecer profético, os comentários que faço nesta oportunidade já os fiz em abril de 2001, no XIV Fórum da Liberdade, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais em Porto Alegre.

Na tentativa de popularizar as idéias do desequilíbrio e da assimetria do mundo, o reverendo Padre Theodore Hesburgh criou, há mais de três décadas, em seu ensaio “O imperativo humanitário”, a parábola da nave vagando pelo universo, dotada de quatro compartimentos e quatro tripulantes. Num deles, amontoavam-se três membros da tripulação e os três recintos restantes estavam à disposição de apenas um deles. A questão do espaço se reproduzia em termos de alimentos e disponibilidade dos bens necessários à subsistência. Três quartas partes dos recursos estavam reservadas a apenas um e 25 por cento aos demais tripulantes. Ao fim da viagem, era provável que apenas um sobrevivesse aos riscos comuns.

Essa situação não mudou nos vinte anos seguintes e os informes preparados para a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social, reunida em Copenhague, em 1995, reproduziam exatamente os padrões de referência utilizados pelo ex-Reitor da Universidade de Notre-Dame. Pobreza e desigualdade não são no mundo contemporâneo monopólio dos países mais pobres, nem só do Terceiro Mundo. São mazelas que sobrevivem em países em desenvolvimento e até mesmo em algumas das mais ricas comunidades internacionais. Trata-se, como se vê, de uma preocupação mundial, talvez a mais importante da agenda política.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, agora, 10 anos após a Cúpula de Copenhague, a ONU informa:

Há milhões de pessoas trabalhando que continuam a ser pobres; quase um quarto dos trabalhadores do mundo inteiro não ganha o suficiente para conseguir ultrapassar o limiar de pobreza de um dólar por dia e melhorar a situação da sua família. A grande maioria dos trabalhadores pobres faz parte do setor informal. A evolução dos mercados de trabalho e o aumento da concorrência mundial provocaram uma enorme expansão da economia informal

e a deterioração dos salários, prestações sociais e condições de trabalho, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Se a desigualdade é o fundamento e a causa principal da crise social em qualquer parte do mundo e nós, no Brasil, não somos exceção, em que ela consiste? Referindo-se apenas ao caso brasileiro, é preciso não esquecer que não se pode falar de um padrão diferenciado e, portanto, não tem sentido aludir-se à desigualdade, mas às nossas várias desigualdades. A mais óbvia, a mais conhecida e talvez a menos comentada é, seguramente, a desigualdade étnica. Não apenas aquela que separa os índices dos padrões de renda de desempenho social e os indicadores de proteção social, como escolaridade, expectativa de vida, habitação e acesso aos serviços de água tratada, saneamento e assistência médica, criando um enorme hiato entre negros e brancos, no país que é a maior nação africana fora da África.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço com prazer V. Ex^a, nobre Senador e ex-Ministro Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – O tema que V. Ex^a traz é extremamente importante. Quero apenas fazer um comentário sobre a desigualdade étnica, e aí devemos nos referir claramente à questão do negro no País. Nesse sentido – e aproveito para somar-me a V. Ex^a em suas preocupações –, estaremos realizando, em Salvador, na próxima sexta-feira, uma audiência pública para tratar do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, do qual sou Relator. Entendo que é o momento de pensarmos em tudo que V. Ex^a expõe agora, para tentarmos minorar daqui para frente; quanto ao passado, não se tem o que fazer, apenas a reparação. O tema da desigualdade étnica no País tem que ser tratado com muita clareza, senão poderemos acabar sucumbindo aos preconceitos. De forma que acho muito próprio o que V. Ex^a traz e quero me congratular com V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Rodolpho Tourinho. A propósito da colocação de V. Ex^a, contida em seu substancioso aparte, quero fazer duas observações. A primeira é a de que V. Ex^a representa um dos Estados mais importantes do País e que abriga uma acentuada presença de afrodescendentes, marcando e enriquecendo a nossa diversidade.

A respeito do tema, sempre me valho de Joaquim Nabuco, com quem aprendi, lendo seus livros, seus discursos, os comentários que fez sobre a obra

de seu pai e, mais recentemente, seus diários. Joaquim Nabuco, que tanto lutou pela abolição, sempre dizia que a abolição da escravidão não significou – pelo contrário, até, sob alguns aspectos, agravou – a desigualdade étnica. Enfim, o País ainda convive com problemas que a simples abolição não conseguiu eliminar as suas causas.

Por isso, congratulo-me com a iniciativa de V. Ex^a em promover e participar de um grande simpósio no seu Estado, Salvador, que irá tratar desse assunto.

A outra vertente das chamadas desigualdades – e eu coloco no plural porque acho que a questão das desigualdades no Brasil não pode ser tratada no singular – é a que atinge, de forma ainda mais aguda, porém menos admitida, os descendentes dos silvícolas, a despeito do seu crescimento populacional, dado positivo imemorial de integrá-los à comunidade de cidadãos. Se a esses grupos, numerosos em seu conjunto, juntarem-se as minorias e os novos excluídos representados pelos imigrantes vivendo na ilegalidade, teremos a idéia aproximada, mas ainda não efetiva, nem convenientemente mensurada, do que seria a primeira das nossas desigualdades.

Se essa é a desigualdade, poderíamos dizer vertical, há outra tão grave e não menos excludente e injusta, a de cunho espacial ou geográfico. É a diferença, tão marcante quanto cruel, traduzida numa velha constatação, com muitas vertentes. Ela se materializou, no século XIX, com a constatação de Ferdinand Denis, no seu livro **Resumo da História Literária do Brasil**, de que éramos “um país sem povo”, dividido em apenas duas categorias: a elite altamente capacitada, que liderava o País e usufruía de todos os benefícios do Estado, e os escravos, marginalizados de toda e qualquer proteção jurídica, de direitos sociais e até de representação política. Ela resultou da estrutura social em função do arcabouço econômico, calcado na monocultura e no latifúndio que a Independência, que ontem celebramos, e a Abolição não foram capazes de vencer. Essa desigualdade espacial penaliza exatamente a mais pobre e a que já foi a mais populosa região brasileira, o Nordeste, que responde hoje, indistintamente, por todos os índices de mais baixo desempenho, no conjunto da Federação brasileira. E isso, é bom frisar, a despeito de o Nordeste, em alguns dos últimos anos, ter crescido mais do que o Brasil como um todo, o que serve para dar uma idéia do fosso que o separa da média brasileira e, de forma mais grave, das regiões de maior desenvolvimento.

À desigualdade étnica e espacial ou geográfica é preciso acrescer outra tão imensa e profunda, a que separa, já não mais em termos de desempenho profissional, mas em matéria de renda e em situações

de igualdade, homens e mulheres, aqui e em quase todos os países.

Cotejando-se essas três vertentes de nossas desigualdades, não se torna difícil diagnosticar o perfil dos desafios que teremos de vencer. O principal será o fosso que separa os mais ricos dos mais pobres, isto é, da desigualdade que, refletida em termos econômicos, ainda não traduz as conquistas de aumento da escolaridade, diminuição da mortalidade infantil, erradicação do trabalho penoso de crianças, manutenção da renda e do poder aquisitivo e a diminuição da pobreza, para aludir apenas alguns indicadores mais utilizados. A conclusão inevitável é, lamentavelmente, a de que se torna menos problemático combater a pobreza que superar e vencer a desigualdade.

Se cotejarmos períodos mais longos, mesmo aí conseguimos pequenos, embora insuficientes, avanços. Se os 10% mais ricos ganhavam 28 vezes mais do que os 48% mais pobres, é bom lembrar que essa distância já foi maior.

Sr. Presidente, volto a analisar o relatório das Nações Unidas, enriquecido com a recente publicação, um estudo feito pelo PNUD, que ajuda a compreender as desigualdades no mundo e no Brasil e sintetiza as suas conclusões com diversas recomendações, dentre as quais destaco:

- as assimetrias resultantes da globalização que existem em nível mundial devem ser corrigidas, dando-se mais destaque a uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios de uma economia mundial cada vez mais aberta.

- a democracia e o Estado de direito devem ser promovidos e devem desenvolver-se esforços especiais no sentido de integrar grupos marginalizados na sociedade.

E, finalmente, os dois últimos pontos que eu destacaria dentre as conclusões do documento a que me reporto:

- É necessário melhorar as condições que existem na economia informal através de realização de programas de proteção social e do estabelecimento de melhores enlaces entre economia formal e informal.

- Aumentar as oportunidades de emprego produtivo e digno; os jovens – faça-se uma referência – devem ser um dos alvos das políticas de melhoria social e programas de emprego.

No Brasil, Sr. Presidente, essa guerra não será vencida só pelos governos federal, estaduais e municipais, exigirá a conscientização, a participação e

a mobilização de toda a sociedade, aí incluídas as empresas, os fatores econômicos e todos os agentes sociais. Políticas compensatórias ajudam, sem dúvida. É necessário persistir nesse caminho. É preciso ampliar esse e outros esforços. E acelerar esse processo vai depender de três requisitos: manter a estabilidade econômica, acelerar o desenvolvimento econômico e aprimorar os mecanismos decisórios da política, aumentando a eficiência das instituições do Estado.

É a sociedade, em última análise, quem vai decidir quanto está disposta a pagar para que passemos do estágio atual de diminuição das disparidades para eliminação das desigualdades. Esse, certamente, é um grande desafio, é um novo desafio e a ele ninguém pode deixar, a meu ver, de dar sua contribuição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadora Heloísa Helena, Senador Paulo Paim, Senador Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar da questão do gás natural, mas, desta vez, não direi do meu projeto de lei sobre o assunto, mas trarei uma preocupação nossa com as recentes notícias veiculadas na imprensa nacional sobre o aumento concedido pela Petrobras ao Gás Natural Veicular (GNV).

O problema não é o fato de a Petrobras ter aumentado o preço do gás – acho até que isso seria inevitável –, mas é o que está por trás disso, o que foi dito por trás desse aumento do gás. Acho que o aumento concedido ao gás vai acabar sendo compensado pelo aumento da gasolina, que é inevitável. A Petrobras não pode, no meu entendimento, esperar mais do que 60 dias para aumentar o preço da gasolina em cerca de 5%. Isso é inevitável, a não ser que esteja fazendo política nesse caso para evitar inflação ou não piorar as condições atuais, o sentimento do povo brasileiro em relação ao Governo do Presidente Lula.

Há declarações aqui do próprio Presidente da Petrobras, com a seguinte manchete: “‘Uso de gás natural será desestimulado”. Na matéria, é dito: “A Petrobras deve lançar mão de medidas de desestímulo de uso do gás natural em indústrias, comércios ou veículos, informou ontem o presidente da companhia, José Sér-

gio Gabrielli". Isso já faz uma semana. Diz mais: "Ao detalhar o plano de negócios da estatal para o período 2006-2010, o Executivo informou que as térmicas terão prioridade [nesse ponto, acho que o Executivo tem razão] e admitiu que os preços para outros usos deverão aumentar".

O que está por trás disso e nos preocupa é a questão do desestímulo, que é muito ruim para uma classe tão necessitada, tão grande e tão sofrida como a dos taxistas.

Embora eu reconheça a necessidade de se fazer a reserva para as usinas termelétricas, não creio que esse anunciado desestímulo ao Gás Natural Veicular seja alternativa razoável.

Faço essa afirmação com propriedade, porque já enfrentamos, na Bahia, um racionamento de gás. Para uma demanda industrial de 4,3 milhões m³/dia, a oferta disponível da Bahiagás restringe-se a 3,5 milhões m³/dia, por falta de gás.

Toda essa questão do gás nos preocupa, porque o Gasene foi suspenso, porque hoje não vejo alternativa que não venha pesar sobre o Nordeste, sobre o consumidor do Nordeste, sobre o povo do Nordeste.

Essa questão do GNV, Gás Natural Veicular, merece muita atenção na medida em que suas consequências são muito negativas, repito, para um segmento que é fundamental em todos os médios e grandes centros urbanos, que são os taxistas. Cumpre registrar que os taxistas das principais capitais brasileiras, dentre as quais destaco Salvador, foram os verdadeiros pioneiros, a exemplo do que ocorreu com o álcool, na implementação do uso do Gás Natural Veicular, o que foi muito bem recebido na época pela Petrobras, porque não havia outra saída. Eles foram pioneiros, desenvolveram esse mercado e, de repente, não podem sofrer esse desestímulo oficial. É bom lembrar também o que já passaram na crise do álcool, quando converteram seus carros a álcool ou compraram carro a álcool e, depois, não tiveram o produto porque toda a produção foi desviada pelos usineiros para o açúcar, que tinha preço melhor no mercado. Repito, pior do que o custo maior do Gás Natural Veicular é o desestímulo oficial, o desestímulo governamental.

Atualmente, segundo os dados da Cooperativa Mista dos Taxistas, somente na região metropolitana de Salvador, dos mais de sete mil veículos rodando, 90% utilizam o GNV como combustível. Isso representa uma diferença de preço muito grande. De repente, eles não poderão mais arcar com o desestímulo quando trocarem os carros ou enfrentar um aumento de preço que, na verdade, não é necessário, mas que tem por objetivo desestimulá-los e tornar o gás menos competitivo, forçando, assim, o taxista a não ter mais aquele

diferencial de benefício em relação à gasolina que foi construído ao longo de alguns anos.

A situação deve ser semelhante em várias outras capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, entre outras que possuem frotas de táxi significativas e fundamentais para essas cidades, pois são verdadeiros indutores do desenvolvimento turístico local.

Na Bahia, sempre relacionamos essa questão ao turismo. É inegável a importância de um transporte urbano eficiente para o crescimento do setor de turismo, vocação natural deste País e, sobretudo, da minha região e do meu Estado, a Bahia – não só de Salvador, mas de Porto Seguro, de Ilhéus, do litoral norte, da Chapada Diamantina e de várias outras regiões em que o turismo é muito importante e sensível. No entanto, também são notórias as limitações de muitas cidades com enorme potencial turístico em relação à oferta de transporte, especialmente o transporte coletivo, metrô, ônibus, trens, que têm, no serviço de táxi, talvez a única forma de transportar adequadamente seus turistas.

Quando eu era Secretário da Fazenda no Governo do hoje Senador Antonio Carlos Magalhães, lançamos o programa Protáxi, em 1994, que visava a financiar táxis novos para os taxistas. A frota de Salvador era reconhecidamente ruim, e a idade média dos carros, muito avançada, o que trazia péssimas condições não só de segurança como de conforto aos passageiros.

Esse programa foi gerido pelo então Desenbanco, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, que tinha – e tem – como finalidade a concessão de financiamentos para taxistas, com juros extremamente acessíveis e muito inferiores aos praticados no mercado.

O resultado desse programa, dez ou onze anos depois, é inquestionável. Inclusive, ele foi ampliado. Já foram financiados milhares de veículos, e a frota de táxi de Salvador, repito, famosa antigamente por suas péssimas condições, hoje é uma das melhores e mais modernas do País.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Antes de mais nada, quero dizer que V. Ex^a traz um tema muito atual à nossa consideração. Aliás, V. Ex^a, especialista nesse assunto, foi um bom Ministro das Minas e Energia e conhece bem as vicissitudes por que passamos no Brasil com relação às questões energéticas. V. Ex^a chama a atenção especificamente para a questão do gás e, particularmente, mostra como usar essa fonte no transporte. Ouvindo as palavras de V. Ex^a, estava me lembrando de que, quando fui Governador de Pernambuco, no início da década

de 1980, empreendemos no Estado algo semelhante com relação aos táxis, mas, no caso, usando álcool. Criamos condições, com a Caixa Econômica, para o financiamento da aquisição de veículos a álcool, com juros mais baixos, para que pudéssemos renovar a frota e também explorar melhor esse tipo de combustível. Infelizmente, com o passar do tempo, o chamado Proálcool, não avançou e, naturalmente, a experiência não pôde prosseguir. Mas, de toda maneira, a experiência a que se reporta V. Ex^a é altamente vitoriosa, o que mostra que, no Brasil, neste momento em que a questão energética é muito grave, como é grave no mundo todo, precisamos explorar a nossa biodiversidade, inclusive no campo energético. Nesse ponto, observando as diferentes utilizações que devemos fazer da energia eólica, das marés, da energia solar, da biomassa e das oriundas de fontes fósseis, verificamos que o gás é um bom exemplo. Acredito que precisamos, cada vez mais, ter consciência de que é necessário que o Governo Federal defina melhor as suas prioridades nesse campo, porque fico preocupado, como V. Ex^a tem denunciado, de que mais cedo ou mais tarde tenhamos dificuldades que levem a restrições no nosso processo de desenvolvimento. A energia é o grande combustível de desenvolvimento, e, certamente, se não tivermos energia abundante em condições de propulsar esses novos e importantes projetos que estão previstos para o Brasil e, de modo particular, para o Nordeste, vamos sofrer, mais uma vez, uma interrupção em nosso processo de crescimento, provocando, como é natural, menor oferta de empregos, menor crescimento econômico e menores condições de superar as baixas taxas que ainda temos de crescimento não somente econômico, mas social também. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a pelo discurso que pronuncia nesta tarde.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Entendemos o grave problema que é essa questão energética no Nordeste. O próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico admite que, em 2009, pode haver alguns problemas no Nordeste. Ora, se o próprio Operador Nacional do Sistema afirma isso é porque pode ocorrer algo.

A minha grande preocupação hoje é que não estou vendo saída ou o preço dessa saída para o Nordeste, porque, numa eventual troca das usinas para bicombustíveis, para se trocar gás natural por óleo combustível – isso se não houver nenhum tipo de problema de licença ambiental –, a conta será altíssima. Para se ter uma idéia, transformar 1.000 megawatts de potência de gás natural para óleo combustível custa US\$1 bilhão por ano, que, aliás, é o mesmo valor que

se gastaria para se instalarem essas usinas térmicas com 1.000 megawatts de potência. Então, por aí se vê, e a pergunta que se faz é: quem vai pagar isso? O Nordeste não pode pagar, nem o povo do Nordeste.

É isso que me preocupa muito e me faz trazer esse tema do gás natural veicular, pois uma das soluções adotadas hoje pelo Governo é a seguinte: “Vamos logo desestimular os taxistas”. Eles são a ponta mais fraca da cadeia, o elo mais fraco.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, o seu Estado produz gás natural e até o exporta para a Bahia. Hoje, a Petrobras queima muito mais gás do que aquilo que consomem os taxistas, todos os taxistas do Brasil.

Quando eu era Ministro, fizemos um programa de queima zero. Para não se queimar gás, tem-se de investir. É só fazer investimento para se levar o gás da plataforma até um ponto onde ele possa ser canalizado. Hoje, queimam-se 9 milhões de metros cúbicos de gás por dia, Senador Marco Maciel. Por dia! E o consumo dos taxistas é muito menor que isso.

Então, creio que o que se deve fazer é investir, e não desestimular o taxista, meter a mão no bolso do taxista, não por necessidade de dinheiro, mas como forma de se conter a demanda. Hoje, o número de conversões feitas caiu praticamente pela metade no País inteiro, o que é um dado muito ruim, e não podemos, de forma nenhuma, somente contemplar isso.

Volto à questão do Protáxi na Bahia, para se ter noção da importância da matéria. Financiamos, desde aquela época, cerca de mais de R\$85 milhões em táxis – isso em quatorze anos – para as áreas do Estado atingidas. Houve uma época inclusive que contávamos com alguma isenção de ICMS, mas contávamos também com a isenção do IPI. Mas sentimos que, tanto neste Governo quanto no governo passado, a sensibilidade da área econômica para esse tipo de atendimento social é zero. Representa muito pouco para o Governo Federal, mas representaria muito para os taxistas a isenção do IPI.

Entendo que um País como o Brasil, que tem grande vocação turística, tem de estar sempre atento à infra-estrutura básica a ser oferecida aos seus turistas, e, sem dúvida alguma, um transporte urbano eficiente é um dos pontos mais importantes.

O Protáxi também auxiliou a conversão de muitos dos táxis para o consumo do GNV, trazendo ainda mais benefício a essa categoria. A idéia, portanto, de desestímulo ao uso do GNV, por meio do aumento dos preços desse combustível, merece muita atenção por parte da Petrobras. Afinal, estarão sendo penalizados inúmeros condutores que apostaram, com custos para isso – houve custos para se fazer essa aposta –, na utilização do GNV, ou gás natural veicular, entre os quais uma parcela muito significativa de taxistas, que

são, repito, fundamentais para o desenvolvimento turístico da Bahia. Na minha terra, na Bahia, eles são absolutamente fundamentais.

Entendemos que o apoio constante a essa categoria representa cada vez mais oferecer melhores serviços aos turistas.

Peço a atenção desta Casa para esse tema, que deve ser, tenho certeza, uma preocupação para a maioria dos Senadores e que merece, dessa forma, toda a nossa atenção e mobilização.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de vir à tribuna, no dia de hoje, para comentar o dia de ontem, não somente por ter sido 7 de setembro, mas também para falar de um tema que me é caro: a situação dos excluídos.

Sr. Presidente, a crise política, os protestos contra a corrupção e o Grito dos Excluídos também desfilaram neste 7 de setembro, demonstrando a insatisfação da população com o atual panorama político, econômico e social do nosso País.

De um lado, a tropa, “fiéis soldados desfilando as cores de suas fardas”, fazendo o brilho da festa em todo o País; de outro, as suas esposas, exibindo faixas pedindo “salários mais dignos para seus maridos”.

O Grito dos Excluídos, movimento organizado pela Igreja Católica e movimentos sociais, com o *slogan* “Brasil, em nossas mãos a mudança”, lema da 11^a edição do Grito, teve por objetivo exigir mudanças econômicas e o combate à corrupção, e se fez presente em todas as capitais do País.

Na cidade de Aparecida, São Paulo, embora não sendo uma capital, houve uma grande mobilização: 90 mil pessoas se manifestaram, exigindo o combate à corrupção e, ao mesmo tempo, investimentos no campo social.

Os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, demonstraram toda a sua insatisfação com o baixo número de famílias assentadas. Levaram suas bandeiras pelas ruas e endureceram em seus protestos pelo País, alertando-nos de que teremos um setembro vermelho.

Sr. Presidente, por outro lado, ontem, foi divulgado o Relatório de Desenvolvimento da ONU 2005, que traz o Brasil na 63^o posição no *ranking* de desenvolvimento humano, entre os 177 países pesquisados.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro é de 0,792, contra 0,790, registrado em 2004. Isto mostra que tivemos um pequeno avanço. Porém, se analisarmos a distribuição da renda, lamentavelmente o Brasil continua no grupo das nações com maior desigualdade social. Os ricos brasileiros ficam com 46,9% de tudo que existe nesta terra. Só perdemos para outros sete países pesquisados. E, pior, no Brasil essa riqueza tem cor e idade.

A população negra e os idosos são os que mais sofrem com essa desigualdade. Pesquisas indicam que os negros são os que recebem os mais baixos salários e que os idosos sobrevivem com uma aposentadoria miserável. Milhões, no entanto, não possuem aposentadoria.

Não estou, aqui, a querer comparar o Brasil com a Noruega, país que ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial em qualidade de vida; não. Contudo, em resumo, não tivemos o que festejar nessa data.

O panorama mundial, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não fica longe disso. Ao assistirmos as reportagens sobre a ação devastadora do furacão Katrina, que atingiu os Estados Unidos, observamos que também lá os negros e os idosos ficaram para trás, em situação desesperadora, naquele país considerado referência no mundo. Estima-se que 235 mil pessoas foram retiradas das zonas devastadas pelo furacão e abrigadas em refúgios. Outras milhares ainda se encontram lá, sobre as águas poluídas.

É triste, Sr. Presidente, constatar que os que ficam para trás, à mercê da miséria, são exatamente esses dois segmentos da população, que, no Brasil, têm um tratamento idêntico. Em países considerados de Primeiro Mundo ou de Terceiro Mundo, idosos e negros pagam a conta.

Sr. Presidente, há anos pauto a minha atuação em defesa de políticas públicas que promovam a igualdade e uma melhor distribuição de renda.

O Senado Federal, em parceria com a Câmara dos Deputados, já aprovou o Estatuto do Idoso, que, com certeza, é uma legislação moderna.

Agora, pretendemos, Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Heloísa Helena e Senador Tião Viana, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

É com satisfação que repito o que disse ontem: estarei com V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, na nossa querida Bahia, no próximo dia 16, às 14 horas, participando de uma audiência pública para discutir e, tenho certeza, melhorar o texto original do Estatuto da Igualdade Racial. Depois do debate, assistiremos a um filme que trata também do tema.

Eu gostaria de receber um aparte de V. Ex^a, inclusive sobre essa audiência pública, porque eu estarei

lá como autor do projeto original e já trabalhando no substitutivo, cuja redação V. Ex^a melhorou muito.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a disse que apoio o seu projeto, mas se trata de mais do que isso. Primeiramente, o apoio é entusiástico. Em segundo lugar, sinto-me parte desse trabalho, com a maior alegria e o maior orgulho. Na semana passada, participei de um almoço com 22 lideranças. O Sr. Jorge Pontual é o coordenador das principais lideranças. Haverá uma reunião na segunda-feira, às 14 horas, na sede do Ilê Ayê, no coração negro de Salvador – o Curuzu, bairro da Liberdade –, quando teremos os primeiros indicativos não somente sobre a questão religiosa, mas também sobre a mulher negra, um tema da maior importância, e outros aspectos gerais. Pelo que tenho ouvido e pelo que tenho tratado com eles, não tenho dúvidas de que conseguiremos muitos bons resultados com essa audiência pública. À noite, será exibido o filme “A Cidade das Mulheres”, que mostra porque a mulher negra baiana é diferente. O filme é baseado na vida das principais ialorixás e em um livro escrito por uma socióloga em 1938. Evidentemente, foram feitas adaptações, pois o filme é atual e nos mostra as expressivas figuras das principais ialorixás da Bahia. Enfim, será a coroação desse tema, com o qual V. Ex^a tem demonstrado tanta competência no trato, especialmente na questão referentemente às mulheres. V. Ex^a tem mais do que o meu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. Também entendo ser mais do que apoio por parte de V. Ex^a, já que é o Relator da matéria e certamente construirá o que chamo de substitutivo, que, como dizia inicialmente, amplia, e muito, o projeto original. Sinto-me co-autor; nós somos os autores do projeto original, do relatório, que será construído por V. Ex^a, e de todas as emendas que, porventura, venhamos a receber neste Plenário e, depois, no da Câmara. Portanto, somos parceiros nessa construção.

Por uma questão de justiça, agradeço o Senador Heráclito Fortes, porque, Senador Rodolpho Tourinho, eu não poderia estar na Bahia para esse bom debate, já que no dia 16 teríamos, no Rio Grande do Sul, um debate sobre a Convenção Quadro, da qual o Senador Heráclito Fortes é o Relator. No entanto, S. Ex^a, num esforço sobre-humano, conseguiu transferir o debate da Convenção Quadro para o dia 23, em Camaquã, que contará com a presença dos três Senadores gaúchos e naturalmente com a de outros convidados. Portanto, Sr. Presidente, por se tratar de um tema de fundamental importância, certamente estarei na Bahia no dia 16 e, no dia 23, estarei no Sul, na Convenção Quadro, para tratar do fumo e de sua repercussão na área da saúde. Será muito importante a nossa partici-

pação naquele grande debate para tratarmos da vida de 300 mil famílias, que, ao longo de suas vidas, foram incentivadas a plantarem fumo. V. Ex^as podem observar que, no Brasão da República Federativa do Brasil, temos, de um lado, um ramo de café e, do outro, o do fumo, demonstrando o quanto este País incentivou a plantação do fumo. Ora, sabemos que o fumo faz mal. Eu, por exemplo, não fumo, e recomendo a todos que não fumem. No entanto, temos que debater no sentido de haver uma regra de transição, a fim de que essas 300 mil famílias possam migrar lentamente da cultura do fumo para uma outra, e não verem, de uma hora para outra, suas propriedades sucateadas.

Sr. Presidente, o debate será de alto nível. Digo ser totalmente equivocada a forma como alguns estão a colocar: quem defende o emprego, está contra a vida e quem defende a vida, está contra os plantadores de fumo. Penso que nem uma coisa nem outra. Temos que exigir uma regra de transição equilibrada e, ao mesmo tempo, nos empenharmos, todos, nessa campanha contra o fumo. Mas, repito, tem que haver uma regra de transição. Por isso, ao me perguntarem se sou a favor ou contra, digo que é muito fácil dizer sim ou não, ficar mal ou bem com um ou outro setor, mas o correto é termos uma regra de transição, termos esse fundo internacional com a participação do Governo brasileiro, para que os produtores possam fazer a transição de uma cultura para outra dentro de um prazo especificado. Os próprios produtores de fumo querem um tempo para fazerem a substituição da plantação de fumo por uma outra cultura. Daí a importância desse debate, no meu entendimento.

Senador Tião Viana, concluo da forma como comecei: nesses 183 anos de independência, claro, temos muito que lembrar o que de positivo ocorreu neste País, mas temos também muito a lamentar, muito a realizar, muito a sonhar. Por isso, nesses tempos de escândalos, de denúncia de corrupção, de confianças traídas, de muitas manifestações legítimas, é hora de despertar e perseguir, por exemplo, o lema do nosso próprio Hino Nacional:

O lábaro que ostentas estrelado,
E diga ao verde-louro desta flâmula:
(...)
És tu, Brasil,
ó Pátria amada!

Sr. Presidente, apenas expressei um pequeno trecho do Hino Nacional para lembrar a importância de combatermos todo o tipo de discriminação, pois sou um daqueles que acreditam que este País é viável, que este País tem tudo para dar certo, que este País, em matéria de riquezas naturais, é um dos melhores

do mundo, mas não acredito que possamos, um dia, chegar a dizer que somos um País de Primeiro Mundo se não combatermos as desigualdades sociais, as desigualdades raciais a fim de que homens e mulheres, negros, brancos e índios, crianças e idosos possam caminhar de mãos dadas, construindo um futuro que todos sonhamos: o da plena cidadania.

Sr. Presidente, acredito muito no nosso País, no nosso povo, na nossa gente. Não é porque...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só mais um minuto.

Não é porque alguns cometeram esse ou aquele deslize que vamos condenar esse ou aquele partido, que, em seu conjunto, não é culpado pelo erro de alguns, ou que vamos condenar grande parte do nosso povo, da nossa gente, trabalhadores e sindicalistas.

Por isso, Sr. Presidente, na certeza de quem é otimista, e não pessimista, digo sempre que o pessimista é um derrotado por antecipação, por isso eu continuo otimista e acreditando muito neste País e em toda a nossa gente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá pela Liderança, por cinco minutos, nos termos do parágrafo único do art. 66, do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer o registro e também solicitar que sejam dados como lido um discurso e um anexo desse discurso. Trata-se de uma publicação sucinta dos quatro meses de minha atuação no Ministério da Previdência Social. Faço essa solicitação para que fique registrado nos Anais da Casa o trabalho que realizei nesses poucos meses como Ministro da Previdência Social. Foram cerca de 120 dias muito profícuos, em que conseguimos empreender um trabalho importante na criação e na definição de novos parâmetros e modelos para que a Previdência Social, no Brasil, possa ser resgatada, ampliada e melhorada.

Dedicamos atenção especial no quesito mudança do modelo no atendimento ao público. Esse o maior gargalo, a maior marca negativa da Previdência junto

à sociedade brasileira. Definimos um novo modelo e a descentralização do atendimento, portanto, espero que o Ministro Nelson Machado, que me substituiu naquela Pasta, tenha condição e o apoio do Governo para pôr em prática o modelo que elaboramos, que dará, sem dúvida nenhuma, uma outra dinâmica e um outro tratamento ao atendimento ao público junto ao INSS.

Também atuamos no sentido de buscar a diminuição do déficit da Previdência Social, previsto para este ano em R\$40 bilhões. Havíamos definido, por meio de um decreto presidencial e de uma portaria interministerial, que esse valor cairia para R\$32 bilhões este ano, economizando, portanto, R\$8 bilhões. Ao sair do Ministério em junho, já estávamos alcançando a meta. Além disso, deixei uma folga de R\$1,6 bilhão, portanto, além da meta, já estávamos poupando R\$1,6 bilhão.

Espero também que o Ministro Nelson Machado, agora, com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou seja, com a fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e da Receita Federal, possa ampliar os mecanismos de controle e de coibição de fraudes e de sonegação, para aumentar a carga tributária sem aumentar a arrecadação da previdência.

Para finalizar, Sr. Presidente, abordo outra matéria que foi tratada por mim, que se encontra no Senado e da qual sou Relator: a questão da inclusão previdenciária.

Sabemos que, hoje, milhões de brasileiros estão fora da previdência, que deve ser pública e universal. Muitos estão fora da previdência porque, como autônomos, não conseguem pagar os 20% do salário mínimo. Fica muito pesado para quem ganha R\$300,00 por mês contribuir com R\$60,00.

Empreendemos um trabalho dentro do Governo e fizemos uma proposta de projeto de lei, que se encontra no Senado e que diminui o pagamento do autônomo referente ao salário mínimo de 20% para 11% – o pagamento de R\$60,00 cai para R\$33,00, com uma economia de R\$27,00 –, dando, com isso, um ganho real para quem, hoje, contribui como autônomo para a previdência.

É importante dizer que, com essa expectativa de mudança – e acreditamos que aprovaremos essa matéria no Senado rapidamente –, pelos cálculos, esperamos pelo menos incluir rapidamente mais 1,5 milhão de pessoas na contribuição.

Portanto, as ações foram delineadas.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que determine a publicação do discurso com o anexo que mencionei no início das minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ.

(CUMPRIMENTOS INICIAIS AOS PARLAMENTARES, IMPRENSA E DEMAIS PRESENTES NO PLENÁRIO).

Venho a esta tribuna após cinco meses afastado da atividade parlamentar, período que estive a frente do Ministério da Previdência Social, atendendo ao convite do Presidente Lula e cumprindo a missão que me foi delegada pelo PMDB. Retomo meu trabalho no Senado como representante do estado de Roraima com entusiasmo e disposição para lutar pelos interesses do povo roraimense, mas também com a alegria e a certeza do dever cumprido no governo federal.

Foram exatos 129 dias de gestão na Previdência Social. Um tempo curto, mas muito profícuo e intenso no qual pude reestruturar parte do ministério e determinar ações que já resultam em benefícios para o País. Os problemas da Previdência não são poucos e muito ainda há de ser feito para que a população brasileira passe a se sentir respeitada.

Mas o início desta transformação já aconteceu. Nestes quase cinco meses, a nossa gestão na Previdência Social priorizou as ações de combate às fraudes e ao déficit; à melhoria no atendimento à população; e a modernização tecnológica da Dataprev e INSS.

Destes pilares necessários à reconstrução da Previdência Social, a modernização tecnológica é o mais importante deles. Digo isso para informar aos senhores e as senhoras que só teremos um atendimento digno à população brasileira quando tivermos um sistema tecnológico capaz de interligar todos os sistemas hoje existentes na Previdência e que, pasmem senhores e senhoras, não se comunicam entre si.

Atualmente, qualquer pessoa com a senha de um funcionário entra no sistema e altera dados dos nossos beneficiários sem ao menos sabermos com precisão se de fato a fraude foi executada pelo dono daquela senha ou se alguém a utilizou indevidamente. Sei que parece primário e é!

Durante nossa gestão, definimos um novo padrão tecnológico com plataforma aberta. Firmamos um compromisso público, por escrito, com o Ministério Público e Tribunal de Contas da União nesse sentido. Estabelecemos ainda a identificação de todos os terminais de computadores com numeração própria para tentarmos, ao menos, saber de onde partem as fraudes.

Ressalto que essa iniciativa é insuficiente por não precisar se de fato quem alterou dados no sistema é o funcionário que utiliza aquele terminal ou se foi utilizado por um terceiro. Para tornar inviolável o sistema e impedir esse tipo de fraude, foi encomendado um projeto tecnológico que utiliza como identificação a Biometria, ou seja, a utilização do polegar para acessar o banco de dados.

Ainda no esforço de combater às fraudes, intensificamos o trabalho da Força-Tarefa composta pela Previdência, Ministério Público e Polícia Federal. Durante a nossa gestão foram presas 21 pessoas em operações realizadas na Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Já as ações de combate ao déficit, que tem uma previsão para este ano de quase 40 bilhões de reais, pretendiam reduzir em 8 bilhões de reais esse rombo. Para isso, estabelecemos metas de arrecadação e déficit para 2005 no Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. Somente entre abril e junho deste ano, a arrecadação aumentou em 791 milhões de reais chegando ao histórico patamar de 16 bilhões e 786 milhões de reais.

Esse crescimento refletiu o nosso empenho em tentar resolver o que o governo federal considera o pior problema a ser enfrentado nas contas públicas. Mas não nos concentramos apenas na arrecadação já que o combate ao déficit deve ser feito com aumentos e cortes. Somente em abril e maio, a redução foi de 269 milhões de reais.

Para 2006, estabelecemos a meta de redução do déficit de 14 bilhões de reais. Mas não ficamos somente nestas ações. Tudo isso só foi elaborado pensando em sanar o que de fato é o principal problema da Previdência Social: o atendimento à população brasileira.

Uma vez iniciados os procedimentos para a modernização tecnológica, estabelecidas as metas de combate ao déficit, planejadas as ações de combate às fraudes, passamos a nos concentrar na melhoria do atendimento ao nosso beneficiário. Convênios foram discutidos com entidades e empresas públicas como cartórios, bancos oficiais e os Correios para ampliar a rede de atendimento.

Além disso, iríamos alterar o funcionamento de algumas Agências da Previdência Social (APS) para que nas cidades mais populosas como São Paulo e Rio de Janeiro, o horário de atendimento à população fosse ampliado para às 22 horas. Dessa forma, permitiríamos a população ter horários alternativos para serem atendidos sem sofrer a humilhação de passar as madrugadas nas filas a espera da abertura da agência.

Melhoramos o serviço de atendimento telefônico -- Prevfone -- e incluímos na página da Previdência (www.previdencia.gov.br) serviços eletrônicos como pagamento da GFIP, implantação do código de barras para o pagamento da GPS, requisição de benefícios, pedidos de revisão e marcação de perícias médicas, evitando assim o deslocamento de parte da população para as agências. Descobrimos que metade das filas que se formam nas APS são decorrentes de pedidos de informação, que podem ser feitos pelo telefone e pela internet.

Para melhorar ainda mais o atendimento precário recebido pela população, convocamos 900 novos servidores concursados. Nomeamos 1492 médicos peritos, o que permitiu aumentar para 6594 o número de médicos credenciados em todo o Brasil. Com o novo Prevfone, os atendimentos passaram de 1 milhão e 100 mil ligações por mês para 1 milhão e 759 mil ligações no mesmo período.

Durante a nossa gestão, capacitamos os servidores do INSS. Ao todo foram disponibilizadas 18128 oportunidades para que analistas e técnicos previdenciários possam estar melhor preparados para, efetivamente, executar um serviço de qualidade no País.

Gostaria ainda de ressaltar senhores e senhoras, entre a série de ações implementadas na nossa gestão, a prorrogação do prazo de junho para dezembro de 2005 para que as pessoas que optaram por um plano de previdência complementar pudessem escolher com mais tempo a opção sobre qual regime tributário preferem. Além disso, lutamos pela isenção da CPMF nas movimentações do cidadão entre os diversos fundos de pensão existentes na hora de optar, evitando assim prejuízo para a população.

Ao final Senhor Presidente, não poderia deixar de falar sobre o programa de Crédito Consignado para aposentados e pensionistas. Apesar dessa iniciativa não ter sido nossa, durante o período que ocupei o cargo de ministro da Previdência revisamos os convênios firmados e liberamos a inclusão de novos bancos com permissão para oferecer esta modalidade de empréstimo à população.

Determinei que as taxas de juros cobradas pelos bancos conveniados fossem públicas e expostas na internet. Lançamos ainda uma campanha de esclarecimento à população com o objetivo de informar as vantagens ao se contrair um empréstimo consignado, mas principalmente alertar ao aposentado e pensionista sobre possíveis problemas decorrentes de ações de estelionatários e atravessadores. Além disso, participamos da elaboração de uma nota técnica juntamente com os ministérios da Justiça e Fazenda para orientar a população e estabelecer novas regras para o sistema bancário oferecer este tipo de empréstimo.

Portanto senhores senadores e senhoras senadoras, apesar do período a frente da Previdência ter sido curto, nós o aproveitamos ao máximo. Deixei, como disse no início, o Ministério da Previdência com a alegria do dever cumprido. Volto ao Senado para retomar a minha atividade parlamentar em prol do Brasil e, em especial, da minha querida Roraima. Certo de ter feito o melhor que pude, apresento minha contribuição ao governo do Presidente Lula, a quem agradeço a confiança em mim depositada, aproveito para agradecer também aos servidores da Previdência, que tanto me ajudaram na realização destas ações, e ao PMDB que me honrou com a indicação e nunca me faltou em apoio.

Encerro este pronunciamento Senhor Presidente dizendo que agrego ao meu perfil parlamentar uma característica que ainda não tinha quando deixei esta Casa para ocupar o cargo de Ministro da Previdência. Hoje, tenho o conhecimento de quem comandou aquela Pasta e percebeu a necessidade de buscar, no Parlamento, um trabalho conjunto entre todos os nossos pares para uma Previdência Social mais equilibrada e próxima da população brasileira.

(AGRADECIMENTOS FINAIS E ENCAMINHAMENTO PARA PUBLICAÇÃO).

Senador Romero Jucá – PMDB/RR

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Choque de Gestão

(100 dias)
Romero Jucá

Sumário

Apresentação.	
Secretaria Executiva	
Secretaria de Previdência Social	
Secretaria da Receita Previdenciária	
Secretaria de Previdência Complementar	
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	
Dataprev	
Anexos.	

Apresentação

Nestes 100 dias de gestão, o foco dos trabalhos se baseou em quatro prioridades. Como melhorar o atendimento ao segurado, universalizá-lo, buscar as pessoas que não contribuem e não são protegidos pela Previdência Social. Priorizamos o combate à sonegação e à fraude. Com o conseqüente aumento da arrecadação, iremos equilibrar os cofres da Previdência, o que possibilitará o aumento do salário mínimo. Para que tudo isto fosse possível, foi necessário integrar as três casas: MPS, INSS e Dataprev.

As mudanças profundas que estamos fazendo se deve primordialmente ao apoio e a confiança depositadas na nossa administração a frente do Ministério da Previdência Social pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e toda a equipe de governo, entre os quais destaco o ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu; a atual Ministra Dilma Rousseff; o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci; o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; e os demais funcionários de governo que ajudaram a consolidar esse período. Não posso deixar de destacar o trabalho e competência da equipe do Ministério da Previdência, INSS e Dataprev.

Gostaria de citar algumas ações de combate às fraudes pelas forças-tarefas como as operações Psiquê, Quati, Sinceridade e Gavião. O Empréstimo Consignado é outra ação importante, que sofreu algumas alterações como as novas regras para convênios, divulgação das taxas de juros na Internet e no PREVfone, lançamento do cartão de crédito e campanha de conscientização do Segurado. Na melhoria do atendimento, priorizamos a convocação de aprovados no último concurso público, reformamos Agências da Previdência e aumentamos a capacidade de atendimento do PREVfone, de 1 milhão e 100 mil ligações para 1 milhão e 759 mil ligações/mês. Já na área de redução do déficit, tivemos arrecadação recorde no mês de abril, de 8,6 bilhões e intensificamos as ações de recuperação de créditos, destacando os grandes devedores, com um acréscimo de 29% na arrecadação de créditos constituídos e parcelados. Devo ressaltar aqui, o monitoramento iniciado pelo Ministério, em abril, e que permitiu controlar os grandes devedores do INSS, impedindo assim, fraudes no sistema.

No mês de abril de 2005, a Previdência Social pagou 23,3 milhões de benefícios, sendo 16,1 milhões na área urbana e 7,2 milhões no meio rural, o que injetou na economia dos estados e municípios brasileiros mais de R\$ 10,6 bilhões. Uma Instituição universal e pública no seu aspecto de Justiça Social e Seguridade, é com este conceito, que finalizo os 100 dias da minha gestão a frente da Previdência Social, certo de ter cumprido o papel proposto de melhorar o atendimento à população e combater às fraude e o déficit.



Romero Jucá

Ministro da Previdência Social

Julho/ 2005

Secretaria Executiva

Programa de Educação Previdenciária

1. Realização de 2.338 ações educativas de conscientização e informação, com a participação de cerca de 234 mil pessoas em palestras, seminários e feiras, no propósito de chamar os trabalhadores para inscrição no RGPS e manutenção do pagamento das contribuições em dia, como garantia de sobrevivência na doença e aposentadoria na velhice.
2. Treinamento de 2.238 representantes de entidades da sociedade civil organizada, agentes públicos e comunitários, representantes de categorias profissionais, visando à sua atuação como multiplicadores das informações pertinentes ao Regime Geral da Previdência Social.
3. Treinamento de 108 instrutores do SENAC, visando à inserção de conteúdos sobre Previdência Social nas oportunidades de desenvolvimento profissional nos níveis básico e técnico, presenciais ou a distância.
4. Participação, em palestras, de 1.066 alunos dos cursos profissionalizantes do SENAC, contribuindo para o processo de informação e conscientização desses alunos no que tange a direitos e deveres em relação à Previdência Social como instrumento de proteção da cidadania.
5. Realização de reuniões técnicas com a participação de 236 servidores do INSS, das Regiões Sul, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do estado de São Paulo, com vistas a oferecer ferramentas gerenciais e atividades práticas orientadas aos educadores previdenciários.
6. Aprovação do projeto de inclusão da Educação Previdenciária nos parâmetros curriculares nacionais, pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), por meio da publicação da Recomendação n° 09/2005.

Assessoria de Gerenciamento de Riscos - AGR

1. Acompanhamento do desenvolvimento do projeto GR pela equipe da AGR.
2. Estudos sobre Benefícios por Incapacidade.
3. Reunião com a Diretoria de Benefícios para atualização do Relatório de Vulnerabilidades da área de Benefícios.

4. Retomada do monitoramento manual das vulnerabilidades identificadas da área de Benefícios.
5. Agendamento de oficina de trabalho para discussão de novas vulnerabilidades verificadas.

Assessoria de Pesquisa Estratégica - APE

1. Continuidade ao rigoroso programa de combate às fraudes contra a Previdência Social, a Assessoria de Pesquisa Estratégica - APE, de março a junho de 2005, mediante ação dos Grupos de Trabalho que atuam de forma integrada e harmônica com o Ministério Público Federal e o Departamento de Polícia Federal, sob a forma de Força-Tarefa Previdenciária. No período referido, as operações resultaram na prisão de 21 fraudadores:
 - Em abril/2005, a Operação Paulo Afonso, na Bahia, resultou no estancamento de um esquema de fraudes em benefícios rurais nas regiões de Paulo Afonso/BA e Tacaratu/PE. A quadrilha que tinha atuação principal do Sindicato Rural de Tacaratu, na pessoa do seu Presidente, Claudionor Rodrigues Major, falecido em 2004, forjava documentação dos seus afiliados com a finalidade de obter aposentadoria de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Psiquê, em Minas Gerais, resultou em buscas e apreensões. A quadrilha, com envolvimento de servidores, médicos peritos e intermediários, atuava na concessão de benefícios por incapacidade de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Quati, no Paraná, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 05 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 03 servidores atuava na preparação de documentação falsa e na inclusão de vínculos empregatícios fictícios, que seriam utilizados na obtenção de benefícios previdenciários de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Sabará, em Minas Gerais, resultou em apreensões e na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na preparação de documentação falsa com objetivo de obter benefícios previdenciários de forma fraudulenta; Em maio/2005, a Operação Sinceridade, no Rio de Janeiro, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 01 fraudadora. Esta fraudadora, servidora do INSS, atuava como Presidente do Sindicato dos Servidores da Linha de Arrecadação do INSS/RJ (SINSERA), fazendo gestão junto às empresas para que não sofressem ação fiscal mediante o pagamento de propina;
 - Em maio/2005, a Operação Bangu, no Rio de Janeiro, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 02 fraudadores. Estes fraudadores, servidores do INSS, atuavam na

falsificação de tempo de contribuição de segurados com a finalidade de obtenção fraudulenta de benefício previdenciário;

- Em junho/2005, a Operação Gavião, no Rio Grande do Sul, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 09 fraudadores (um Vereador, médicos e intermediários). A quadrilha atuava na preparação de documentação falsa e inserção de vínculos empregatícios fictícios, que seriam utilizados na obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade de forma fraudulenta;
- Em junho/2005, a Operação Lombalgia, em São Paulo, resultou na prisão de 01 fraudador. Este fraudador utilizava documentação falsa com objetivo de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta;
- Em junho/2005, a Operação Fabricador, no Rio Grande do Sul, resultou na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na falsificação de cartas concessórias de benefícios do INSS com objetivo de saques do PIS e FGTS indevidamente;
- Em julho/2005, a Operação Peruíbe, em São Paulo, resultou em busca e apreensão e na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na preparação de documentação falsa com objetivo de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta.

Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração

1. Implementação de Programas de Melhoria de Qualidade do Gasto Público e Redução de Despesas (Portaria Ministerial nº 939/2005 e Portaria SE nº 261/2005).
2. Elaboração de quadros gerenciais destinados a oferecer subsídios à tomada de decisão por parte das autoridades competentes. Discussão dos limites orçamentário e financeiro com as unidades do MPS. Disponibilização dos limites às Unidades Orçamentárias, após decisão superior.
3. Elaboração do Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - DEOF, aberto por Unidade Gestora - UG, com a finalidade de acompanhar a execução orçamentária/financeira das UG's da Administração Direta, do INSS e da Dataprev.
4. Fornecimento contínuo de Atestados de Disponibilidade Orçamentária, em cumprimento ao contido nos Artigos 15 e 16 da LRF.
5. Acompanhamento contínuo da execução orçamentária e financeira referente ao Grupo de Despesas Pessoal e Encargos Sociais.

6. Contato continuado com as Unidades Orçamentárias, visando identificar possíveis pontos de estrangulamento orçamentário, ou seja, necessidades de dotação suplementar.
7. Início ao processo destinado à elaboração de Proposta Orçamentária Anual/2006, no que se refere às Unidade Orçamentárias do MPS.
8. Atualização dos cronogramas de desembolso das unidades e entidades vinculadas, assim como dos registros e demonstrativos financeiros.
9. Transferência e controle dos recursos recebidos do Tesouro Nacional que são enviados às unidades vinculadas.
10. Elaboração da tomada de contas anual da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhada aos órgãos de controle interno e externo.
11. Elaboração de planilhas diárias, semanais e mensais, com dados coletados no SIAFI, que permitem o acompanhamento dos saldos diários e as necessidades financeiras de cada unidade.
12. Elaboração de planilhas demonstrativas do acompanhamento diário do registro, pelas UG do MPS, das Conformidades Diária e Documental, evidenciando eventuais pendências de registros e as justificativas apresentadas pelo gestor.
13. Avaliação dos Programas do PPA ano de 2004.
14. Elaboração de planilhas da programação física e financeira dos programas/ações constantes do PPA 2004-2007 do Ministério da Previdência Social e entidades vinculadas.
15. Revisão do PPA 2004/07 - Ano 2005 - Fase Qualitativa.
16. Coordenação da elaboração do Plano Gerencial do Programas do PPA 2004 -2007, no âmbito do Ministério da Previdência Social.
17. Elaboração de Relatório de Prestação de Contas de 30 meses de Governo: Elaboração da Proposta do Regimento Interno da CGPGE.
18. Participação na coordenação e apresentação do Plano de Ação do Ministério e entidades vinculadas na Secretária Executiva.
19. Reuniões com as unidades da Secretária da Receita Previdenciária - SRP, Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev para discussão e

elaboração do projeto de tecnologia da Informação visando a Modernização da Gestão da Previdência Social.

20. Além das atividades relacionadas à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE, este setor realiza atividades rotineiras, tais como:

- Monitoramento de dados e informações no SIGPlan- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal, com análise de consistência das informações físico-financeiras das ações que compõem o Plano Plurianual 2004-2007 do MPS;
- Acompanhamento sistemático das mudanças na estrutura regimental do Ministério, bem como dos regimentos internos;
- Capacitação de 630 servidores em seis cursos internos e de 21, em cursos externos, de curta e longa durações;
- Formalização de convênios com três instituições particulares de ensino superior, visando assegurar descontos no valor das mensalidades dos servidores e seus dependentes, nos percentuais variáveis de 15% a 25%;
- Aprovação do Plano do Projeto de Modernização da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

ProPREV

1. Reinício dos trabalhos de implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS. Para elaboração dos sistemas previstos no Novo Modelo de Gestão, está em curso o detalhamento dos processos redesenhados. O referido detalhamento está orçado em aproximadamente R\$ 7 milhões. Início do processo de contratação de empresas que irão desenvolver novos sistemas da Previdência para melhoria do atendimento e combate às fraudes. Estima-se gastar R\$ 40 milhões com desenvolvimentos dos softwares e R\$ 12 milhões com o gerenciamento eletrônico dos documentos da Previdência.
2. Integração das ações de Tecnologia da Informação do INSS, Dataprev e MPS com a unificação do plano de investimento das três casas. Com isso eliminou-se a superposição de ações, evitando-se gastos desnecessários em tecnologia.
3. Início do processo de contratação dos equipamentos do sistema Phila para 400 Agências da Previdência, que está estimado em R\$ 1,9 milhões.

PARSEP

1. Contratação de empresa para cadastramento nos Regimes Próprios de Previdência nos estados de RO, RR, AL, AM, MA, BA, no valor de R\$ 3,5 milhões.
2. Contratação de empresa para auditoria nos processos de pensionistas do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 980 mil.

PREVMUN

1. Realização de Seminários sobre a Reforma da Previdência nos Municípios de Guarulhos, Londrina, Recife, Natal, Boa Vista e João Pessoa. Essa divulgação custou aproximadamente R\$ 180 mil.

Secretaria de Previdência Social

1. Discussão, acompanhamento e aprovação do Substitutivo da MP-242 na Câmara dos Deputados.
2. Implementação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 01 de junho de 2005, em cooperação com os sistemas previdenciários dos países parceiros do Mercosul.
3. Negociação da Atualização da Legislação da Previdência Rural na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.
4. Elaboração de Minuta para a atualização do Regulamento da Previdência Social.
5. Início das negociações do Acordo Bilateral da Previdência entre Brasil e Alemanha.
6. Atualização das Regras do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).
7. Cooperação Técnica com os seguintes países: México, República Dominicana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
8. Contratação, através do Programa PARSEP, da reestruturação do cadastro previdenciário

dos Sistemas Estaduais de Previdência de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Rondônia, Roraima e São Paulo.

9. Realização de Seminários do Programa PREVMunicípios em Boa Vista, Teresina, Natal e Guarulhos, para apoio aos respectivos regimes municipais de Previdência.

Secretaria da Receita Previdenciária

1. Intensificação das ações de recuperação de créditos, com destaque para a priorização dos grandes devedores, ocasionando um acréscimo de 29% na arrecadação de créditos constituídos e parcelados, comparado com o mesmo período de 2004, o que superou a meta estabelecida para o 2º trimestre/2005, em 12%.
2. Priorização da análise/julgamento dos processos de maior valor, o que resultou na redução do valor do estoque a cargo do contencioso administrativo em 21%, tendo sido julgados /analisados créditos com valor superior a 12% em relação ao mesmo período de 2004.
3. Realização do Projeto-Piloto das Delegacias de Julgamento, em três Delegacias da Receita Previdenciária (Recife/PE, Distrito Federal e Rio de Janeiro - Centro), com o objetivo de testar e verificar os resultados práticos das rotinas e procedimentos necessários para a implantação do julgamento colegiado, tendo sido realizadas 70 sessões de julgamento e analisados 1.381 processos, o que supera em 36,9% a meta de análise/julgamento de processos proposta para as Delegacias da Receita Previdenciária não participantes do projeto piloto.
4. Análise de 7.276 ocorrências de variação na arrecadação de grandes empresas, identificadas pelo sistema de Monitoramento, gerando resultado de R\$ 106 milhões em recolhimento e de R\$ 85 milhões em confissões de dívida.
5. Realização de 1.845 auditorias de cobrança de divergências entre valores declarados em GFIP e pagos em GPS, gerando resultado de ação fiscal de R\$ 1,5 bilhões.
6. Incremento de 12,8% na arrecadação previdenciária em comparação com o mesmo período do ano anterior, devendo fechar o primeiro semestre com o valor de R\$ 49 bilhões, cerca de R\$ 1,3 bilhões ou 2,7% acima da meta da Secretaria.
7. Implantação da GPS com código de barras para pagamento de contribuições de pessoas físicas, a partir de 15/06/2005.

8. Adaptações e novas rotinas conceituadas para tornar o processo de cobrança automática GFIP X GPS mais confiável e ágil. A implantação da cobrança automática está prevista para ocorrer, em todas as Delegacias da Receita Previdenciária, em outubro de 2005.
9. Obrigatoriedade do envio da GFIP por meio eletrônico.
10. Fase final de desenvolvimento de GFIP Única, GFIP Retificadora e do sistema GFIP WEB, com implantação prevista para agosto de 2005.
11. Mapeamento dos riscos do Parcelamento Administrativo, ação já concluída.
12. Mapeamento dos riscos de Restituição, ação já concluída.
13. Mapeamento dos riscos do Ajuste de Guias e CND. Início em 04/07.
14. Projeto Piloto na Delegacia do Distrito Federal da Metodologia de Auto-Avaliação da Gestão.
15. Encaminhamento de proposta de Convênio entre SRP e SRF.
16. Acompanhamento do Projeto de Gerenciamento de Riscos.
17. Consolidação da Assessoria de Estudos Tributários e Normatização na estrutura da Secretaria da Receita Previdenciária.
18. Estudo do Impacto, legal e na arrecadação, da proposta de Projeto de Lei das Pequenas e Micro Empresas, apresentado pelo SEBRAE ao Governo Federal.
19. Estudo da transformação da retenção dos 11% sobre os serviços de cessão de mão de obra em tributação definitiva, mediante a redução de alíquotas, objetivando a redução do elevado número de processos de restituição e compensação.
20. Análise e proposição do anteprojeto de Medida Provisória sobre parcelamento, redução temporária da alíquota de contribuição da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica.
21. Análise do Projeto de Lei Complementar para tratamento tributário favorecido ao micro empreendedor (faturamento anual < R\$ 36.000,00).
22. Proposta de inclusão na MP 252 de dispositivo legal que permite o aproveitamento das restituições de tributos administrados pela SRF, para a quitação de débitos previdenciários.
23. Elaboração e consolidação da proposta orçamentária da SRP para o ano de 2006.

24. Estudo, análise e proposta para o redimensionamento da rede de atendimento das unidades descentralizadas da Secretaria da Receita Previdenciária.
25. Revisão da Estrutura do Programa “Arrecadação de Receitas Previdenciárias” do PPA.
26. Incentivo às práticas de planejamento gerencial e operacional nas Delegacias da Receita Previdenciária, pela participação em reuniões com o contingente fiscal, a fim de disseminar a utilização de técnicas de planejamento gerencial, priorização da atividade fiscal e otimização na utilização do contingente, e ainda, o estabelecimento de canais de comunicação com Tribunais de Contas e Secretarias de Fazenda, para troca de experiências e práticas fiscais.
27. Execução de programas de capacitação contínua de nossos servidores, visando à especialização e à construção de conhecimento, otimizando o aproveitamento de nosso potencial humano, onde, além do curso de auditoria aplicada, está em desenvolvimento curso de contabilidade voltado ao contingente externo, a fim de otimizar a utilização das funcionalidades trazidas pelos sistemas AudPrev e AudiG e auferir ganhos ainda mais substanciais na produtividade fiscal.
28. Desenvolvimento e aprimoramento do parque tecnológico e de sistemas de apoio e suporte à execução de auditoria fiscal, destacada no período em análise a aquisição de equipamentos e desenvolvimento de seminário de tecnologia da informação, com a participação de universidades, Serpro, DTI e Dataprev.
29. Redução na quantidade de ações realizadas pelos 2.108 Auditores-Fiscais alocados em atividades de fiscalização externa, consoante com o foco do planejamento, que busca priorizar, através da Curva ABC, contribuintes de maior porte, a fim de melhorar os indicadores de cobertura fiscal.

Secretaria de Previdência Complementar

1. Edição da MP 255, promovendo ajustes no regime tributário de fundos de pensão, a saber:
 - prorrogação do prazo de opção (de junho para dezembro) para que o participante de plano de previdência possa optar por regime tributário alternativo, baseado em alíquotas regressivas de IPRF em razão do prazo de acumulação dos recursos;
 - isenção da CPMF nas movimentações de recursos previdenciários entre planos de

previdência (portabilidade e transferência de gestão de planos);

- Extensão da isenção de IRPJ dos fundos de pensão para os ganhos e rendimentos das aplicações de recursos correspondentes a planos assistenciais à saúde (já existe a isenção, desde 1º de janeiro de 2005, para os recursos de planos previdenciários).
2. Lançamento do Plano de Previdência Complementar da AASP - Associação dos Advogados de São Paulo.
 3. Apoio para a estruturação da PREVIC - MP 233 (o Governo Federal pretendia, com a PREVIC, uma estrutura mais forte de fiscalização, o que infelizmente não foi possível).
 4. Apoio para a reestruturação emergencial da SPC, em face da não aprovação da PREVIC.
 5. 501 processos administrativos analisados, versando sobre a alteração de regulamento de plano, estatuto, transferência de gestão de plano, convênio de adesão, com destaque para a implementação de 23 novos planos coletivos de Previdência.

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

1. **Homologação do Planejamento Anual Integrado do INSS - PAI 2005**
A Diretoria Colegiada do INSS homologou o PAI 2005.
2. **Desenvolvimento do Planejamento Anual Integrado do INSS - PAI 2006, Nível Operacional**
A fase qualitativa do PAI 2006 foi desenvolvida no período de 11/06 a 24/06 e contou com a representação de todas as áreas do INSS. Foram definidos 9 objetivos estratégicos, que se desdobraram em metas e ações viabilizadoras. A fase quantitativa (orçamentária) do PAI 2006, no nível operacional, está sendo desenvolvida pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística. Segundo informações do Ministério do Planejamento, o INSS está à frente dos demais órgãos da Administração com a elaboração do PAI 2006.
3. **Levantamento de Ações Emergenciais para o INSS**
Em trabalho conjunto, as áreas do INSS relacionaram ações que podem promover reflexo imediato na gestão previdenciária e propiciar a melhoria substancial na qualidade dos serviços prestados aos beneficiários, contribuintes da Previdência Social e aos cidadãos, e ainda intensificar o combate à fraude e à sonegação e reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social. Este levantamento foi apresentado à equipe do Governo,

especialmente à da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda, e foi garantindo aporte de recursos da ordem de R\$ 243 milhões para execução das Ações.

4. Definição e Aprovação do Regimento Interno do INSS.

Definido pelas áreas técnicas, o Regimento Interno relativo ao Decreto N° 5.257/2004, que instituiu a Estrutura Regimental do INSS, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e encontra-se no Ministério da Previdência Social para análise e publicação.

5. Projeto Data de Cessação do Benefício - DCB Programada

Tem por objetivo a cessação automática de benefícios a partir do diagnóstico da incapacidade para o trabalho e a definição do tempo necessário para a recuperação do segurado, conforme a causa da incapacidade. Entre outros, propiciará a redução de atendimentos médico-periciais, desafogando as agendas dos consultórios médicos, e a redução de pagamento de benefício por incapacidade por prazo superior ao necessário. A implementação do Projeto acontecerá nos Sistemas Prisma e SABI em 34 APS pilotos - a partir de 1° de agosto o Projeto será implementado em todas as APS no País.

6. Projeto Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE

Este Projeto tem por objetivo disponibilizar à Diretoria de Benefícios estudos e informações referentes às espécies de benefícios, buscando analisar padrões e identificar distorções; proporcionar uma interface única e amigável para consultas e acessos às informações de benefícios; permitir a geração, de forma ágil e segura, de consultas e relatórios, pelo cruzamento de informações.

O SUIBE está em fase de desenvolvimento na DATAPREV, em acordo com o documento "Arquitetura de Sistemas - fase III" do Plano Diretor de Tecnologia e Informação - PDTI, e está alinhado às diretrizes do PROPREV quanto à gestão de informações.

7. Projeto Sistema Histórico de Créditos na Internet - HISCRENET

Objetiva disponibilizar aos órgãos de execução do INSS, bem como seus usuários, um canal de acesso para consulta, em tempo real, das informações relativas a pagamentos efetuados aos beneficiários, proporcionando maior comodidade, agilidade do atual sistema utilizado; obter informação automática sobre os créditos gerados desde 06/1989; e, evitar, erros de cálculos e conseqüente liberação de valores indevidos. O Sistema foi desenvolvido e aguarda a aquisição de equipamento com capacidade suficiente para guardar todo o Histórico de Créditos.

8. Atualização diária dos créditos dos benefícios em manutenção pagos pelo INSS

Disponibilizando-os para todos os Órgãos Pagadores e facilitando o atendimento dos beneficiários, que passarão a receber os pagamentos especiais em seu próprio domicílio bancário. Para execução desta Ação é necessária a alteração de ato normativo interno, orientando a alteração da rotina de cálculo e a promoção de adaptações pela INSS/Datraprev e rede bancária, com vistas à implantação da Emenda 6.0 (pedido feito à Febraban de troca de

9. Descentralização do Benefício por Incapacidade

Tem por objetivo facilitar o acesso do cidadão aos Benefícios por Incapacidade, disponibilizando-os nos mais variados canais de acesso e contribuindo para redução do fluxo de pessoas nas Agências da Previdência Social.

Para realização desta Ação foram previstas a remodelagem do requerimento via WEB, para possibilitar que os segurados requeiram os Benefícios por Incapacidade fora das Agências da Previdência Social - APS, e a implantação imediata do SABI em todas as APS do País.

10. Revisão automática

Objetiva agilizar a conclusão dos pedidos de revisão e redução do acervo de pedidos represados nas APS; implementar este serviço (revisão automática) via web/internet; e, atender de forma imediata as solicitações de revisão por parte do segurado.

11. Cobertura Previdenciária Estimada

Objetivo: melhorar a qualidade do exame médico pericial inicial e reduzir o excesso de perícias médicas, principalmente de médicos peritos terceirizados, no requerimento do benefício por incapacidade; adequar os protocolos médicos com base na CID 10 permitindo definir prazos compatíveis com o período de incapacidade para o trabalho; definir incapacidade para o trabalho, com base no grau de esforço físico, braçal ou postural necessário para executar as tarefas em cada atividade profissional e o grau de acometimento do estado geral do segurado em consequência da doença; permitir, na avaliação médica do Ax1 (exame inicial), as alternativas de DCB (data da cessação do benefício), DCI (data da comprovação da incapacidade) apenas em indicação de RP (reabilitação profissional), em indicação de LI (limite indefinido, sem revisões bienais) e LD (limite definido, com revisões bienais). *Requer alteração de Instrução Normativa.*

12. Produtividade

Visando ao resgate da imagem do INSS, a ação se propõe a eliminar o volume de processos administrativos de benefícios em tramitação com idade superior a 45 dias, com utilização de recursos orçamentários já existentes. Em 2004, foram gastos R\$ 18,7 milhões com diárias e deslocamentos que somados ao pagamento da correção monetária, ultrapassaram o montante de R\$ 100 milhões. Se considerarmos o volume de processos em estoque, conclui-se que o custo médio de cada processo é de R\$ 250,00.

Como requisitos necessários citam-se a alteração da redação do art. 357 do Decreto 3.048/99 e a edição de ato que discipline as novas regras do Decreto. Foram previstos recursos no Orçamento 2005, todavia poderá ser necessária suplementação em razão da abrangência das ações.

13. Disponibilização do CNISVR em todos os pontos de atendimento

Tem por objetivo concluir a implantação do aplicativo CNISVR/HIPNET em todos os pontos de atendimento do INSS, garantindo o reconhecimento do direito aos benefícios com segurança e maior agilidade e possibilitando a atualização dos dados de vínculos e

14. Recomposição do quadro técnico da reabilitação profissional

Objetiva implantar o modelo REABILITA em todas as Gerências-Executivas e APS de abrangência, possibilitando o acesso direto do segurado/beneficiário ao serviço prestado pelo INSS, seu retorno ao mercado de trabalho e o resgate de sua cidadania e, conseqüentemente, alterando a sua condição de beneficiário para de contribuinte de Previdência Social, desonerando-a da manutenção de benefícios desnecessários e de longa duração. Para execução desta ação, estão sendo providenciadas a aprovação das alterações propostas na IN nº 95, inclusão de modelos de convênios e acordos específicos da área de Reabilitação Profissional no Manual de Convênios e Acordos Internacionais; a inserção dos dados da Reabilitação profissional no Sistema SABI, uniformizando os procedimentos para a obtenção de dados pontuais sobre o serviço, prestado gerenciamento e acompanhamento do desempenho das equipes; contratação de recurso humano especializado; aquisição de equipamentos de informática com capacidade de suportar os aplicativos inerentes à Reabilitação Profissional, para obter maior agilidade ao trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, bem como proporcionar acompanhamento e gerenciamento pontual e eficaz.

15. Reestruturação do Serviço Social no INSS

Tem por objetivo: democratizar as informações previdenciárias e sua relação com a seguridade social, reduzindo o nível de insatisfação do usuário, por falta de esclarecimentos e conseqüentemente; contribuir para a melhoria de atendimento dos usuários da Previdência Social; identificar os entraves que comprometem o acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, sugerindo alternativas para superação; contribuir para a resolução dos problemas enfrentados pelos usuários relacionados ao reconhecimento dos seus direitos junto a Previdência Social; contribuir para uma maior participação dos segmentos organizados, entidades de classe e outras organizações da sociedade civil na implementação da política previdenciária; contribuir para a formação de uma consciência cidadã de proteção ao trabalho; prestar assessoramento técnico aos estado, municípios, instituições governamentais e não governamentais nos assuntos relacionados a política previdenciária.

Para realização desta ação estão sendo propostos ajustes na Lei Orçamentária, para regulamentar o fornecimento de ajuda material aos usuários da Previdência, de acordo com o definido na Lei 8.213/91 art. 88, parágrafo 2º, e para dar cumprimento ao previsto no artigo 88, da Lei 8.213/91. Estão sendo realizados estudos de alteração do Decreto N° 3.048/99, nos itens que tratam do Serviço Social e de seus instrumentos técnicos de intervenção; da Instrução Normativa 118/05, no item que trata do Serviço Social, regulamentando a emissão do parecer sócio-econômico como um instrumento técnico para comprovação da dependência econômica e união estável nos casos de ausência ou insuficiência de provas. Este parecer pode ser emitido por solicitação das áreas de Benefício, Perícia-Médica, Junta/Câmara/Conselhos de Recursos da Previdência Social ou por iniciativa própria do Assistente Social. Está prevista a incorporação das ações do Serviço Social no sistema corporativo da Previdência Social.

- 16. Descentralização do Requerimento - Benefícios de Prestação Continuada - BPC/LOAS**
Objetiva facilitar o acesso, por meio de parceria com os órgãos de Assistência Social dos estados e municípios ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e operacionalizado pelo INSS, proporcionando comodidade ao requerente e redução do fluxo de pessoas no âmbito das Agências da Previdência Social - Em fase de implementação.
- 17. Implantação de sistema de controle e tramitação de recursos de benefícios - RECNET**
Ajustar e implementar um sistema de acompanhamento de recursos que tem por objetivo dotar o INSS de uma ferramenta que controle a tramitação dos processos recursais, de forma confiável e eficiente, utilizando tecnologia Web, permitindo o cadastramento e emissão de documentos, referentes a tais processos e possibilitando a estruturação do histórico de todas as fases do processo. O sistema integra-se a outros, tais como: SIPPS e CRPS/WEB.
- 18. Supervisão no Reconhecimento, Revisão e Manutenção do Direito**
Tem por objetivo substituir o PAB limite de alçada da concessão por uma modalidade segura; conferência prévia da concessão, revisão e do recurso antes da liberação do crédito; supervisão a posteriori dos benefícios em manutenção.
O Sistema atual está sendo alterado para cumprimento das premissas estabelecidas nas alterações sugeridas.
- 19. Batimento CPF**
Está sendo feito batimento com os 23 milhões de benefícios no SUB e os 16,5 milhões de NIT validados, resultado do batimento do CNIS com o banco de dados da SRF.
- 20. Capacitação de Servidores**
No decorrer dos últimos 100 dias, foram aprovados 442 projetos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos. Esses projetos disponibilizaram 18.128 oportunidades de capacitação para servidores da Direção Central, Superintendências, Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social em todo o País. Dentre as oportunidades já oferecidas, cabe ressaltar a capacitação dos 200 analistas previdenciários com formação em ciências contábeis, os 300 analistas com formação superior e os 600 técnicos previdenciários admitidos no último concurso público, realizado em janeiro do corrente exercício.
O módulo de capacitação a distância foi disponibilizado pela Universidade Corporativa da Previdência Social - UniPREV, com o Curso Ética no Trabalho. Foram disponibilizados ainda, mediante a UniPREV, os seguintes cursos a servidores do INSS (período de 14/03/2005 a 10/05/2005): Trabalho em Equipe; Introdução ao Uso da Internet e Segurança de Redes. Somando todas as ações disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos foram totalizadas 19.326 - oportunidades oferecidas - e 8.208 capacitações concretizadas

- 21. Concurso para admissão de servidores**
Foram realizados concursos públicos para admissão de 1.500 médicos peritos e 900 técnicos e analistas previdenciários, para aumento da força de trabalho do INSS.
- 22. Regularização de unidades habitacionais alienadas pelos ex-Institutos de Aposentadorias e Pensão**
Estão em procedimentos de regularização aproximadamente 7.500 unidades alienadas nas décadas de 30 a 70 em 13 conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro.
- 23. Aprovado o Plano Nacional de Desimobilização 2005/2006**
Alienação de aproximadamente 1.000 imóveis nos próximos 12 meses, devendo ser publicado em outubro/2005 a primeira etapa com 250 imóveis situados no sul/sudeste.
- 24. Estudo em andamento do INSS/MPS/MFazenda sobre imóveis do INSS cedidos a União**
Estudo visando regularizar por meio de alienação à União de mais de 200 imóveis atualmente cedidos a órgãos públicos federais.
- 25. Protocolo de Intenções entre MPS/INSS/MCidades/CAIXA**
Alienações de imóveis do INSS situados em centro de cidades, objetivando o atendimento de demanda por habitações para a área social e regularização de áreas fundiárias urbanas (favelas e invasões).
- 26. Estudo para regularização das atuais ocupações de imóveis funcionais**
Formado grupo de trabalho no INSS para regularizar ocupações de apartamentos funcionais, visando melhor atender ao TCU e ao MP.
- 27. Estudo para alienação dos apartamentos funcionais**
Estudo para alienar 368 imóveis, apartamentos funcionais estimados em 80 milhões de reais.
- 28. Obras de reparos e melhorias**
Promovidas obras de reparo e melhorias em 87 unidades do INSS. O custo foi da ordem de R\$ 1.744.676,86.
- 29. Obras do Programa de Melhoria do Atendimento - PMA**
Em andamento 39 obras do PMA, com custo orçado em R\$ 12.449.663,40.
- 30. Contratação de mobiliário para obras em andamento**
Orçados R\$ 2.249.026,08 para garantir a aquisição de mobiliário para obras em andamento.
- 31. Contratos de Manutenção predial, elevadores e ar-condicionado**
Despendidos R\$ 1.884.269,01 em pagamento de 22 contratos de manutenção.

32. **Processos continuados e descentralização de recursos para material de consumo**
Atendidas 42 Gerências-Executivas mediante repactuação, acréscimo, prorrogações e novas contratações, no valor de R\$ 2.163.211,00. Foram, ainda, descentralizados recursos para material de consumo na ordem de R\$ 18.440.289,21.
33. **Desenvolvimento de Tomada de Contas Especiais**
Constituídas vinte e uma comissões permanentes de Tomada de Contas Especial - TCE, criados bancos de dados para controle, acompanhamento de processos e de ofícios recebidos dos órgãos de controle interno e externo.

Dataprev

Ações estruturantes

1. **Definição dos papéis e dos atores da Previdência**
Definida a DATAPREV como Executora e Elaboradora da Política de Tecnologia da Informação no Âmbito da Previdência Social.
2. **Reestruturação do Conselho de Tecnologia da Informação - CTI**
Deu ao CTI a Característica Técnica, indicando para a Presidência do Conselho, o Presidente da DATAPREV, e indicando os Diretores técnicos da Empresa como Membros do Conselho.
3. **Implantação do Novo Modelo de Gestão - NMG**
Definidas as regras e responsabilidades na Implantação do NMG, pela Portaria Ministerial que determina o Termo de Governança.

Ações Organizacionais

1. **Composição da Diretoria da DATAPREV**
Aprovada no Conselho de Administração e encaminhada proposta de Decreto para assegurar que as Diretorias Técnicas da DATAPREV (DNG e DOP), sejam preenchidas por Empregados da Empresa.
2. **Plano de modernização da DATAPREV**
Elaborado e entregue ao Ministério Público e Tribunal de Contas da União o Plano de Modernização da Dataprev, que atende a uma antiga exigência destes órgãos bem como integra os diversos planos existentes na previdência sobre o assunto, particularmente o NMG e a Migração

3. Captação de recursos para o Plano Emergencial

Em andamento a obtenção dos recursos de investimento, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, para as ações emergências referentes a melhoria dos serviços prestados e do combate a fraude e redução de custos.

Ações Operacionais

1. Melhoria das informações cadastrais

Executada a primeira etapa do batimento das informações da Previdência (CNIS) com as informações da Receita Federal (CPF).

2. Código de Barras na GPS

Implantado o Código de Barras na GPS que irá melhorar o controle da arrecadação bem como reduzir os custos dos serviços prestados pelos bancos conveniados.

3. Acesso ao sistema de Perícias Médicas

Implantado o agendamento de consultas, via internet, que permite a marcação de consultas de perícias médicas, reduzindo, assim, o deslocamento do segurado à Agência da Previdência Social.

Anexos

Empréstimo Consignado

Bancos conveniados:

- ASB S.A Crédito, Financiamento e Investimento
- Banco Arbi S/A
- Banco BGN
- Banco BMC
- Banco BMG S/A
- Banco Bonsucesso S/A
- Banco BVA S/A
- Banco Cacique S/A
- Banco Credibel S.A
- Banco Cruzeiro do Sul S/A
- Banco do Brasil
- Banco do Estado do Piauí

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul
- Banco Fibra S.A
- Banco GE Capital S/A
- Banco IBI
- Banco Industrial do Brasil S/A
- Banco Indusval S/A
- Banco Matone S/A
- Banco Máxima S/A
- Banco Mercantil do Brasil S/A
- Banco Panamericano S/A
- Banco Paulista S/A
- Banco Pine S/A
- Banco Santander Meridional S/A
- Banco Schahin S/A
- Banco Votorantim S/A
- Barigui Financeira S.A
- BESC Financeira S.A
- Caixa Econômica Federal
- Crefisa S.A
- HSBC Bank Brasil S/A
- Intermedium Crédito, Financiamento e Investimento S.A
- Paraná Banco S/A
- Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A
- Portocred S.A
- RS Crédito, Financiamento e Investimento S/A
- Sul Financeira S/A
- União de Bancos Brasileiros S/A - Unibanco

MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS			
Data	Nº Empréstimos	Valores	Média
11/mar	1.687.562	4.254.466.813,48	2.521,07
4/abr	2.065.997	5.027.830.502,50	2.433,61
9/mai	2.624.905	6.068.688.579,42	2.311,97
2/jun	3.083.696	6.798.980.231,36	2.204,82
12/jul	3.710.279	7.761.678.575,64	2.091,94

Variação Mês a Mês/ Média Diária de Empréstimos				
Data	Nº Empréstimos	Variação Quant.	Dias Úteis	Média Diária
11/mar	1.687.562	318.007	17	18.706
4/abr	2.065.997	378.435	16	23.652
9/mai	2.624.905	558.908	24	23.288
2/jun	3.083.696	458.791	17	26.988
11/jul	3.710.279	626.583	27	23.207

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Arrecadação Líquida						
	Realizado 2004	2005					
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão 2005	Meta 2005 Portaria nº 597/05 (A)	Realizado 2005 (B)	Dif. Realizado - Meta Portaria nº 597/05 (B - A)	Realizado/Meta Portaria 597 (B/A)
Jan	5.850	8.047	8.047	7.850	8.047	197	102,51%
Fev	7.113	8.051	8.051	7.724	7.371	(353)	95,43%
Mar	7.138	8.503	8.588	7.584	8.236	652	108,60%
Abr	7.198	8.155	8.318	7.866	8.598	732	109,31%
Mai	7.276	8.208	8.454	8.263	8.188	(75)	99,09%
Jun*	7.900	8.340	8.590	8.455	8.526	71	100,83%
Acumulado do ano	42.475	49.304	50.049	47.742	48.966	1.224	102,56%
Jul	7.509	8.393	8.645	8.550	-	-	-
Ago	7.583	8.447	8.869	8.987	-	-	-
Set	7.440	8.501	9.011	8.665	-	-	-
Out	7.759	8.285	8.782	8.941	-	-	-
Nov	7.681	8.480	9.158	8.969	-	-	-
Dez	13.319	14.009	15.130	17.790	-	-	-
Total	93.765	105.419	109.644	109.644	48.966	1.224	

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Benefícios Previdenciários					
	Realizado 2004	2005				
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão 2005* (C)	Realizado 2005 (D)	Dif. Realizado - Meta 2005 (D - C)	Realizado/Meta (D/C)
Jan	8.857	10.497	10.497	10.498	1	100,00%
Fev	9.090	10.311	11.843	11.169	(674)	94,31%
Mar	8.628	10.344	10.797	10.573	(224)	97,93%
Abr	9.287	10.377	10.429	10.612	183	101,76%
Mai	9.419	10.410	10.326	10.531	205	101,99%
Jun *	9.940	11.363	11.008	11.280	272	102,47%
Acumulado do ano	55.221	63.302	64.900	64.663	(237)	99,63%
Jul	9.920	11.398	11.049	-	-	-
Ago	10.154	11.435	11.110	-	-	-
Set	10.078	11.470	11.089	-	-	-
Out	10.314	11.507	11.037	-	-	-
Nov	10.142	11.544	11.302	-	-	-
Dez	19.922	22.567	21.121	-	-	-
Total	125.751	143.222	141.609	64.663	(237)	

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

* Não houve revisão da distribuição da despesa com benefícios previdenciários após a divulgação do Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, assim como ocorreu com a meta de arrecadação (Portaria nº 597/05).

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Realizado 2004	Déficit 2005					
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão	Meta Portaria nº 597/05 (E)	Realizado (F)	Dif. Meta - Realizado 2005 (F - E)	Realizado/Meta Portaria nº 597 (F/E)
Jan	(3.007)	(2.450)	(2.450)	(2.647)	(2.451)	196	92,6%
Fev	(1.977)	(2.260)	(3.792)	(4.119)	(3.798)	321	92,2%
Mar	(1.490)	(1.841)	(2.209)	(3.213)	(2.337)	876	72,7%
Abr	(2.088)	(2.222)	(2.111)	(2.563)	(2.013)	549	78,6%
Mai	(2.143)	(2.202)	(1.872)	(2.063)	(2.343)	(281)	113,6%
Jun*	(2.040)	(3.023)	(2.418)	(2.553)	(2.755)	(201)	107,9%
Acumulado do ano	(12.746)	(13.998)	(14.851)	(17.158)	(15.697)	1.461	91,5%
Jul	(2.411)	(3.005)	(2.404)	(2.499)	-	-	-
Ago	(2.571)	(2.988)	(2.241)	(2.123)	-	-	-
Set	(2.638)	(2.969)	(2.078)	(2.424)	-	-	-
Out	(2.555)	(3.222)	(2.255)	(2.096)	-	-	-
Nov	(2.461)	(3.064)	(2.144)	(2.333)	-	-	-
Dez	(6.604)	(8.558)	(5.991)	(3.331)	-	-	-
Total	(31.985)	(37.803)	(31.965)	(31.965)	(15.697)	1.461	-

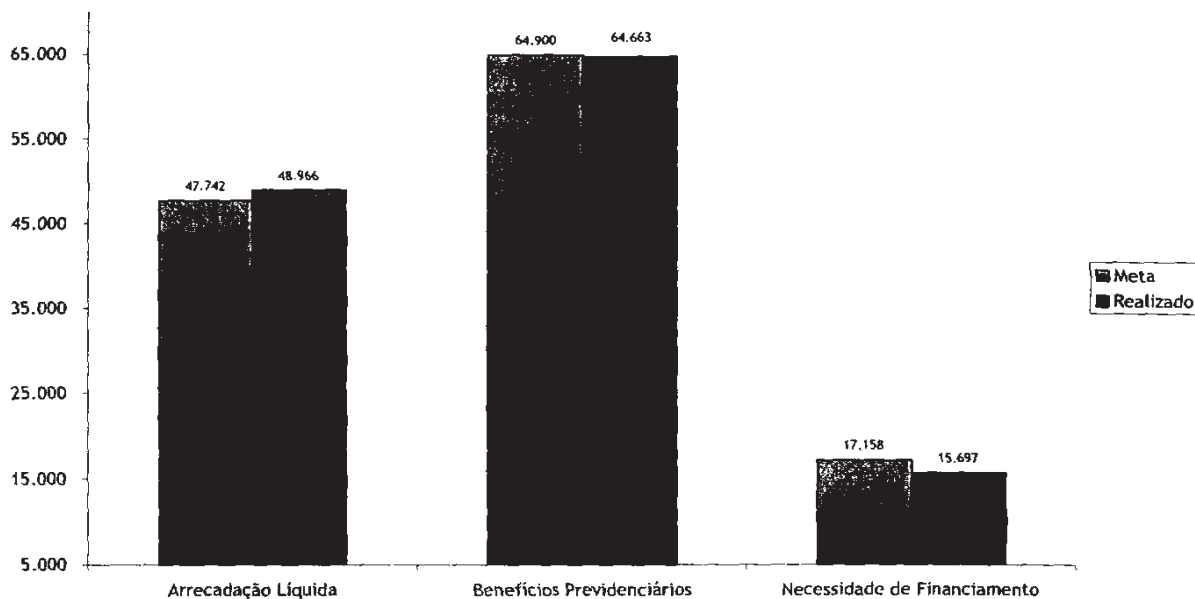
Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

Arrecadação, Despesa e Necessidade de Financiamento da Previdência Social
- Acumulado Jan-Jun* de 2005 (Em R\$ Milhões Correntes) -



O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Romero Jucá, a solicitação de V. Ex^a será atendida nos termos do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, será hoje a ida do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Peru, à cidade de Porto Maldonado, localizada a mais ou menos 250 quilômetros da fronteira com o Acre, portanto, com o território brasileiro. Esse será um momento especial, pois Sua Excelência e o Presidente do Peru, Alejandro Toledo, assinarão a ordem de serviço para o início do asfaltamento de mais 300 quilômetros da chamada rodovia Bio-Oceânica, que vai interligar, definitivamente, o oceano Atlântico ao oceano Pacífico.

É uma meta desafiante o asfaltamento de mais ou menos mil quilômetros, dos quais 700 quilômetros já estão asfaltados. Hoje, o Presidente da República assina, juntamente com o Presidente do Peru, a ordem de serviço. Ou seja, já transcorreu o processo licitatório, já se definiu qual será a empresa ou as empresas que executarão a obra, e a ordem de serviço está posta.

Ontem, saiu uma grande caravana de empresários, comerciantes, cidadãos e agentes públicos do Acre, comandada pelo Governador do Estado, Jorge Viana, para prestigiar e homenagear esse momento dos mais estratégicos da história da integração sul-americana.

O foco da integração física era basicamente voltado para o chamado Conesul, em que o Brasil, a Argentina, os irmãos do Uruguai e do Paraguai mantêm integração física definitiva. Havia uma espécie de ilha continental, que é a América Andina em relação ao Brasil e aos países que não são andinos. Agora, existe a possibilidade concreta da conclusão e da integração física na chamada rodovia Bio-Oceânica, onde 33 milhões de cidadãos, bolivianos e peruanos estarão voltados para a Amazônia brasileira, para o Brasil, num processo de integração cultural e sócio-política, de relações internacionais e, especialmente, de relações culturais. Está ali a grande oportunidade de consolidação da tese da chamada Comunidade Sul-Americana de Nações.

Não podemos abrir mão disso e, ao mesmo tempo, deixar de lado a oportunidade da ruptura com aquilo que é hoje a América Andina, que está voltada para a Ásia nas suas relações comerciais e nas suas relações de integração, quando poderia perfeitamente estar voltada para a Amazônia brasileira, para o Brasil, no seu

modelo de convivência pacífica e irmã como povos latino-americanos ou sul-americanos.

A expectativa é muito grande. Hoje, temos uma relação comercial da ordem de apenas US\$8 milhões, envolvendo o Estado do Acre, o Peru e a Bolívia. Com essa rodovia, seguramente, podemos pensar, no médio prazo, em uma relação comercial que supere US\$500 milhões, podendo chegar a US\$1 bilhão. Temos carnes, peixes, frutas e madeira para esse intercâmbio comercial. Os irmãos peruanos e bolivianos têm minérios, pedras e produtos estratégicos para a Amazônia ocidental.

Esse mercado que se avizinha depende muito dessa estrada. Atualmente, grandes empresas brasileiras avançam suas prospecções, começam a se instalar às margens da rodovia Bio-Oceânica, na área de produção estratégica de minerais, pensando na grande potencialidade que pode representar a chamada rodovia Bio-Oceânica.

Há ali um horizonte estratégico para o ecoturismo. Hoje, a segunda fonte de imigração do turista europeu para a América Latina, além do México e da região de Cancun, é exatamente a região de Machu Picchu, que está a poucos minutos de voo do Brasil e estará definitivamente integrada a partir da consolidação dessa rodovia. Poderá haver o segundo movimento de turistas europeus na Amazônia brasileira, associados à Amazônia peruana e boliviana, o que pode significar muito em termos de divisas e de atividades comercial, cultural e social integradas entre esses povos.

O Governador Jorge Viana tem buscado, com muito zelo, de maneira muito judiciosa, estabelecer precauções para os impactos ambientais que essa rodovia pode representar, tentando preservar as populações tradicionais, o **modus vivendi** daquelas comunidades que habitam as margens das rodovias, para que não percam sua identidade cultural e sua individualidade, mantendo também o seu dia-a-dia tradicional. Em vez de sermos apenas um corredor para a passagem do grande caminhão carregado de riquezas e de produtos comerciais, que sejamos um povo forte, convivendo às margens de uma rodovia estratégica para a América do Sul, que consolidará definitivamente a chamada América andina!

Cumprimento o Governo brasileiro e expresso minha admiração ao Presidente Lula pela coragem e determinação, pelo rompimento que conseguiu causar no chamado preconceito que alguns grandes grupos políticos e empresariais do Peru tinham em relação a essa rodovia, porque é evidente que já estavam muito bem estabelecidos e já tinham muito bem definidas suas práticas comerciais com o mercado asiático. Essa prática inovadora de levar produtos brasileiros a par-

tir da Amazônia para a comercialização com seus 33 milhões de consumidores, com o movimento inverso também, representava um novo desafio. Esse desafio e o preconceito foram rompidos. Hoje há uma adesão da sociedade peruana à viabilização dessa rodovia, e penso que ela se afirmará como marco definitivo na ação integrada para o turismo e o ecoturismo, para atividades comerciais, para as relações culturais e políticas da América Andina com a Amazônia brasileira.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tem tido suas preocupações de acompanhamento e movimentação estimulante para a realização dessa rodovia. Na figura do Presidente Lula e do Embaixador Celso Amorim, o Governo brasileiro a tem colocado como agenda prioritária. O Senado Federal brasileiro concluiu, há poucos dias, quando tive a honra de ser o Relator, uma matéria que avança mais ainda no amadurecimento diplomático dos povos sul-americanos, quando rompemos, de acordo com o que já foi feito no Congresso peruano e no Congresso boliviano – há poucos dias, isso foi feito no Congresso brasileiro –, com a obrigatoriedade do passaporte nas áreas de fronteira entre os povos peruano, boliviano e brasileiro.

São avanços sólidos de uma política externa brasileira correta, adequada, integradora. Não é uma política das vaidades, mas sim de coexistência e de construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Fico muito feliz em dar essa notícia, é um momento muito bom. Um grande movimento político e cultural se afirma hoje em Porto Maldonado, com a presença dos dois Presidentes e representantes do Parlamento Amazônico naquela localidade.

O novo Embaixador do Brasil no Peru, Luiz Augusto de Araújo Castro, está extremamente preocupado em ser o grande vetor catalisador desse processo acelerado de integração entre brasileiros, peruanos e, é claro, bolivianos. O Governo do Acre também cumpre seu papel, e acredito que, em poucos meses, contaremos com essa obra muito avançada e com a certeza de que se efetivará a integração sul-americana e de que a América Andina será parte, de fato, de um povo só, da chamada Comunidade Sul-Americana de Nações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o pronunciamento do Presidente da República foi repetitivo; ouvimos o mesmo discurso dos últimos tempos. O Presidente

Lula afirmou: “Não podemos permitir que essa crise política seja manipulada por interesses menores e se alastre artificialmente”.

A que se refere o Presidente da República? Interesses menores foram os que moveram os artífices desse gigantesco esquema de corrupção que estamos investigando no momento.

Disse mais o Presidente: “Faço questão de tranquilizar as pessoas de bem e advertir aos mal-intencionados que as turbulências políticas não vão tirar o Governo do seu rumo”.

Ora, Sr. Presidente, quem são os mal-intencionados? Certamente, aqueles auxiliares do Presidente, dirigentes partidários que ele nomeou, outros que credenciou e que freqüentaram o Palácio do Planalto; certamente aqueles que, como se revelou nos últimos dias, fizeram inúmeras ligações para a Presidência da República e para 20 Ministérios: o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares. Evidentemente, são ligações suspeitas, que estabelecem vínculos entre pessoas e o Governo, mostrando, sem dúvida nenhuma, aquilo que já é conhecido, essa confusão entre o que é público e o que é privado.

Aliás, o que se percebe, com tantas ligações do Sr. Marcos Valério, com sua presença assídua nos órgãos governamentais, com sua influência explicitada, é que ele se constituía em verdadeiro Ministro sem pasta. O Sr. Delúbio Soares acabava sendo, na verdade, coadjuvante; o grande operador era, sem dúvida nenhuma, o Sr. Marcos Valério.

O Presidente, mais uma vez, dá a impressão de que assumiu o Governo antes do Plano Real e não depois dele. Veja, Sr. Presidente, que o Presidente Lula afirma o seguinte: “Todos sabem que, quando eu assumi a Presidência, o Brasil estava mergulhado em uma profunda crise econômica e social. O quadro era assustador”. Fica a impressão, portanto, de que ele assumiu o Governo antes do Plano Real, que proporcionou uma razoável estabilidade da nossa economia. Foi nessas circunstâncias que o Presidente Lula iniciou o seu mandato.

É claro que houve uma pequena turbulência provocada exatamente pela desconfiança do mercado em razão do que dizia o Presidente Lula antes de ser Presidente. A sua posição contra o Plano Real, a condenação ao superávit primário, o voto contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, a pregação de rompimento com o Fundo Monetário Internacional, ou seja, o que dizia o candidato Lula provocou uma pequena turbulência no mercado, desfeita logo após a sua posse, porque ficou estabelecido que ele não cumpriria nenhuma das suas promessas da campanha eleitoral. Portanto, o Presidente é injusto, quando tenta fazer com que to-

dos acreditemos que tenha assumido o Governo em momento de catástrofe econômica nacional.

Depois, o Presidente da República fala do crescimento econômico. Comemora, de forma exagerada, índices pífios de crescimento econômico. Eu, pelo menos, não me conformo, Sr. Presidente, com esses índices. Estamos crescendo muito menos do que deveríamos crescer. A Argentina deve crescer 7,5%; a Venezuela, 8%; o Chile, 6%; e, para o Brasil, a mais otimista previsão, anunciada agora pelo IPEA, eleva o índice de 2,8% para 3,5%. Dessa forma, o Brasil terá um dos menores crescimentos do mundo, perdendo até mesmo para países da África.

Ora, há razões para comemorar esse crescimento? O Presidente da República tem méritos no que diz respeito à manutenção da estabilidade da economia. Isso ele poderia anunciar como feito, mas não pode anunciar avanços, pois não aconteceram. Na verdade, o Presidente não inovou, não criou, não ofereceu ao País um novo modelo de política econômica: preservou os mesmos fundamentos que persistiram durante os oito anos do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele poderia destacar, como mérito do seu Governo, portanto, a preservação dessa conquista, que é a estabilidade da economia.

Sr. Presidente, o Presidente também destaca sempre as exportações. Miriam Leitão diz bem: "Quem exporta é exportador". E os nossos exportadores são cada vez mais competitivos, apesar do câmbio baixo.

Hoje, foram divulgados pelo IBGE dados importantes, que desmentem a euforia do Presidente Lula. A produção industrial brasileira registrou queda de 2,5% em julho; o resultado representa a maior perda desde janeiro de 2003. O recuo observado em julho foi generalizado e atingiu 20 das 23 atividades pesquisadas. As retrações mais significativas foram registradas em veículos automotores (-4,6%), material eletrônico, equipamentos e comunicações (-10,7%) e máquinas e equipamentos (-5,7%). Os bens de capital, máquinas e equipamentos registraram queda de 7,6%; os bens intermediários (insumos industriais), de 1,9%; e os bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (roupas e alimentos) caíram 0,9%.

Segundo o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, a renda **per capita**, no primeiro ano do Governo Lula, caiu 0,91%, sob o ponto de vista do poder de compra.

Esses números, que são oficiais, desmentem, desautorizam a euforia do Presidente da República. A política econômica que o Presidente destaca como de autoria e responsabilidade do seu governo, repetido, reproduz os fundamentos macroeconômicos da

política adotada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mais alguns dados importantes. Em junho de 1994, a inflação estava em 47%, quando foi controlada pelo Plano Real. Em 2001, a média foi de apenas 0,6%. Portanto, de 47% ao mês, em média, para 0,6% ao mês.

O crescimento econômico médio entre 1995 e 2001 foi da ordem de 2,9% do PIB, superior aos seis anos anteriores. Isso se deu apesar de ter enfrentado o Brasil três crises econômicas internacionais gravíssimas: a mexicana, a asiática e a russa.

Destaco esses fatos exatamente porque o Presidente Lula insiste em cometer injustiças relativamente aos seus antecessores. É claro que 2,9% de média é também um crescimento pífio, é um crescimento medíocre, é um crescimento aquém das nossas necessidades e das nossas potencialidades. Mas é superior ao crescimento que se verifica no atual governo. É por essa razão que não há como se admitir esse conformismo com os índices de crescimento econômico do nosso País. Evidentemente, há setores que aplaudem o Presidente e dão sustentação a esse discurso porque são os setores beneficiados: os grandes exportadores, os banqueiros nacionais. Esses naturalmente aplaudem o discurso do Presidente Lula.

O Presidente também, no discurso de ontem, falou nas ações sociais do seu Governo como imbatíveis em todos os tempos. Pois bem, a rede de proteção social no Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, deu prioridade a essas ações voltadas para os chamados mais pobres, os chamados excluídos. Eram onze programas diferentes, mobilizando recursos da ordem de R\$29,4 bilhões. Foi, sem dúvida, a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor de pobres realizada pelo Estado brasileiro em toda a História do País.

A política social do Governo Lula, depois que a farsa do Fome Zero levou os seus principais assessores a pedirem exoneração, em face do fiasco do Programa, depois disso, vieram as trapalhadas em torno do Bolsa Família, fraudes e falhas de cadastro, amplamente noticiadas, sem falar na política indigenista que foi criticada até mesmo no Exterior. Mas o Presidente vangloria-se da política social do seu Governo.

E vem agora um dado dramático para quem considera o Governo anterior medíocre nas ações sociais. E esse dado é de um economista conceituado no País, professor da Unicamp, o Professor Márcio Pochmann, ex-Secretário do Trabalho da gestão petista em São Paulo. Segundo o estudo desse professor da Unicamp, o Governo Lula reduziu, em 2004, os gastos sociais em R\$9.9 bilhões, ou seja, cerca de R\$10 bilhões em

relação a 2001, penúltimo ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, não gostamos de comparações, até porque há que se questionar momentos, circunstâncias, a realidade econômica mundial, mas não pode o Presidente Lula, permanentemente, insistir nessa tese de que o seu governo é o maior empreendedor da história e que quer que ele seja comparado ao final da sua gestão, e destacar, especialmente, um crescimento econômico irrisório que perde para o Peru, para o Chile, para a Bolívia, para a Venezuela e que perde para todos os países da América Latina, com exceção do Paraguai – mas para o Presidente Lula é um grande feito e uma grande conquista do seu governo. De outro lado, a questão social que ele insiste em dizer que o seu governo vem investindo como nunca se investiu neste País, e os números aqui apresentados, inclusive por um Professor com ligações estreitas com o PT, são números que desmentem o Presidente e desautorizam a sua afirmativa costumeira.

Relativamente à crise política, o Presidente foi mais contundente, mas, como antes, ficou apenas na manifestação de intenção. Não avançou em relação a atitudes, a providências. Não informou que providências deve adotar, para instrumentalizar os órgãos de investigação e agilizar os procedimentos adotados por Polícia Federal, por Ministério Público, com o objetivo de oferecer uma investigação eficaz, capaz de apresentar à Nação todas as respostas exigidas pela sociedade brasileira, diante deste que é o maior escândalo de corrupção da história do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de pasmar o discurso de Sua Excelência o Presidente da República, no dia da Independência do Brasil.

É inacreditável que o Presidente informe à Nação que vai falar no dia 7 de setembro e não tenha uma palavra sequer sobre o próprio dia e, ainda mais, sobre as mazelas do seu governo. Eu tinha a impressão, às vezes, que não era ele quem estava falando, que era o presidente da Nigéria. Estavam juntos e, como os assuntos não eram realmente os que o País deseja saber, da corrupção desenfreada deste Governo que a moral a cada dia desce mais no conceito dos brasileiros, eu tinha a impressão de que o Presidente ia enfrentar, dizer o nome dos seus traidores, se é que os têm, embora ele tenha traído muita gente. Mas nada disso aconteceu.

O Presidente leu um discurso inosso, e o País ficou sem saber, absolutamente nada, do que ele pensa e da sua responsabilidade nessa crise grave, a maior de todos os tempos no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, o Presidente Lula disse que o País não ia perder o rumo. Nesses anos, o Governo não teve rumo; conseqüentemente, não ia perdê-lo, ia continuar sem rumo, como vai continuar sem rumo, tenho certeza, porque Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, não se interessa por isso.

Abandonou os trabalhadores para ficar, ele sim, com as elites. Ele sim que providenciou os maiores aumentos dos bancos em todos os tempos. Ele sim que, por meio de alguns prepostos, cria algumas crises para disfarçar a verdadeira crise, que é ele na presidência.

Portanto, Sr. Presidente, preocupa-me a situação realmente alarmante do Sr. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados. Nós da Bancada baiana do PFL sabíamos que o Severino não tinha condições para ser Presidente da Câmara. Nele não votamos, embora, infelizmente, parte do nosso Partido, como do PSDB e das oposições quisessem impor uma derrota, no caso ao Governo. E não foi uma derrota para o Governo, mas sim para a instituição.

Jamais o Sr. Severino Cavalcanti poderia ser um bom Presidente, ele que nunca foi um bom Deputado. Jamais poderia ser um homem inteligente porque as provas e as demonstrações que tem dado na vida não são de inteligência, embora, algumas vezes, de sabedoria. Não poderia o Sr. Severino Cavalcanti honrar o posto máximo da Câmara dos Deputados; e o contraste evidente se vê com o Senado, cujo Presidente, pelo menos até aqui, tem demonstrado alta capacidade e inteligência, inclusive de não ir para os Estados Unidos em companhia de Severino Cavalcanti.

Pedi desta tribuna, há 15 dias, que Severino adocesse antes do escândalo do restaurante, mas não fosse de jeito nenhum à ONU representar o Brasil, nem em qualquer Parlamento, porque a presença de Severino iria ser um desastre, como será. Ele jamais lerá o discurso que fizeram para ele sem afrontar o nosso idioma.

De modo que me preocupa, Sr. Presidente, desviar-se essa crise que é do Governo Lula para o Sr. Severino Cavalcanti. O Sr. Severino Cavalcanti realmente não merece estar na Presidência, mas não se pode mudar o foco, que é Lula, que é a imoralidade constante deste Governo, para Severino Cavalcanti. Estaremos cometendo um ato de insanidade se mudarmos o pólo da crise. Isso não quer dizer que não se tome providências contra o Deputado Severino Cavalcanti, mas não se deixe de tomar as providências contra os

que praticaram os crimes que desonram o Congresso Nacional, principalmente o Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República.

O Senador Alvaro Dias, há pouco, falou uma coisa: todos os dias o Senador Aloizio Mercadante vem à tribuna – e o Presidente Lula aprendeu, deram a ele essa lição – e erra todo dia com números que não são verdadeiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os órgãos internacionais apontaram, nos últimos dias, que o Brasil foi o país da América Latina que menos cresceu. É inacreditável, mas é verdade. E ainda se fala nesses números que o Presidente Lula repete sem saber o que está falando.

Temos que dizer a verdade desta tribuna, pois o Senador Aloizio Mercadante virá com os mesmos números, vamos ouvir as mesmas coisas e não se dirá a verdade. O momento internacional é propício ao grande crescimento de todos os países, principalmente os emergentes. Mas o Brasil, de todos os países emergentes, é aquele que menos cresceu. Os índices do nosso País nos envergonham; só não envergonham ao Presidente da República porque Sua Excelência não sabe do que se trata em relação à numerologia.

Portanto, precisamos lutar; lutar com coragem. O que se passa no meio militar é uma afronta diária do Presidente da República aos militares e às suas famílias.

As famílias dos militares foram às ruas no dia 7 de Setembro, em todos os lugares do Brasil, inclusive na minha terra, para protestar contra a falta de palavra do Presidente da República que prometeu – olhe lá, já tem dois anos! – um aumento de 23%, que até hoje não cumpriu e quer dividir em duas partes.

Ora, Sr. Presidente, não se dá sequer o aumento aos militares, porque as Forças Armadas estão no seu mister de cumprir a Constituição, mesmo quando o Presidente da República não cumpre a palavra.

De modo que trago, neste instante, um apoio aos militares pelo 7 de Setembro e pela situação precária em que vivem com as suas famílias, em virtude da insensatez do Governo da República.

Quero dizer ao Senhor Presidente: se ele não tem bons conselheiros, não abuse tanto das Forças Armadas. Não desejo que a casa caia; ao contrário. O País não suporta mais isso. Entretanto, há de se convir que o trabalhador brasileiro não pode viver com o salário que tem, não pode de jeito nenhum.

Há pouco, o ex-Ministro da Previdência falava desta tribuna e mostrava que o trabalhador não podia sequer pagar aquilo que era obrigado e que ele diminui, segundo ele, de R\$60 para R\$27, de R\$60 para R\$33.

Ora, Sr. Presidente, se o próprio Ministro diz isso... Quando aqui lancei o salário mínimo de R\$384 houve a grita geral. Inclusive, a imprensa ficou contra mim, mas não ficou e não tem ficado contra os lucros dos banqueiros, que chegam a bilhões no semestre. Nunca se ganhou tanto no mundo como os banqueiros do Brasil. E isso no Governo do operário, do torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente da República e os seus líderes me devem satisfação e, por meu intermédio, ao Brasil. Queremos saber se ele sabia ou não do mensalão. O Governador Marconi Perillo, Roberto Jefferson e Miro Teixeira informaram ao Presidente do mensalão, e ele ou não quis tomar conhecimento ou quis ignorar o que não gosta de ouvir.

Também perguntei aqui e pergunto agora outra vez: quais as explicações do Presidente da República sobre os R\$5 milhões que a Telemar deu para uma empresa do filho dele? Que não conheça o que se passa no Brasil é intolerável, mas é inexplicável que não conheça o que se passa na sua própria família! A Telemar entendeu por bem patrocinar a empresa do filho do Presidente da República com R\$5 milhões.

Ora, Sr. Presidente, desses assuntos já tratei da tribuna. Tenho cobrado sempre e cobrarei mais ainda. O Presidente não explica o empréstimo que tomou. Segundo ele, isso não se deu no seu Partido. Ele não tomou empréstimo algum. Mas aparece pago pelo Sr. Okamoto, que dirige o Sebrae, empréstimo de R\$29,6 mil do Presidente da República. Em nome de quem? Luiz Inácio Lula da Silva. Por que não se esclarece esse assunto? O pagamento foi feito no seu Governo! Não há por que negar!

Enquanto o Presidente da República não esclarecer, pelo menos, esses três pontos, faltar-lhe-á autoridade para dizer que o Governo dele tem rumo e, mais do que isso, para pedir desculpas aos brasileiros, porque não há desculpas para roubo.

Portanto, Sr. Presidente, o que há agora – chamo a atenção do Congresso Nacional e, em particular, do Senado da República – é o propósito evidente de desmoralizar as CPIs. Se não estão cumprindo totalmente com seus deveres, pelo menos muitos de seus membros têm feito um trabalho que orgulha o Parlamento nacional. Muita coisa poderia estar mais adiantada, não fosse o Governo atrapalhar no envio de dados indispensáveis. O que se vê são ligações telefônicas do Sr. Marcos Valério e do Delúbio para o Palácio do Planalto. Foram mais de 150 ligações telefônicas! E tudo isso o Palácio do Planalto ignora.

Sr. Presidente, o País não agüenta a crise moral que está abalando os alicerces da Nação. Pedimos ao Senhor Presidente de República que vá à televisão, mas fale com coragem e decisão. Aponte os criminosos

que estão perto dele e que ele disse que o traíram ou assuma a responsabilidade de ter feito um grande mal ao Brasil, o mensalão e a desmoralização dos setores públicos nacionais!

Sr. Presidente, leve ao conhecimento do Presidente Renan Calheiros o meu aplauso por sua atitude de ir aos Estados Unidos em companhia tão difícil como a do Sr. Severino Cavalcanti. Mas, ao mesmo tempo, S. Ex^a deve alertar o Presidente da Nação de que o Senado da República não está disposto a tolerar tantas roubalheiras, como as que existem no Brasil de hoje.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mudo um pouco o foco do meu discurso, para transcrever nos Anais da Casa matéria que acaba de sair na UOL, com o seguinte título: “Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%”.

Durou pouco a alegria da classe média. O Governo não vai reduzir, de 27,5% para 25%, a alíquota mais alta do Imposto de Renda das pessoas físicas. Em tese, a redução deveria acontecer, porque a Lei 10.828, de 2003, definiu que a vigência da cobrança dos 27,5% vai até 31 de dezembro de 2005.

O Governo mandou o Orçamento e esqueceu-se de incluir a manutenção da alíquota. Daí por que automaticamente ela cai. Agora, o Governo reconhece o equívoco, depois de criar a expectativa, principalmente para a classe média, que seria a grande beneficiada, de que, pelo menos no que diz respeito à União, viria um refresco.

O Ministro do Planejamento reconhece o erro e diz que haverá por parte do Governo um ato de correção. Portanto, quem comemorou essa notícia “descomemore”, porque o Governo não vai reduzir a alíquota, como muitos esperavam.

É lamentável que essa peça tão importante, que é o Orçamento, não seja estudada com o afinho e o cuidado que merece, por sua importância.

Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas não se esqueceu o Governo – veja só que perversidade – de colocar que o salário mínimo do trabalhador brasileiro, do próximo ano, será de R\$321,00. Enquanto se esquece de inserir a fonte de renda, estipula o salário mínimo de R\$321,00. Isso é lamentável,

Senador, mas, felizmente, essa época passará mais rápido do que esperamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É lamentável, Senador Antonio Carlos Magalhães, que fatos dessa natureza ainda aconteçam, com a modernização, com o computador, com a eletrônica e com a quantidade de assessores de que dispõem os Ministérios para elaboração dessa peça.

Senador Cristovam Buarque, agora sem partido, este é o País em que estamos vivendo, onde o Governo não sabe o que está mandando para o Congresso e tem de passar por esse constrangimento, que gerará, mais uma vez, descrédito para o Governo e, principalmente, para os que elaboram o Orçamento da União.

Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Heloísa Helena, agora começo a chegar à conclusão de que essas CPIs não vão acabar em *pizza*. Não podem acabar em *pizza*! Os fatos começam a surgir de maneira irreversível. Há diversos nomes elencados. Evidentemente, num conjunto de dezoito nomes, poderemos encontrar pessoas inocentes que consigam provar isso na sua defesa, mas não deve ser o caso da grande maioria dos ali citados. Também não significa que outros nomes não irão surgir ao longo dessas apurações.

Diferentemente dessa CPMI, a famosa CPI que terminou com a saída da vida pública do então Presidente Collor foi instalada em abril e lutou até outubro para alcançar uma prova concreta, o caso do Fiat Elba, para, então, iniciar um processo de maneira consistente.

O volume de provas e denúncias que chegam às três CPIs são bem maiores do que a capacidade de apuração dos Parlamentares. Agora mesmo estamos vendo a chegada à CPMI dos Correios de elementos mostrando a quebra do sigilo telefônico. Com isso, Senador Rodolpho Tourinho, abre-se um novo horizonte que mostra que a ligação de petistas, ou de pessoas ligadas ao Governo, com o poder, principalmente com estatais e órgãos de orçamento próprio – que era o grande filão que eles procuravam –, é bem maior do que imaginávamos. Quando chegarmos à fase da quebra dos sigilos bancários, aí, Senador Tourinho, no dizer popular, é que “a onça vai beber água”. Com esses cruzamentos, vai-se ver a que ponto chegou o relacionamento promíscuo promovido por setores do Governo atual com essas empresas.

É evidente que esse volume de recursos, que já se sabe foi manuseado nesse período, é infinitamente superior aos que apareceram nesses empréstimos, sob a responsabilidade do Sr. Marcos Valério. Parece-me que esses empréstimos serviam apenas como lavanderia, como justificativa para vôo mais alto. Era uma maneira

de se chegar às fontes e dizer que o Partido estava em dificuldade e que, portanto, precisava de apoio.

Quando se chegar, Senador Antonio Carlos Magalhães – e venho dizendo isto aqui há mais de um ano e meio –, à questão envolvendo fundos de pensão, aí vamos ter realmente uma noção da dimensão do descalabro que este País está vivendo. Aliás, o PT, com aquela técnica, como já disse aqui uma vez, de usar o retrovisor e querer sempre se comparar com os governos passados, cai num equívoco grande, porque no Governo Fernando Henrique – e cito apenas o principal dos fundos – o controle da Previ não pertencia mais ao Governo da época, porque o corporativismo sindicalista tinha assumido por completo o controle desses fundos de pensão. O que, aliás, foi uma especialidade à qual o PT se dedicou com muita competência alguns anos antes de chegar ao poder. Daí por que o grande sucesso que o ex-Ministro Gushiken teve comandando indevidamente a estrutura dos fundos de pensão.

Aliás, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a deve se lembrar que o PT incorreu no mesmo erro que incorreu o Governo Collor: entregou a estrutura de comando dos fundos de pensão para quem não tinha nada a ver. Naquela época, o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos foi o escolhido para comandar o sucessor do SNI, que era a Abin. E tivemos uma grande crise envolvendo a estrutura de fundos de pensão, obrigando o Governo, por meio das patrocinadoras, a injetar milhões e milhões para salvar a aposentadoria dos filiados a esses fundos.

Agora, o que fizeram? Foram buscar um homem da estrutura de comunicação, Sr. Luiz Gushiken, e o colocaram para, de maneira informal, escolher, comandar essa estrutura.

Se formos examinar, Senador Antonio Carlos Magalhães, é o Secretário da SPC, Sr. Adacir Reis – se não me engano –, que constantemente agride o Congresso, critica o Congresso, magoado porque nós não aprovamos aquela imoralidade que ele queria que fosse aprovada aqui, Senadora Heloisa Helena, que era a criação da Previc.

É bom lembrarmos, para que a Nação saiba, por que a proposta de criação da Previc foi derrotada. Eles mandaram o projeto, de última hora, como sempre o Governo manda, por medida provisória, e enxertaram quase 900 cargos no projeto da Previc. Acho que V. Ex^a se lembra disso. Quase 900 cargos! E mais, queriam criar um órgão que não era agência nem secretaria, e tinha mais poder do que as agências, porque o orçamento não seria contingenciado, diferentemente do que acontece nas estruturas das agências. E a indicação do Presidente da Previc, em vez de passar pelo crivo do Congresso Nacional, como na estrutura

das agências, seria escolhido por livre arbítrio pelo Ministro da Previdência.

E fica o Sr. Adacir Reis, que tem no seu currículo e na biografia o único fato de ter sido chefe de gabinete do Sr. Gushiken na Câmara dos Deputados e seu assessor nessas empresas de assistência a fundos de pensão, a Gushiken & Associados, posteriormente Globalprev, a criticar o Congresso, como fez agora no fim de semana. É engraçado isso.

Mas o PT, Sr. Presidente, tem mania de criar verdades. Só que a Nação acordou. Criou verdade com relação – e vou repetir aqui – à morte do Sr. Celso Daniel: “Foi crime comum. Ponto e acabado. O irmão do Celso Daniel está protestando porque é louco, porque é doido”. E nós vimos aqui, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a teve oportunidade de ver, acho que a Senadora Heloisa Helena também, o depoimento de um homem lúcido e sofrido.

Aliás, ontem, no Programa do Jô Soares, como em todas as quartas-feiras consagradas ao debate com as meninas do Jô, aquelas competentes jornalistas, a jornalista Lúcia Hipólito fez uma justiça. O Sr. João Francisco vem dizendo isso, Senador Cristovam Buarque, há muito tempo. Só que o poderio do Governo em abafar os fatos não fez eco às palavras desse homem. Mas ele vem dizendo isto há muito tempo: que havia o propinoduto, que o dinheiro era para campanha e, de uma maneira até constrangida, mas como forma inclusive de ficar com a consciência tranqüila e livre, reconhece que seu irmão foi morto porque se envolveu no esquema de arrecadação.

A Senadora Heloisa Helena trouxe para depor – e acho que tem nova data marcada – a mulher do ex-Prefeito da Campinas. Ela vem aqui, não vem, Senadora Heloisa Helena? Vem com o irmão do ex-Prefeito. É outro caso. Mas o PT vende a sua versão, como vendia a versão aqui de que o Sr. Waldomiro Diniz era o homem mais honesto do mundo. Quem não se lembra que, no momento em que estourou esse caso, tramitava aqui o projeto de um importante membro desta Casa regulamentando o jogo? Esse projeto sumiu, ninguém sabe onde anda, ninguém sabe quem viu. Mas era uma das vertentes do PT, era uma das fontes de arrecadação que se preparava.

Senador Cristovam Buarque, agora sem partido, V. Ex^a já imaginou se nós não tivéssemos feito a privatização no Brasil e esses meninos, com as telefônicas, com as companhias de eletricidade, com todas essas empresas na mão, o tamanho desse escândalo qual não seria?

Ao finalizar, Sr. Presidente, repito uma frase que considero muito inspirada e que serve para qualquer ocasião. O velho Neném Prancha, filósofo do futebol

carioca, sempre dizia que “para político, fundo de poço tem mola”. Realmente. O caso em tela é que ninguém acha o fundo do poço do “propinoduto” e da corrupção implantada no País.

Srs. Senadores Cristovam Buarque e Antonio Carlos Magalhães, a última do PT, agora, é evitar que venha depor na CPI o Presidente do Citibank Group do Brasil, o Sr. Gustavo Marin, o mesmo Citibank que, durante 20 anos, o PT dizia que comia – enquanto o brasileiro dormia – a nossa poupança; que era o grande dragão da economia brasileira a serviço dos americanos. De repente, transformou-se em aliado, e estão aí os defensores e os Líderes do Partido dos Trabalhadores fazendo cabala, fazendo ameaças, em alguns casos, para que não se marque data e para que não se realize, aqui,

a oitiva desse Presidente. Mas creio que é importante ouvi-lo. Ele tem participação decisiva em algumas transações comerciais que envolvem empresas brasileiras. E o Citibank não é virgem em matéria de corrupção: ele responde a processo no Chile, responde a processo no México, no Japão e mundo afora.

Senador Cristovam Buarque, quem entra em corrupção entra uma vez e não sai mais. Conceito e honra não têm hímen complacente – só se perde uma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



08/09/2005 - 12h46

**Governo assume equívoco e diz que não baixará
alíquota do IRPF a 25%**

BRASÍLIA - Durou pouco a alegria da classe média. O governo não vai reduzir, de 27,5% para 25%, a alíquota mais alta do Imposto de Renda das pessoas físicas. Em tese, a redução deveria acontecer porque a Lei 10.828, de 2003, definiu que a vigência da cobrança dos 27,5% vai até 31 de dezembro de 2005.

Na elaboração do orçamento, técnicos da Receita Federal entenderam assim e, por isso, a proposta orçamentária foi enviada ao Congresso reduzindo a alíquota do IR para 25%. O corte da alíquota provocaria renúncia de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação federal em 2006.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ao **Valor** que o governo cometeu um equívoco. Segundo ele, a redução do imposto só aconteceria se partisse de uma decisão do presidente. Além disso, disse ele, na interpretação do Planejamento, a diminuição da alíquota teria de ser feita por projeto de lei.

Agora, o governo vai enviar ao Congresso uma mensagem, restabelecendo a alíquota de 27,5%, mas se comprometendo a definir R\$ 2,8 bilhões, no orçamento, como “reserva para desoneração tributária” em 2006. “Vamos assumir que houve um erro”, disse Paulo Bernardo.

Adiante, o governo definirá, portanto, se reduzirá o Imposto de Renda das pessoas físicas ou se promoverá mais uma desoneração de impostos para o setor produtivo. “O IRPF não é prioridade, mas até podemos pensar nisso. Vai depender do presidente”, comentou o ministro.

(Cristiano Romero | Valor Econômico, para o Valor Online)

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, como possibilita o Regimento, falar sentada. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem todos que, como ex-militante do PT e como militante da Esquerda socialista e democrática, fico sempre num misto de tristeza profunda e indignação – e fico indignada na condição de mãe. Tenho certeza de que todas as mulheres e todos os homens de bem e de paz que – repito sempre – querem continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar ficam indignados diante da impunidade, da delinquência de luxo e do aparelho de Estado sendo parasitado e privatizado a serviço de uma minoria. Como militante da Esquerda socialista, isso é algo muito difícil para todos nós, porque poderá significar, no mínimo, quinze anos de novas, boas e grandes lutas para se conseguir incutir no imaginário popular alternativas ao pensamento único.

O Governo Lula entregou o atestado de moralidade pública ao Governo Fernando Henrique e a toda a Direita política e econômica que com ele trabalhou nos anos do seu Governo. Nós, aqui, estrebuchávamos com veemência, condenando o processo de corrupção na privatização do Governo Fernando Henrique, e todas as forças políticas que em torno do Governo Fernando Henrique se articulavam receberam atestado de moralidade pública, porque o Governo Lula foi incapaz de abrir um único procedimento investigatório, uma única auditoria, para, de fato, comprovar como eles parasitaram e privatizaram a máquina pública brasileira.

Ontem, ouvi, em parte, o pronunciamento do Presidente, Senador Cristovam, e, ultimamente, em vez de ouvir, tenho preferido ler sobre o assunto. Sinto-me nauseada e não tenho mais condições de assistir a esses programas.

Quem conhece e quem já militou no Partido sabe exatamente, até do ponto de vista da complexa subjetividade humana, o que está acontecendo por lá. Então, já estou ficando sem paciência para assistir. Leio sobre o assunto para cumprir a minha obrigação constitucional, para analisar os fatos do País, mas já não ouço mais o Presidente, primeiro porque não agüento mais vê-lo legitimar a verborragia neoliberal.

Passamos anos condenando tudo isso, foram anos disputando no imaginário popular alternativas ao pensamento único, ao projeto neoliberal, e, hoje, se divulga, para quem quiser ouvir, que esse é o melhor projeto, que vai desde a entrega de parte importante da riqueza nacional ao capital financeiro até a abso-

luta irresponsabilidade e insensibilidade na utilização dos recursos públicos. Por isso, não há dinheiro para creche, para a saúde, para a segurança pública; para fazer investimentos em infra-estrutura, que dinamizam a economia e geram empregos, geram renda. Mas o que deve ficar no imaginário popular é que há dinheiro para banqueiro e há dinheiro para político safado roubar e se beneficiar desse roubo. É realmente muito difícil agüentar essa cantilena, esses esconderijos.

Ontem e hoje, lendo as manchetes de alguns jornais, tanto do **Correio** quanto da **Folha** – vários abordaram isto –, muito mais do que a análise feita pelos meios de comunicação em relação às vaías ou aos aplausos, o que me marcou muito foi a solidão. O poder não é brincadeira não! Realmente, muitos deles, há pouco tempo, estavam lá, ao lado dele, querendo se tornar o mais permeável possível não apenas para fazer parte do balcão de negócios sujos que o Presidente Lula montou aqui, no Congresso Nacional, quando distribuiu cargos, prestígio, liberou emendas, poder, mensalão ou qualquer outro nome dado a essa maldita patifaria para comprar o Congresso Nacional. Além disso, muitos outros com ele estavam em vários momentos.

Se observarmos o palanque do Sete de Setembro do ano passado, veremos que o palanque só não caía com o peso das personalidades políticas – e deveria cair com o peso das consciências – porque devia ser bem estruturado. Muitos que com ele estavam, usufruindo de todo o prestígio que ele tinha, hoje já não mais lá estão. É claro que continuam usufruindo da máquina nos Estados, da liberação de emendas para que continuem a fazer demagogia nos seus respectivos redutos eleitorais, beneficiando-se de toda a estrutura luxuosa de cargos, prestígio e poder, mas já não mais lá estavam para fazer parte do grupo que recebeu as vaías, porque isso é que foi simbólico. Aplausos foram dados pelos militantes convidados ou pelos cargos comissionados que exercem. Estes receberam um convite para estar lá, no palanque, perto do Presidente. Isso não vale! Do mesmo jeito, as esposas dos militares, que estavam lá, como guerreiras, protestando, para que seus esposos pudessem desfilar para cumprir com a sua obrigação cívica.

O mais assombroso é que, infelizmente, o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT não foram capazes de identificar o quanto o poder, por mais que seja sedutor, é provisório, é passageiro. Eles não conseguiram identificar isso, eles foram incapazes de entender que a crítica, por mais contundente que fosse, era fraterna, porque partia daqueles que, em conjunto com eles, ajudaram a construir o PT e a fazer do Presidente Lula a maior liderança popular da América

Latina. Eles foram incapazes de entender que a crítica fraterna e construtiva, por mais ácida que fosse, era muito melhor do que a convivência com bajuladores corruptos que iriam continuar parasitando a máquina pública e com os cínicos omissos e dissimulados que preferiam se banquetear na estrutura do poder para não perder cargos, prestígio e outras coisas mais. Infelizmente, eles foram incapazes de ver isso.

Não é à toa que, ontem, no desfile, não havia presidentes de partido, importantes lideranças, nenhum Senador; não os Senadores da Oposição, que não seriam convidados, é óbvio – nem V. Ex^a, Senador Cristovam, que eu nem sabia que já havia saído do PT –, mas, mesmo os que são leais, jamais seriam convidados. Não havia nenhum Senador; nenhuma grande personalidade nacional estava lá. Por quê? Porque, agora, eles já não servem. Voltarão rapidamente ao palanque se a roda mudar, porque, infelizmente, a soberba, a arrogância e o embevecimento por estarem na estrutura do poder fizeram com que o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT montassem uma tão sórdida, suja e corrupta base de bajulação, que simplesmente querem usufruir nos momentos que cabe fazê-lo.

Talvez eles deversem lembrar-se de outras coisas muito importantes. A história de luta e de libertação do povo de Deus e a história da Humanidade trazem fatos absolutamente preciosos, que mostram como se deve pensar. Um exemplo disso é a bonita passagem bíblica em que Deus manda Jeremias ver o oleiro e, assim, observar como ele se posicionava diante da roda e do barro. Aquele barro tão bonito que estava sendo polido podia ser completamente desmanchado e desmontado se o oleiro quisesse mudar-lhe a forma, mas ele não conseguiu perceber isso e o quanto a roda era importante: a roda da fortuna, do tempo, do poder.

Ninguém pode imaginar que, porque venceu na vida, essa vitória será preservada ao longo do tempo e que o vencido, provisoriamente, não possa ser o vencedor depois. Por isso, os fatos mais belos da história da Humanidade sempre mostraram como é importante que o vencedor atue com cautela, não se deixando levar pela arrogância e pela soberba, para, mais à frente, não ser o vencido.

Espero, como todos os Parlamentares e como todos os brasileiros, que, o mais rapidamente possível, essa história possa ser esclarecida.

Sabem todos que não tenho dúvida quanto à participação do Presidente Lula em todo esse gigantesco esquema de corrupção. Deve duvidar disso quem faz do Presidente Lula uma avaliação elitista e preconceituosa de que ele é um incompetente, acovardado, o que não é. Quem o conhece sabe que ele é um homem brilhante, muito inteligente, que sempre conduziu com mão-de-

ferro a estrutura partidária, que conhece a estrutura governamental e as relações políticas e econômicas que são estabelecidas na promiscuidade do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional: capital financeiro, fundos de pensão, lavagem de dinheiro de narcotráfico e outras coisas sórdidas e sujas, muito maiores.

É claro que este é um momento triste, especialmente para a Esquerda brasileira, mas ele é essencial, porque os mitos não podem ser preservados à custa dos esconderijos e do falseamento da verdade. Essas coisas não são boas para a história da Humanidade, também.

Espero que, cada vez mais, a população brasileira esteja vigilante. Esta é uma semana muito esclarecedora de como funciona o Congresso Nacional. Quem aqui está são os mesmos que sempre estão nas segundas e nas sextas-feiras, os que não se submetem à cultura maldita de se trabalhar em dois dias na semana. Muitos estão mentindo para as suas respectivas bases e para a sociedade de uma forma geral, dizendo que estão analisando documentos de CPI, o que não é verdade, porque isso é feito aqui, na sala-cofre. Ninguém leva três ou cinco caixas de papel amontoado para estudar na sua casa e no seu respectivo Estado.

Até para que se possa identificar a espinha dorsal da estrutura de corrupção do País e da promiscuidade do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, espero que sejam cassados logo os que devem sê-lo, sejam Presidente da Câmara ou Deputados citados na CPML, porque também se pode fazer isso.

Todos já sabiam exatamente quem era o Presidente Severino. O Presidente Lula comemorou a sua vitória na Câmara dos Deputados, dizendo que o Governo não estava sendo derrotado, pois se tratava de uma personalidade da base governamental, e, há duas semanas, concedeu-lhe a maior comenda, a maior medalha do Brasil.

Tomara que sejam cassados logo o Severino e os 18 Parlamentares que estão sendo citados, e que se quebrem os seus sigilos bancário, fiscal e telefônicos, para que se possam identificar quais foram os outros beneficiários. Se as lideranças do PT, do PMDB, do PP e do PL receberam milhões, para onde esse dinheiro foi? Quem foram os Parlamentares – Deputados ou Senadores – comprados para votar conforme a agenda definida pelo Presidente Lula? Como se estabeleceu isso no Congresso Nacional é essencial que o povo brasileiro saiba.

Espero que possamos trabalhar esse momento, que é especialmente triste para a Esquerda e para milhões de pessoas que depositaram a sua esperança na eleição da maior liderança popular da América Latina, um filho do povo, um retirante nordestino que

derrubava, nas urnas, a elite política e econômica, mas que passou a servi-la. Ele se transformou no filho ilustre da elite política e econômica – da corrupta, que foi administrar com ele a máquina pública, e da relacionada ao capital financeiro, que acabou sendo a grande privilegiada e prestigiada nessa estrutura de poder. Sem dúvida, deveria ser muito importante que vissem todos esses fatos.

Senador Cristovam Buarque, lembro a primeira vez em que vi Brasília. Cheguei aqui como Senadora, quebrando uma tradição, porque, no meu Estado, sentavam-se nas cadeiras azuis do Senado os que haviam nascido em berço de ouro, da cozinha dos pistoleiros ou da varanda dos usineiros. No entanto, o povo de Alagoas, de forma democrática, elegeu uma mulher qualquer, uma filha do povo, para estar no Senado da República.

Lembro que, uma vez, no “Programa do Jô”, falei da primeira vez em que vi o Congresso Nacional, e ele ficou brincando, achando que eu estava exagerando. Hoje, nem arquitetonicamente considero-o tão bonito como já fiz no passado. A Catedral é belíssima, mas não penso o mesmo do Congresso Nacional, como todo respeito a Niemeyer e ao povo maravilhoso de Brasília.

O povo de Brasília é maravilhoso, generoso, honesto, trabalhador, dos mais simples que se encontram.

Senador Cristovam Buarque, acho uma coisa linda o que V. Ex^a fez como Governador: o carro da autoridade e o carro mais chique da cidade são obrigados a parar na faixa para que o serviço ou o catador de lixo atravesse. É lindíssimo! O povo de Brasília é maravilhoso, trabalhador, honesto e, muitas vezes, acaba sendo atacado em função da maldição de estar no coração da política nacional.

Lembro, com clareza, do momento em que vi, pela primeira vez, o Congresso Nacional, que hoje conheço muito mais.

Sei exatamente o que é o mundo da política, que pode ser um espaço muito nobre, muito importante, mas que acaba sendo o melhor lugar para quem é vigarista, ladrão, cínico e dissimulado. Quem não é assim sofre muito mais, independentemente das posições que defende – seja capitalista ou, como eu, socialista –, por precisar agüentar as coisas que aqui acontecem.

Lembro-me de que, na primeira vez em que vi a estrutura do Congresso Nacional, eu disse: “Eita, neguinha, tem que, todos os dias, pisar na vaidade e cuspir no poder, para que o poder e a vaidade não acabem consumindo a sua alma e o seu coração.”

Apesar do que diziam o Presidente Lula ou a cúpula palaciana do PT e por mais que nos lembremos

da lutas internas pela disputa dos rumos do Partido e para impedir a degeneração, a burocratização ou que as cúpulas partidárias degeneradas tomassem conta da militância, mesmo assim, muitos de nós ficamos surpresos com o que vimos.

Infelizmente, o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT foram incapazes de ver que, por mais que achassem que estavam usando a estrutura política e econômica a serviço do capital financeiro, dos corruptos, dos que sempre parasitaram em todo Governo, hoje são esses mesmos que deixam o Presidente sozinho no palanque, no dia 7 de setembro. Mas nem isso é capaz de promover uma ebulição na mente do Presidente da República, porque, aonde vai, Sua Excelência continha fazendo piadas, gargalhando, utilizando-se de metáforas, como se não estivesse sentindo a dor e a tragédia que Sua Excelência acabou por promover, esmagando a esperança dos corações de milhões de brasileiros que, em Sua Excelência, depositaram tanta confiança quando o elegeram para a Presidência da República.

Então, que, o mais rápido possível, possamos fazer o que é necessário, não por moralismo farisaico, por pequeno moralismo burguês, pela preservação das instituições burguesas brasileiras, não por nada disso, mas porque isso é essencial. Se se trata do Presidente da República, do Presidente da Câmara, de quaisquer Parlamentares e dos empresários apaniguados com a estrutura do Poder, é essencial que o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade, ao menos para minimizar a dor das milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, pela tolerância, já que extrapolei bastante o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, quero me referir ao tratamento que me foi dado como “Senador sem Partido”. Quero dizer que sou um Senador sem sigla, mas partido eu tenho, e ele continua a ser o mesmo que tenho desde quando imaginei que deveria usar parte da minha energia para lutar por um Brasil diferente. Então, o meu partido é e continua a ser o mesmo.

Um desses dias, eu dizia ao Senador Antonio Carlos Magalhães que despertei para esse partido quando, no dia 24 de agosto de 1954, cheguei à minha casa e vi minha mãe chorando por causa da mor-

te de Getúlio Vargas. E, de lá para cá, o meu partido tem sido o mesmo. A sigla, devemos ter aquela que melhor nos ajude a levar adiante o partido que trazemos no coração.

Mais uma vez, vou me referir ao Senador Antonio Carlos Magalhães quando disse que não podemos desfocalizar os assuntos relativos à CPMI para outros, como por exemplo, o que diz respeito ao Presidente Severino Cavalcanti. Também estou de acordo com V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para dizer que nem todos esses escândalos nos devem desviar de um foco maior: que é o foco da luta pela erradicação da pobreza no Brasil. Precisamos construir um País decente, um País sem exclusão social, com menos desigualdade.

Sr. Presidente, vim falar sobre isso, não provocado pela idéia de desviar o foco, mas, sim, por causa de um relatório divulgado, nesses últimos dias, pelas Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano. É inacreditável que um País com o porte do Brasil, com o tamanho do Brasil, com o potencial brasileiro, ocupe uma posição tão vergonhosa diante do resto do mundo no que se refere ao desenvolvimento humano.

Creio que foi o **Correio Braziliense** o responsável por um editorial intitulado "Vergonha". É uma vergonha! Não há razão que justifique que o Brasil esteja atrás de países como Trinidad Tobago, Panamá, Bulgária, México, Cuba, Bahamas, Catar, Chile, Uruguai, Costa Rica, Argentina! Não há nada que justifique isso, salvo o egoísmo das chamadas elites brasileiras – entre as quais todos nós devemos nos incluir – e também o fato de nós não cuidarmos, Senadora Heloísa Helena, Senador Antonio Carlos Magalhães, de um mensalão permanente na História do Brasil, embutido no Orçamento da União, no Orçamento dos Estados e no Orçamento dos Municípios. O mensalão é uma corrupção no comportamento de políticos. E não podemos tolerar isso. Mas o Orçamento, como é feito, é uma corrupção nas prioridades da política, o que não podemos tolerar também. Creio que uma das maneiras de quebrarmos essa corrupção na política é despartidarizá-la e até mesmo desideologizá-la, colocando ali a razão da moral e do amor ao nosso País.

O próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, não me canso de repetir, é a pessoa que levou adiante a idéia do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sem o que o Bolsa-Escola não teria sido levado adiante, sem o que o Bolsa-Família não existiria hoje, e o Presidente Lula se esquece disso. Faço justiça também à Ministra Marina Silva, por entender que S. Ex^a também teve papel importante naquele momento.

Se a Ministra Marina Silva e o Senador Antonio Carlos Magalhães se juntaram para elaborar um fundo para a erradicação da pobreza, por que não somos capazes de nos juntarmos, Senadora Heloísa Helena, com o P-SOL, para, juntos, elaborarmos uma proposta de orçamento que faça com que essa vergonha que a gente vive hoje seja superada, não no próximo ano, não em cinco anos, mas em dez anos?

As pessoas que viram esse documento talvez não tenham percebido algo que eu, ao observá-lo, por estar inclusive envolvido com a elaboração desse relatório anos atrás, percebi: muitos dos países que estão atrás de nós estão melhorando mais depressa do que nós e vão nos superar dentro de cinco a dez anos. É algo que poucos perceberam. São países bem mais pobres, que estão piores do que nós, mas, ao nos compararmos a eles, desde 1975, quando começou a ser calculado e divulgado esse índice, até hoje, vemos que, nesse período, eles continuam atrás de nós, mas estão melhorando mais depressa do que nós. Nós, brasileiros, costumamos comemorar a nossa velocidade sem a compararmos com a dos outros países. Comemorar taxa de crescimento da economia hoje não é suficiente se a compararmos com a taxa de crescimento de outros países. Comemoramos os avanços que ocorreram nos últimos dez ou quinze anos na educação brasileira; não podemos negar que tenha havido melhora, mas essa melhora é mais lenta do que a melhora na Turquia, no México, na Colômbia e em muitos outros países. Não basta a gente comparar o Brasil de hoje com o Brasil de anos atrás. É preciso comparar a evolução do Brasil com a de outros países, e nisso estamos ficando para trás.

Senador Antonio Carlos Magalhães, pego o gancho do que disse V. Ex^a, com o que estou de acordo: não devemos mudar o foco da CPMI que já vinha sendo feita para o da CPI do Presidente Severino Cavalcanti, mas devemos fazer as duas CPIS. Quero dizer que também não devemos mudar o foco das preocupações sociais com a pobreza brasileira para concentrar tudo no malcomportamento de alguns políticos. Ou seja, o foco não pode ser apenas na ética do comportamento imoral de alguns políticos, mas deve ser também na ética e na moral das políticas, quando definimos para onde vão os recursos. E o momento é muito propício para isso. A partir das próximas semanas, estaremos aqui analisando o Orçamento de 2006. Se aqui fizermos um bom trabalho, o Orçamento poderá servir de exemplo às 5.561 prefeituras do Brasil e às 27 Unidades da Federação; poderá servir de exemplo para termos uma ética nas prioridades e não apenas uma ética no comportamento. Penso que isso é possível, e é possível suprapartidariamente, como V. Ex^a provou,

ao liderar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, naquele momento, com R\$4 bilhões. Precisamos chegar a R\$40 bilhões, não em 2006, talvez não ainda em 2007, mas em uma data em que isso possa ser feito democraticamente.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz, talvez, um dos mais objetivos discursos dos últimos tempos. V. Ex^a aponta, com a inteligência que lhe é própria, o verdadeiro fulcro em que se deve concentrar o Congresso Nacional. Realmente, tudo isso é importante – moralizar a Administração Pública –, mas para se chegar a esse objetivo que V. Ex^a traduz em relação à pobreza. V. Ex^a deveria, mesmo com as divergências naturais que sei que seu caráter impõe, fazer com que a Mesa envie esse discurso ao Presidente da República e a alguns Ministros do Governo. Trata-se de uma bússola para um bom comportamento político e ético. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Agradeço ao Senador. E, já que o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma proposta a mim, deixo uma outra sugestão. Sugiro que uma Senadora como Heloísa Helena, do P-Sol, que um Senador como Antonio Carlos Magalhães, do PFL – e, se quiserem a minha colaboração, com o maior prazer –, assim como, estou certo, o Senador Paulo Octávio também, todos, juntos, tentemos elaborar uma proposta alternativa de Orçamento. Vamos mostrar que é possível haver um Orçamento que respeita claramente a estabilidade monetária, levando adiante a estabilidade social do País. É possível, e depende, Sr. Presidente, de colocarmos o Senado para trabalhar. Não podemos nos desviar do foco: não podemos nos esquecer do que deve analisar a CPI, mas não podemos ficar apenas na CPI. Devemos analisar, também, a ética nas prioridades das políticas públicas no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, ao cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo seu pronunciamento, lembrar que, quando fizemos aqui uma reunião com as crianças de todo o Brasil, uma reunião em que as crianças se sentiram como Senadores, a pergunta que o Senador Cristovam fez a uma das crianças foi justamente em relação ao Orçamento. Lembro que S. Ex^a indagou a um menino de oito anos o que ele recomendaria para o Orçamento do País, e a resposta foi

brilhante, curta e grossa, de um menino de oito anos. Essa é uma preocupação que a sociedade tem realmente. A sociedade brasileira tem uma grande preocupação com o Orçamento até pela forma como é escrito nesta Casa, como as emendas são apresentadas. E penso que é uma preocupação para o futuro.

É até bom falar de Orçamento na frente de Antonio Carlos Magalhães que quer o que todos queremos: um Orçamento impositivo, um Orçamento que venha a ser respeitado pelo Governo, o que não é. A peça que fazemos aqui, como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, é uma peça de ficção, não é respeitada. Governo nenhum a respeitou nos últimos anos, nas últimas décadas, e nós, Parlamentares, ficamos desmoralizados, porque levamos a população a ter um sentimento de expectativa que, muitas vezes, é frustrado.

Estava no meu gabinete e ouvi a Senadora Heloísa Helena elogiando Brasília, o que me deixou muito feliz. Brasília a recebeu com o maior carinho e Heloísa Helena tem dado a Brasília um tratamento muito digno. Sou testemunha. Na última sessão solene que tivemos aqui em homenagem ao aniversário da cidade, S. Ex^a fez um belo pronunciamento que tocou a todos os brasilienses. O seu engajamento com a cidade é total e, logicamente, o carinho que a cidade tem pela digna Senadora também é muito grande.

Concordo, estamos aqui criando uma sociedade miscigenada, é verdade. Brasileiros de todos os cantos para cá acorreram, para cá vieram, atendendo ao chamado, alguns do ex-Presidente Juscelino, outros da própria história viva da política de Brasília, alguns para, realmente, consolidarem as suas vidas. E aqui estamos construindo uma sociedade diferenciada. Deus queira que venha a ser uma sociedade melhor, mais preocupada com solidariedade e compromissos sociais! Esse é o caminho da nossa cidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a que viu essa Brasília nascer.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para apresentar um requerimento que também é um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005. Ele foi um dos brasileiros, Senador Antonio Carlos Magalhães, que veio para Brasília acompanhando JK, até porque se destacou pelo grande talento na arte culinária, tanto nacional quanto internacional. Foi por volta do ano de 1960 que o cozinheiro fixou residência em Brasília, passando, na ocasião, a trabalhar diretamente para o Presidente Juscelino Kubitschek, que o incumbiu de organizar e preparar inúmeros banquetes à época da inauguração de Brasília. Iniciou-se, então, uma duradoura amizade.

A excelência de seus serviços pôde ser atestada por participantes dos banquetes oferecidos a autoridades e instituições da República do Brasil ao longo de quase 40 anos na Capital Federal. É tido como uma das figuras históricas de Brasília, tendo sido condecorado com o título de Cidadão Honorário de Brasília pelo Decreto nº 224, aprovado pela Câmara Legislativa da nossa cidade.

Deixo, portanto, este requerimento com voto de pesar pela morte de um brasileiro, um brasileiro como tantos outros que para cá vieram no sentido de consolidar esta cidade e deram tanta alegria a Brasília. Rosental foi uma pessoa admirável, um batalhador, um homem que viveu aqui em Brasília e deu muita graça a esta cidade.

Portanto, fica aqui este pedido, este requerimento, para que conste nos Anais do Senado Federal uma homenagem a esse brasileiro, já que é cidadão honorário, ele, que era um grande mestre da arte culinária do nosso País.

Sr. Presidente, também gostaria de deixar aqui consignada a minha indignação com o aumento promovido pela Infraero nas taxas aeroportuárias no País, no embarque e desembarque de passageiros.

O Senador Delcídio Amaral fez um brilhante trabalho, acompanhado por todos nós, na criação da Agência Nacional de Aviação Civil, trabalho esse que foi coroado com o êxito das votações que aqui ocorreram na semana passada, que o consagraram sem nenhuma emenda. O trabalho do Senador Delcídio Amaral, também acompanhado pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes, o projeto da criação da Anac, nas Comissões em que foi votado, foi aprovado, repito, sem emendas.

No entanto, justamente quatro dias após a aprovação, por esta Casa, da Agência Nacional de Aviação Civil, o Governo resolve aumentar em 70% a taxa de embarque dos passageiros, com a justificativa de investimento em aeroportos no País. Em um momento em que temos que estimular o turismo, estimular o brasileiro a andar de avião, em um momento em que apenas 7% da população do Brasil andam de avião, em que nossas estradas estão sucateadas, nós desestimulamos esse transporte com o aumento da taxa de embarque. Isso, logicamente, cria um impacto no preço das passagens, pois os agentes de viagem terão que embutir, no preço das passagens, o aumento da taxa de embarque. Neste momento em que algumas companhias aéreas estão fazendo um esforço enorme para ter passagens mais baratas no Brasil, em alguns casos a tarifa de embarque vai corresponder a 10% do preço da passagem. É inadmissível uma coisa

como essa já que o Brasil vive, como diz o Governo, sem inflação.

Não concordo, de maneira nenhuma, com esse aumento da taxa de embarque no País. Considero desnecessário e entendo que o Governo deveria rever essa posição. Temos, sim, que estimular o tráfego aéreo no Brasil porque as nossas estradas estão intransitáveis, deploráveis, sem investimentos, e o brasileiro precisa viajar.

Para terminar o meu pronunciamento hoje, quero fazer uma homenagem à Sr^a Nazareth Teixeira da Costa, esposa do Dr. Álvaro Teixeira da Costa, Presidente do Correio Braziliense. A Dr^a Nazareth, desde que veio para Brasília, quando o Dr. Álvaro assumiu a Presidência do Correio Braziliense, passou a exercer um trabalho de solidariedade muito grande em Brasília.

Existe uma campanha de atendimento a três mil crianças, por intermédio de 14 creches, realizada por meio de um programa chamado Correio Braziliense Solidário. Esse trabalho é feito com a arrecadação de recursos em jantares, encontros e leilões de arte, por uma equipe que assessora a Dr^a Nazareth com muito empenho; e esses recursos estão sendo muito bem destinados e aplicados.

Então, neste momento em que o Brasil requer, como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, tanta solidariedade, em que temos que participar, é importante realçar aqui o trabalho exercido pela Presidente do Correio Braziliense Solidário, Dr^a Nazareth Teixeira da Costa.

Fica aqui registrada nos Anais do Senado esta homenagem que faço em nome da Bancada de Brasília – com a anuência do Senador Cristovam Buarque, aqui presente. Meus cumprimentos à Dr^a Nazareth Teixeira da Costa e ao **Correio Braziliense** por terem, nos últimos três anos, se empenhado em apresentar solidariedade ao acompanhar as creches mais necessitadas de nossa cidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar uma providência da Mesa – não sei qual seria a mais rápida –, por intermédio de V. Ex^a ou do Presidente Renan Calheiros, no sentido de evitar que o Ministro da Educação queira fazer, como está apregoando, uma reforma universitária por decreto. É um absurdo inominável retirar do Congresso um dos seus maiores deveres em relação à educação;

de modo que tem de vir para o Congresso. Daremos a celeridade necessária, se for o caso, mas isso jamais deve ser feito por decreto. Não seria a vontade de um Ministro recém-chegado... Não sei se com méritos ou não; não faço juízo de valor.

Mas faça V. Ex^a chegar ao Presidente Renan Calheiros, imediatamente, o nosso inconformismo se essa reforma se der por decreto. Trata-se de uma reforma que tem de ser feita pelo Legislativo porque é uma reforma universitária de suma gravidade para os rumos da educação superior no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Mesa encaminhará, Senador Antonio Carlos Magalhães, o pedido de V. Ex^a ao Presidente Renan Calheiros e também ao Sr. Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 985, DE 2005

Requer voto de pesar do Senado Federal pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Em virtude do falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do disposto no art. 218 do Regimento Interno, que seja consignado voto de pesar do Senado Federal junto aos seus familiares.

Justificação

Rosental Ramos da Silva destacou-se pelo grande talento na arte culinária, tanto nacional quanto internacional. Foi por volta do ano de 1961, que o cozinheiro fixou residência em Brasília, passando na ocasião a trabalhar diretamente para o Presidente Juscelino Kubitschek, que o incumbiu de organizar e preparar inúmeros banquetes à época da inauguração de Brasília. Iniciou-se, então, uma duradoura amizade.

A excelência de seus serviços pôde ser atestada por participantes dos banquetes oferecidos a autoridades e instituições da República do Brasil ao longo de quase 40 anos na Capital Federal. É tido como uma das figuras históricas de Brasília, tendo sido condecorado com o título de Cidadão Honorário de Brasília pelo Decreto Legislativo nº 224, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 1998.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Octávio** PFL – DF.

REQUERIMENTO Nº 986, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro, ouvido o Plenário, a inserção de voto de pesar pelo falecimento, dia 27 de agosto passado, na cidade do Recife, do radialista Fernando Castelhão Pereira. Da decisão da Casa, peço seja dada ciência à viúva, Sra. Maria José Castelhão e aos filhos, Sérgio Castelhão, Fernando Castelhão Filho, Alexandre Castelhão e Disciola Castelhão.

Justificação

Fernando Castelhão – de quem fui amigo – iniciou sua carreira na década de 1940, como rádio-ator da Rádio Clube. Versátil, foi, além de ator, narrador esportivo e apresentador de programa de auditório na televisão do meu Estado. Até seu passamento, aos 81 anos, Castelhão apresentava programa ao vivo, na sede do Sport Club do Recife, do qual era torcedor fanático. Publicitário, escritor, autor de livros, exerceu várias atividades – como lembrou o operoso Deputado Estadual Sebastião Rufino –, sempre pautando sua vida pessoal e profissional pela honestidade e respeito ao próximo.

Com o sentimento de saudade, que permanece, registro, nesta Casa da Federação, o nosso pesar.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005 – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão da execução do Orçamento representa um sério problema em nosso sistema político-econômico, que veio a se agravar no atual Governo.

Temos, em primeiro lugar, a inutilidade dos longos e exaustivos esforços de ambas as Casas do Congresso em compor o Orçamento da União, o qual se mostra, ao cabo, não muito mais que uma peça ficcional. O Governo refaz o Orçamento quando emite o decreto de programação financeira no início de cada ano, realocando recursos e cortando despesas sem consulta ao Legislativo.

Não bastasse esse procedimento autoritário do Executivo, deparamo-nos, então, com o problema específico da execução orçamentária. É aqui que o Governo do Presidente Luiz Inácio da Silva vem se esmerando em mostrar sua inépcia administrativa.

Além de todos os cortes orçamentários que o Governo tem imposto, com a exagerada obsessão de quem descobriu tardiamente os méritos do equilíbrio fiscal, a execução da dotação orçamentária de cada um dos ministérios mostra-se medíocre.

Muitos investimentos essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico e atender a graves carências sociais, Sr. Presidente, são irresponsavelmente postergados.

Entre as dotações que compõem o Orçamento federal, aquelas que vêm sendo mais sistematicamente desrespeitadas são as originárias de emendas parlamentares. O descaso do Poder Executivo em atendê-las chega a ser acintoso.

Essas emendas dos Deputados e Senadores, Sr. Presidente, refletem, contudo, o ponto de vista dos que estão em contato com a população, ouvindo o clamor dos eleitores por ações do Governo Federal. Em especial, as emendas das bancadas estaduais traduzem, de um modo filtrado pelo debate e pelo consenso, anseios e necessidades das mais significativas da população de cada uma das unidades da Federação.

Já afirmei que é irrisória a liberação das verbas relativas às ações contempladas pelas emendas parlamentares. Há, entretanto, um outro aspecto muito sério a ser considerado.

Esse aspecto, nobres Senadoras e Senadores, é justamente o da utilização de critérios políticos no processo de execução das emendas ao Orçamento. Não me refiro, certamente, a critérios políticos na aceção elevada do termo, que implicaria a sabedoria de conciliar interesses divergentes tanto como adequar os meios aos fins.

Devo referir-me, infelizmente, Sr. Presidente, à baixa política, que consiste em privilegiar os aliados e prejudicar os oponentes, sem considerar as necessidades e os legítimos anseios da população que deixam, assim, de ser atendidos.

O fato com que demonstro essa atitude discriminatória do Governo Federal é o de que, na execução do Orçamento da União para 2005, tenham sido liberados, até meados do mês de junho, 35 milhões e 100 mil reais relativos às emendas de bancada do Estado do Acre, enquanto o correspondente valor para as emendas da bancada de Santa Catarina não passou de 31 milhões e 100 mil reais.

Essa discrepância de 4 milhões de reais em favor das emendas de bancada do Acre seria perfeitamente

natural, Senhor Presidente, não fosse a população de Santa Catarina nove vezes maior que a desse Estado amazônico.

O povo do Acre conta com toda a minha simpatia. Tem todo o direito de eleger um governador do Partido dos Trabalhadores e reivindicar o atendimento de suas necessidades e expectativas de desenvolvimento.

Não posso deixar, entretanto, como representante de meu Estado, de protestar contra esse desrespeito ao povo catarinense. É correto que se use o critério da afinidade política para priorizar a execução orçamentária em benefício desse ou daquele Estado?

É justo que importantes, se não imprescindíveis, programas de trabalho derivados das emendas da Bancada de Santa Catarina não tenham tido, até a metade do ano, um único real empenhado?

Entre esses programas, estão os que tratam da implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos; de manutenção de unidades de saúde; de projetos de infra-estrutura turística; de mecanização agrícola; de construção habitacional para famílias de baixa renda; de construção de centros públicos de atendimento à pessoa idosa.

Todos esses programas, e outros igualmente relevantes que eu deixo de citar, não tiveram, repito, um único real liberado pelo Governo na execução do Orçamento de 2005.

Sr. Presidente, o Executivo deve aprender a respeitar o Legislativo, no âmbito da competência deste Poder. Talvez a aprovação de um Orçamento impositivo seja uma medida drástica o bastante para garantir esse respeito.

Enquanto não se toma uma tal medida, devemos exigir um mínimo de coerência e de respeito às bancadas parlamentares, quando aprovam emendas que vão beneficiar as populações de seus Estados; e, sobretudo, exigir respeito a essas populações, não somente necessitadas de ações concretas do Governo, mas também ansiosas por ver um mínimo de decência no comportamento dos Governantes do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que me traz à tribuna, neste momento, é para fazer o registro do artigo intitulado “Os cacos floridos do vaso quebrado”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Brasileiro** em sua edição de 28 de agosto do corrente.

Sobre as conseqüências da atual crise política enfrentada pelo governo e pelo PT, o autor afirma que “resta-nos um presidente perdido no meio de um tiroteio, que ainda se sustenta pela conveniência e piedade das instituições. De cuia na mão, implora e mendiga a espórtula parlamentar. Como impor-se quem moralmente já se acha abatido?”

O autor conclui seu artigo com a seguinte sugestão: “abra o jogo, presidente. Uma os cacos. É seu o ônus da prova”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

O povo brasileiro se viu vítima de uma das maiores frustrações eleitorais dos últimos tempos. Com a promessa de governar o país sob o pálio da ética e da moralidade, esperava-se que os velhos vícios da política brasileira cedessem lugar a novos parâmetros de conduta que pudessem reorientar a vida pública brasileira. Esse era o carro-chefe da propaganda pe-tista alardeada ao longo dos anos que precederam às eleições de 2002. Durante todo esse período, ouviu-se o mesmo discurso comemorado pela nação como um tônico a revigorar as esperanças de uma nação desiludida.

Já nos primeiros meses da instalação do governo, dei-me conta de que o eleitorado brasileiro havia cometido um erro de fato quanto à pessoa escolhida para a Presidência da República. Havia comprado gato por lebre. Do que não imaginava jamais era da existência de um bando que se postava na vanguarda do projeto que o conduziu ao Palácio do Planalto. Ao referir-me a tal vocábulo, emprego-o não só no seu usual significado vernacular, mas, igualmente, jurídico, segundo a definição do artigo 288 do Código Penal, que o conceitua como a associação de mais de três pessoas para o fim de cometer crimes.

Falemos de alguns antigos dirigentes do partido. Do presidente, do tesoureiro, do secretário-geral, do secretário de comunicação e, de cambulhada, do publicitário mineiro encarregado de intermediar o jogo sujo para a obtenção e distribuição de dinheiro. Sem contar ainda dezenas de outros atores implicados direta ou indiretamente na mesma trama. De tudo quando se apurou até aqui nas CPIs em andamento, não remanesce mais dúvida de que o improvável mesmo será que não haja denúncia do Ministério Público contra os envolvidos por esses e outros delitos. É seu dever constitucional. Por certo não tardará a se pronunciar a respeito.

Do que se cogita aqui é saber se o candidato sabia dos atos ili-

cítos perpetrados a seu lado. Obviamente que sabia dos meios escusos adotados para angariar recursos. Inclusive de um caixa dois que alimentava a campanha eleitoral. Sabia também da compra de deputados e de outras articulações incompatíveis com o processo eleitoral. Alguns depoimentos são explícitos nesse sentido.

Do mesmo modo, ao que sugerem depoimentos já prestados, o ex-chefe da Casa Civil correria o risco de perder o mandato de deputado por quebra de decoro parlamentar, conforme representação já em fase de instrução na Conselho de Ética da Câmara.

Não pretendem estas notas aprofundar o exame da amplitude ou não dos crimes cometidos pelos artífices do complô armado. No que tange aos membros do Congresso Nacional, é da competência de cada uma de suas casas cassar ou não os mandatos dos culpados. Como seria do Congresso, se chegasse ao ponto de ter que processar e julgar o presidente da República; do Poder Judiciário, dos que, além da apuração de falta disci-

plinar, tenham cometido delito comum que enseje processo criminal; ou, ainda, dos que, não gozando de foro por prerrogativa de função, tenham que prestar contas diretamente à Justiça.

A parte desses aspectos, registre-se a melancólica constatação do logro que se escondia atrás das propagandas boas intenções do grupo que se apoderou do poder. Mais do que a trama, sujeira, patifaria, perfídia e sordidez do arsenal de ignomínias, está o maior de todos os crimes — o de haver lançado na mesma cloaca toda a ética de que se tornou pregoeiro e guardião. Quem poderia supor que eles, exatamente eles que se transformaram nos moralistas de plantão, tramassem a degola da ética e com ela todo um sentimento de aplauso da nação.

Resta-nos um presidente perdido no meio de um tiroteio, que ainda se sustenta pela conveniência e piedade das instituições. De cuia na mão, implora e mendiga a esportula parlamentar. Como impor-se quem moralmente já se acha abatido? Agora é remar o barco, exânime, até o porto final — se che-

gar —, como se o país estivesse apenas à espera do epílogo da tragédia mal-encenada.

Enfraquecido perante os formadores de opinião constituídos pelos segmentos politicamente mais esclarecidos, o desgaste já se alastra pelos demais segmentos da sociedade, conforme registram as últimas pesquisas.

Quem sabe numa dessas se dirija ao povo dando nomes dos bois que o teriam traído. Não seria essa uma peculiar forma de delação premiada (lex habemus) concedida pelo povo? Assuma. Mais grave do que isso foi solenemente dizer que foi vítima de traição. Por quem? Não teria o povo o direito de saber a autoria? Pelo menos seria uma atitude digna e leal com a nação.

Será que o presidente não se deu conta de que aquele belo vaso florido de esperanças se quebrou? Tentar colar caco por caco não o trará jamais ao estado original. Quicá poderá mantê-lo de pé. É assim que estão pensando os brasileiros. As flores murcharam. Abra o jogo, presidente. Uma os cacos. É seu o ônus da prova.

Os cacos floridos do vaso quebrado

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo ex-deputado Milton Temer ao jornal **O Estado de S. Paulo** no último dia 24 de agosto do corrente.

Na entrevista, que recebeu o título “Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado”, o ex-deputado afirma que “Lula já é um caudilho populista”. Afirma, ainda, que “tirando Porto Alegre, não boto minha mão no fogo por nenhuma prefeitura do PT”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado’

Milton Temer, que enfrentou duas disputas internas no PT contra Dirceu, se irrita com suposta operação para endeusar Palocci

CRISE NO GOVERNO LULA

ENTREVISTA

MILTON TEMER
FUNDADOR DO PSOL

Wilson Tosta
RIO

Duas vezes adversário do deputado José Dirceu (SP) na disputa pela presidência do PT, em 1997 e 1999, o ex-deputado Milton Temer, que se desfilou para fundar o PSOL, irrita-se com o que chama de operação para demonizar Dirceu e endeusar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para ele, o objetivo é preservar o presidente Lula, visando à eleição de 2006. Temer afirma que Dirceu tem suas responsabilidades nos escândalos, mas não sozinho. “Quem disser que o presidente Lula não sabia de nada é marciano ou mal-intencionado”, garante.

Também não acredita que Palocci seja garantia de que Lula não será populista. “Lula já é um caudilho populista”, diz ele, que foi deputado de 1995 a 2002.

‘É preciso deixar clara uma coisa: não tem nenhum inocente nisso tudo. Não tem mocinho’

e saiu do PT no fim de 2003, no mesmo dia em que a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) foi expulsa. Para Temer, Palocci apenas cumpre a política econômica de Lula, e implementaria outra, se recebesse ordem para tal. “É aquela cabeça sindical, da pequena conquista”, critica.

Essa crise é nova para o senhor? – Chamo igual a essa nunca vi. Porque nunca um partido com a história do PT chegou ao governo. Segundo, tem coisas que não adianta o PT dizer: “Vocês faziam igual”. É verdade, faziam igual havia 500 anos. O problema é que o PT chegou para mudar isso. “Ah, mas o PSDB também fazia”. Que o PSDB também fazia eu sei. Eu gritei “Fora FHC”. Quando o PT entra nessa maracutia, causa um imenso estrago porque, na cabeça da cidadã comum, acabaram-se as alternativas. Então, como é que a gente faz sobreviver o impedimento do Lula?

Nesses anos todos, deu para perceber sinais de que se fala agora? Tem um episódio que me marcou muito, na campanha de 1994. Saiu uma notícia, o que seria um escândalo naquele mo-

mento, que a campanha de Fernando Henrique à Presidência tinha apoio maciço dos banqueiros. Isso nos surpreendeu em São Paulo, numa reunião do Diretório Nacional. Já preparávamos a ofensiva para atacar pesadamente, quando suspendem a reunião e dizem: “Olha, tem reunião com a Tesouraria, temos uma coisa para revelar, vamos com cuidado nisso”. Aí entra para prestar o esclarecimento uma pessoa que não era do diretório. Era Paulo Okamoto.

E qual era a explicação?

Ele disse: “Olha, vão com calma, porque nós também recebemos (dinheiro de banco) e a matéria vai sair no próximo domingo”. Isso no PT era um escândalo. Ele sentou lá com a autoridade de chefe. Isso para mim revelou uma coisa: existem duas instituições. Uma é o partido. Outra é o governo paralelo. Quando Lula perde a eleição de 1989, começa a estabelecer uma operação fora do partido. Esse governo paralelo desemboca no Instituto da Cidadania. Quem deliberou sobre o programa de governo (de 2002) não foi o encontro do Recife, mas fóruns organizados no instituto, que, sob protesto do campo da esquerda, tinham Cesar, ACM e companhia. O PT é Dirceu quem administra, para elaborar uma política que na verdade era consultada por um grupo de assessores do Lula que nem eram da direção. Okamoto, Mantega, Paulo Vanucchi, Vicente Trevas, Marco Aurélio. Okamoto presidia o Instituto da Cidadania e não era da direção. A guinada fundamentalmente ocorreu, com o deslocamento de burocratas da CUT para a direção partidária. Até então Lula dividia suas bases entre a CUT e o partido. Aí, ele começa a ter quadros suficientes para ter uma parte controlando a CUT e outra vir para dentro do partido. Delúbio veio nessa época.

Agora, nesse processo, houve mesmo a intenção do Campo Majoritário de “matar” a militância?

Uma vez o Mercadante me disse: “Tenho de sair candidato majoritário agora, porque o PT das administrações vai tomar conta.” O PT enfrentou a história do poder local como forma de conter o sistema capitalista pelas bordas. E terminou corrompido pelas bordas. O capitalismo penetrou no PT pela disputa do poder local. Quem fez a guinada do PT foi a burocracia sindical. Tirando a prefeitura de Porto Alegre, não boto a mão no fogo por nenhuma prefeitura do PT. Talvez Belo Horizonte, com Pa-

trus Ananias. Mas estas prefeituras aí do PT pelo interior de São Paulo... O processo fundamental é aquele do Roberto Teixeira. O Paulo de Tarso avisou. Lembro da reunião do Diretório Nacional, quando saiu a denúncia. No meu modo de ver, ali foi que se deu a entrega definitiva do Dirceu ao Lula, a submissão. Dirceu tinha instalado a comissão. Tinha posto Hélio Bicudo, Paul Singer e José Eduardo Cardozo. Essa comissão, não tenho certeza o que determinou para o Lula, mas indicou a expulsão do Teixeira. Quando chega no diretório, o mesmo Dirceu organiza a reunião para expulsar o Tarso. E o Teixeira fica no PT.

Como vê o processo de Dirceu?

Lamento a mudança política do Zé, profundamente, mas vejo nele um dos maiores organizadores do partido, de onde concluo que não será fácil desmontar a estrutura que construiu em dez anos. É fácil demonizar o Zé Dirceu. Porque ele é arrogante, tem a concepção do trafór, atropela acordos. Agora, é preciso deixar clara uma coisa: não tem nenhum inocente nisso tudo. Não tem mocinho. Não há como responsabilizar só o Dirceu. Ele era apenas o líder natural, mas não era mais do que nenhum dos outros. Não vejo razão para transformar o Palocci em deus e o Dirceu em demônio, a não ser que seja para preservar o Lula até 2006. No fundo, fica todo mundo olhando o Zé Dirceu do passado. E o Palocci é a imagem, o contraponto disso, o PT da acomodação.

Tarso Genro quer dar a cabeça do Dirceu para salvar o governo?

O Tarso é candidato a presidente da República em 2006, caso Lula não o seja. Ele está fazendo campanha presidencial.

O Palocci é o PT do Bem?

O PT do Bem do PT desse modelo. O anti-PT, Dirceu tem a simbologia do PT e Palocci, do anti-PT. No tempo do PT-PT, Palocci era segundo escalão. O Palocci se afirma na negação da história do PT, por isso é paparicado. Não foi Palocci que mudou a política econômica. Foi Lula quem determinou. Outra coisa: Palocci não é a garantia de que o Lula não vai ser populista. Isso é bobagem. O Lula já é populista. Objetivamente, o Lula é o dono do modelo. O Palocci é o executor.

Dá para dizer que o presidente Lula não sabia do que ocorria?

Quem falar essa frase levando a sério, ou chamar de marciano ou mal-intencionado. Lula nunca abriu mão de conduzir tudo. ■

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja feito o registro da matéria intitulada “Frei Betto: direção atolou pé na lama”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 25 de agosto do corrente.

A matéria destaca opinião de Frei Betto sobre a atual crise política: “A direita brasileira não conseguiu em décadas o que um pequeno núcleo de dirigentes

petistas conseguiu em poucos anos: desmoralizar a esquerda”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Frei Betto: direção atolou pé na lama

“Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo”

CRISE NO GOVERNO LULA

Ubiratan Brasil
Roldão Arruda
PASSO FUNDO

A direita brasileira não conseguiu em décadas o que um pequeno núcleo de dirigentes petistas conseguiu em poucos anos: desmoralizar a esquerda. O comentário partiu do escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, que participou ontem da 11.ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo. Convidado para o debate *A Sublimação do Homem pela Estética e Espiritualidade*, disse, em entrevista coletiva, que não pretendia tratar de política, mas acabou falando abertamente de sua decepção com o sistema político.

“Depois de trabalhar com os movimentos populares para construir uma nova proposta ao País, um pequeno grupo de dirigentes vem, atola pé e alma na corrupção, comprometendo todo um projeto”, afirmou o frade dominicano. Mais tarde, em conversa telefônica com a reportagem do *Estado*, enfatizou: “Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Na ditadura, apesar de todo sofrimento, perseguições, prisões, assassinatos, saímos de cabeça erguida e certos de que tínhamos contribuído para a redemocratização do País. Agora, não; esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira.”

Na opinião de Frei Betto, o impacto é “tremendo”, porque atinge uma das bandeiras mais caras dos grupos de esquerda: “A esquerda pode perder tudo, até a vida, mas não a moral.”

Frei Betto é amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde que ele era líder sindical na região do ABC Paulista. Chegou a escondê-lo quando foi perseguido pela polícia política sob a acusação de subversão. Sempre apoiou o PT e com a vitória do partido em 2002 foi chamado para trabalhar no Palácio do Planalto, como assessor especial da Presidência da República. Mas ficou lá só um ano.

Ontem ele não quis nomear o núcleo petista ao qual se referia, mas insistiu que o PT deve agir com firmeza, para identificar os responsáveis e puni-los. Se não fizer, a desmoralização será maior.

“Não me atrevo a prejudicar ninguém”, afirmou. “Mas já temos dois réus confessos, o Delúbio Soares e o Sílvio Pereira, cabendo agora ao partido aprofundar o trabalho de investigação para apurar toda a corrupção, ao lado das CPIs, do Ministério Público e da Polícia Federal. Não adianta tentar jogar as coisas para debaixo do tapete. O eleitorado, especialmente o eleitor mais jovem, vai cobrar caro por esse estrago.”

Ele explicou que se desligou do governo porque desejava preservar a liberdade intelectual e discordava da política econômica do ministro Antonio Palocci. Também disse que quando estava no Planalto não soube nada sobre o mensalão. “Nunca tive a mínima ideia da existência desse esquema. Se tivesse percebido teria saído antes.”

RENOVAÇÃO

Apesar da decepção, Frei Betto não desistiu do PT. Embora não seja oficialmente filiado, defende o voto no ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, na eleição para a escolha da nova direção petista, dia 18 de setembro. Plínio representa parte das tendências de esquerda e se opõe ao Campo Majoritário, o grupo moderado que hoje controla a direção nacional e do qual fazem parte o ex-ministro José Dirceu, Lula e Palocci. “É preciso renovar urgentemente a direção do PT”, afirma o escritor.

Ele também reafirmou confiança na reorganização da esquerda. “Estou ajardinando minha esperança. Vamos sair dessa, porque a desigualdade social, que estão no centro de nossas lutas, ainda persistem, infelizmente. Não posso perder a esperança, porque seria trair a causa dos pobres.”

PROGRAMAÇÃO

O silêncio dos intelectuais

Até 5 de outubro, 19 conferencistas vão se revezar em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Salvador

TEMAS E CONFERENCISTAS	SAO PAULO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	SALVADOR
No silêncio do pensamento	19/08	20/08	21/08	22/08
Intelectuais e a esquerda	23/08	24/08	25/08	26/08
Política do Brasil	28/08	29/08	30/08	31/08
Tranquilidade e Oliveira	01/09	02/09	03/09	04/09
Marcelo Góes	05/09	06/09	07/09	08/09
Novo pensamento	11/09	12/09	13/09	14/09
Humano e humano	15/09	16/09	17/09	18/09
Política e cultura	19/09	20/09	21/09	22/09
Política e cultura	23/09	24/09	25/09	26/09
Política e cultura	28/09	29/09	30/09	01/10
Política e cultura	03/10	04/10	05/10	06/10
Política e cultura	08/10	09/10	10/10	11/10
Política e cultura	13/10	14/10	15/10	16/10
Política e cultura	18/10	19/10	20/10	21/10
Política e cultura	23/10	24/10	25/10	26/10
Política e cultura	28/10	29/10	30/10	31/10
Política e cultura	01/11	02/11	03/11	04/11
Política e cultura	05/11	06/11	07/11	08/11
Política e cultura	11/11	12/11	13/11	14/11
Política e cultura	15/11	16/11	17/11	18/11
Política e cultura	19/11	20/11	21/11	22/11
Política e cultura	23/11	24/11	25/11	26/11
Política e cultura	28/11	29/11	30/11	01/12
Política e cultura	03/12	04/12	05/12	06/12
Política e cultura	08/12	09/12	10/12	11/12
Política e cultura	13/12	14/12	15/12	16/12
Política e cultura	18/12	19/12	20/12	21/12
Política e cultura	23/12	24/12	25/12	26/12
Política e cultura	28/12	29/12	30/12	31/12

Horas e locais

- São Paulo, às 19h30, no auditório Sesc da Av. Paulista
- Rio de Janeiro, às 18h45, no Teatro Maison de France
- Belo Horizonte, às 19 horas, no auditório do CC da UFMG
- Salvador, às 17 horas, no auditório da Reitoria da UFE

FONTE: MINISTÉRIO DA CULTURA

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Nem prioridades são cumpridas”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 30 de junho do corrente.

A matéria trata dos investimentos em gastos sociais durante o governo Lula e mostra que o atual governo é o que menos investiu na área, comprometendo bandeiras da campanha presidencial.

A matéria mostra, ainda, que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aplicou 42% a mais do

que o governo Lula nos seus 24 primeiros meses de mandato.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GASTOS SOCIAIS

Análise comparativa mostra que Lula é o presidente que menos investiu na área, comprometendo bandeiras de sua campanha. O antecessor FHC aplicou 42% a mais nos 24 primeiros meses de mandato

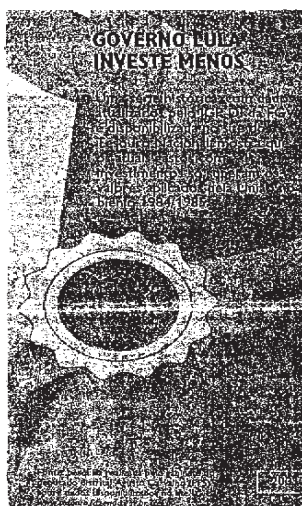
Nem prioridades são cumpridas

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva completa hoje 902 dias à frente da presidência da República, dividindo os quatro anos de governo entre os 2,5 anos que ficaram para trás e o 1,5 ainda por vir. Com mais da metade do mandato cumprido, Lula chega ao limite do tempo para mostrar qual marca deixará em sua passagem pelo Executivo, impressão fundamental na caminhada para um possível segundo mandato. Até agora, o cenário brasileiro exibe economia relativamente equilibrada, com baixa taxa de inflação, risco-Brasil em curva descendente, dólar sob controle e exportações em alta. Mas o mesmo país que apresenta bons resultados no setor econômico soma 7,6 milhões de brasileiros miseráveis e desempregados, 2,5 milhões de crianças que trabalham feito adultos, 3 milhões de jovens fora do mercado de trabalho e 23 mil quilômetros de estradas intrafegáveis.

Os números recordes de superávit primário dos últimos 30 meses mostram que o presidente Lula apertou tanto os cintos para demonstrar capacidade de manter o país com as contas equilibradas que agravou um quadro que se configurava nas últimas duas décadas: a perda da capacidade do Estado de investir. No orçamento da União, é na rubrica investimentos que está reservado o dinheiro para a construção de estradas, de hospitais, melhoria da assistência em saúde, educação, por exemplo. Realizações que se executadas a contento podem ser facilmente percebidas pela população. Mas é justamente nessa rubrica que o presidente Lula apresenta os piores resultados.

Uma série histórica dos números relativos a investimento nos últimos 20 anos mostra que o governo do presidente Lula é o que menos gastou nesse quesito. Ao analisar os dados das duas décadas passadas corrigidos pelo IGP-DI, disponíveis no próprio site do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, os últimos



dois anos e meio apresentam os menores valores de investimento se comparados a qualquer biênio (soma de dois anos) desde 1984 e 1985, quando o conjunto do que foi aplicado equivaliu, em valores atualizados, a R\$ 17,1 bilhões. Nos últimos dois anos e meio, o governo atingiu R\$ 20 bilhões em investimentos, pouco mais que no período considerado tão crítico para o país. Os dados foram pesquisados pelo gabinete do deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), que tem por rotina acompanhar os gastos do governo Lula.

“Década perdida”

Na primeira metade dos anos de 1980, a moeda era o Cruzeiro e a circunstância tão delicada que o período chegou a ser batizado de “a década perdida”, em decorrência da crise fiscal que vivia o Estado. De lá para cá, a soma de quaisquer dois anos seguidos denunciará o baixo nível de investimentos do atual governo. A conta mostra, por exemplo, que o investimento dos primeiros 24 meses do mandato presidencial de Fernan-

do Henrique Cardoso foram 42% maiores que nos últimos 2,5 anos de Lula. Se a comparação for feita com os últimos dois anos de FHC, a distorção torna-se surpreendentemente maior, com investimento no período realizado pela administração passada alcançando 90% a mais do que o gasto pelo governo petista.

Apesar da série histórica apontar uma perda de capacidade

de investir, alguns gestores acreditam no retrocesso dessa tendência. O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, é um dos que percebe uma curva ascendente na trajetória dos investimentos no país: de R\$ 1,9 bilhão em 2004 para R\$ 4 bilhões. Mas diz que isso se deve a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

DISTANTE DAS METAS

Programa	Meta	Cumprimento
Restaurar populares	95 unidades	32 unidades
Bancos de alimentos	96 unidades	19 unidades
Farmácias populares	330 unidades	39 unidades
Reforma agrária	290 mil	130 mil
Primeiro Emprego*	300 mil	23 mil (formandos em julho)
Recuperação de estradas	7 mil quilômetros	28 mil quilômetros

* Início do governo ou do funcionamento do programa até o final de 2005

** Metas de qualificação para 2005

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

Tesouras afiadas

A baixa reserva de investimento, agravada pelo alto índice de contingenciamento que bloqueou 43% dos R\$ 21,6 bilhões previstos para essa finalidade em 2005, compromete o alcance das metas sociais estabelecidas pela maioria dos ministérios. E programas ditos prioritários pelo próprio presidente Lula, como *Primeiro Emprego*, a *Farmácia Popular*, a *Reforma Agrária* e ações do *Fome Zero*

não estão nem perto de alcançar as metas estabelecidas.

Em alguns ministérios, a falta de recursos para investir em projetos sociais já se transformou em uma batalha pública, travada pelos gestores com a equipe econômica do governo. É o caso, por exemplo, da Cultura, sob o comando de Gilberto Gil. Sexta-feira, o ministro interino Juca de Oliveira definiu a situação como cenário de "indigência".

O corte drástico de R\$ 3,7 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Agrário também impede o órgão de realizar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Com um contingenciamento de quase metade dos recursos (R\$ 1,6 bilhão), a pasta só conseguiu financiar o assentamento de 12,5 mil famílias nos últimos seis meses. O compromisso estabelecido no PNRA é de chegar a 115 mil famílias as-

sentadas até o final do ano.

Mesmo o Ministério da Saúde, dono do maior orçamento da Esplanada (R\$ 40,4 bilhões), não é capaz de responder pela demanda de investimento. "Há a disposição do governo em melhorar os gastos no setor, mas isso não nos permite dizer que é o suficiente. As necessidades são maiores, sim, do que o dinheiro que temos", admite o secretário-executivo do ministério, Antônio Alves.

ENTREVISTA// PATRUS ANANIAS

"Gasto com social é investimento"

CORREIO — O ministério que o senhor dirige é um dos que está longe de cumprir as metas para construção de restaurantes populares e bancos de alimentos. Por outro lado, tem alcançado bons resultados no Bolsa-Família, programa que em termos contábeis é tido como de custeio. Há contradição nessa classificação?

PATRUS — Sim. Todos os recursos que efetivamente melhoram ou se propõem a melhorar a vida das famílias pobres devem ser considerados como investimento social. Desse modo, benefícios (transferência de renda) repassados

a famílias pobres, idosos, deficientes e crianças não poderiam ser encarados como gasto a fundo perdido. Nesse sentido, ano passado investimos 5,3 bilhões no Bolsa-Família, quando cumprimos a meta de atendimento em 6,5 milhões de bolsas. Este ano, vamos chegar a 8,7 milhões de beneficiados com recursos na ordem de R\$ 6,5 bilhões.

CORREIO — Que características dos programas de transferência de renda permitem apontá-los como investimento e não custeio?

PATRUS — A transferência de renda dá retorno do pon-

to de vista contábil. Quando o governo investe na família, evita que ela se desintegre, o que diminua a chance de expor seus integrantes à vulnerabilidade social, como a marginalidade, a falta de emprego, a prostituição. Problemas que custam caro ao Estado. Além disso, temos pesquisas que relacionam o pagamento do Bolsa-Família ao aquecimento da economia local.

CORREIO — Na lógica defendida pelo senhor e tantas vezes tornada pública pelo presidente Lula de que dinheiro aplicado no social é investimento, o conceito

ainda usado pelo próprio governo para prestar conta de seus gastos está caduco?

PATRUS — Sem dúvidas. Tenho estudado muito o tema e percebido que os estudiosos modernos criaram um novo paradigma para conceituar investimento: o de que tudo o que vai na ponta e incide na melhoria da qualidade de vida, os chamados 'gastos finalísticos' são, na verdade, investimento social, porque promovem desenvolvimento econômico. Enquanto isso, custeio é o dinheiro empregado nas atividades que permitem desenvolver as políticas públicas. É com esse conceito que eu prefiro trabalhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da última entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à **Folha de S.Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente.

Na entrevista, o ex-presidente analisa o atual cenário político e a atual crise enfrentada pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores. Para Fernando Henrique, “a razão de todo o mal foi acreditar que pela causa, pelo partido, tudo era permitido”. Além disso, comenta que “por não ser néscio nem ingênuo, o Pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem que ele sabia”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República

PODER: O maior mal do poder é o poder absoluto, existente de fato ou na imaginação dos poderosos

AMBIÇÃO: O PT sempre teve o sonho da hegemonia, que se transforma facilmente em busca do monopólio de poder

SONHO: Hoje estamos todos, mesmo os que não tinham ilusão, desiludidos com o grau de desmoralização de tudo

‘É difícil superar esta crise, ela atingiu o coração do governo’

Para Fernando Henrique, Lula não agiu com rapidez, afastando os suspeitos, e agora é tarde demais

Mariângela Hamu

Por ter atingido o coração do governo, a crise política não será facilmente superada. A razão de todo o mal foi acreditar que pela causa, pelo partido, tudo era permitido. O PT é um partido autoritário, de tendência absolutista e levemente bolchevique, vítima do seu próprio sucesso. E alguns intelectuais deveriam deixar o “silêncio obsequioso” em que vivem para defender a democracia, que é a alternância do poder.

Por não ser néscio nem ingênuo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem que ele sabia, mas será melhor para o País que ele permaneça no governo até o último dia do seu mandato. A menos que fatos comprometedores sejam descobertos. Se assim for, “paciência, a Constituição deverá ser cumprida”.

Estas são algumas das principais conclusões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 74 anos, ao analisar o cenário político e a crise que há quase três meses assombra o Brasil. Na sala de seu confortável apartamento no bairro de Higienópolis, em São Paulo, entre quadros de Joan Miró, Cândido Portinari, Salvador Dalí e Renoir, ele concedeu esta entrevista ao **Estado**:

Qual é o tamanho desta crise?
Não sei de crise tão extensa quanto esta em toda a história republicana. O presidente Lula tem sido poupado, o que a torna diferente das grandes crises anteriores, como a do Getúlio Vargas ou a do (Fernando) Collor. Mas o número de pessoas envol-

CORRUPÇÃO

“O grave no caso atual é que há elementos novos na corrupção: ela se organizou em uma rede que tem apoio em uma visão política do segmento até agora dominante no PT. Como o partido está no

governo, isso ampliou as possibilidades do uso de dinheiro não só para fins privados, mas também para a manutenção e expansão do poder. De endêmica a corrupção estava passando a sistêmica”

vidas, a abrangência de órgãos públicos, a participação direta da cúpula do partido em manobras escusas e as conexões com bancos privados são inéditos.

Como superá-la?
Por sua própria extensão esta crise tornou-se de difícil superação. Como atingiu o coração do

“Me lembra o Jânio. O Jânio caiu quando não havia crise nenhuma”

governo e do partido reinante, a primeira condição para escarpá-la seria o presidente assumir que não navega em mar de almirante. Requereria, há tempos, ação rápida, afastando os suspeitos – o que não fez. A esta altura, creio que é tarde: houve quebra de confiança no próprio presidente. Tudo vai depender de se encontrarem ou não mais

fatos comprometedores. Mesmo sem eles, a opinião pública espera a punição dos parlamentares envolvidos nos escândalos e dos pagadores de propina. Ninguém mais acredita na versão “dinheiro de campanha”.

A crise se dá em momento de relativa tranquilidade. Por quê?

Tranquilidade econômica, social, externa, não tem nada atrapalhando. Nesse aspecto, isso me lembra o Jânio. O Jânio caiu quando não havia crise nenhuma. Caiu por intrigas palacianas e por ele próprio. É que as pessoas têm uma visão economicista. Achem que vão ganhar a eleição porque a economia vai bem. É bem mais complicado que isso. Há o fator político e política implica legitimidade, capacidade de abrir horizontes, respeitabilidade... Essa crise é do PT e do governo. Criaram uma situação de descrédito no permitir a utilização de meios ilícitos para financiamento. Isso é muito grave.

O presidente Lula disse que não repetirá Vargas, João Goulart ou Jânio Quadros. Será como Juscelino, paciente. Acha que ele conseguirá?
Essas comparações são descabidas. Como críticas a pessoas que tiveram fins tão trágicos é muito triste. É sinal de que ele anda pensando nessas coisas.

O sociólogo e ex-petista Francisco de Oliveira diz que o PT foi dominado por “gângues”, que o presidente Lula sabia de tudo e está na hora de os intelectuais deixarem de ser complacentes com Lula. Concorda?

Concordo inteiramente. Vários desses intelectuais me atacaram tanto e agora calam em silêncio obsequioso? E quando vão falar, fazem como a (filósofa) Marilena Chauí, que cometeu duas impropriedades. Primeiro falou em “artimanhas do PSDB” na questão da economia, como se a realidade não tivesse mudado. Segundo, disse que o erro foram as alianças. Ora, quem fez a corrupção não foram os aliados, eles foram cor-

LUZ

“Cada vez que eu o ouço dizendo uma platitudo com ar feliz, ou descobrindo a pólvora com ar auto-suficiente, dizendo “esta é a primeira vez na história deste país que...”, penso com meus botões: falta

quem o advirta, quem o ajude a comparar para ver que, por mais que faça, não dá para refazer o Brasil em dois anos. Ou é ingenuidade ou pretensão. Nos dois casos, não é postura de um presidente”

rompidos. Não dá para fugir desta questão: o problema foi provocado pelo PT. O que ela falou não tem sentido. Era melhor ter ficado calada. Alguns intelectuais se especializaram em dar opinião sobre matérias que não dominam. Falam, com a autoridade de que dispõem na sua área, de assuntos que não conhecem. Não gosto disso.

Olhando um pouco adiante, o que o senhor consegue ver?

Vejo nuvens carregadas. O sistema político que se estava formando baseava-se em dois partidos eventualmente capazes de construir pólos de poder e governabilidade. O futuro desse arranjo vai depender da crise do PT, que é grande. Será que ele ainda aglutinará o que aqui se chama de "esquerda" ou sua desmoralização afastará do partido estes segmentos? Neste caso, o PSDB poderá recolher parte do eleitorado desiludido?

O Brasil parece sofrer de corrupção crônica-endêmica. O que fazer?

A corrupção foi endêmica no passado em muitas democracias avançadas. Até hoje há restos dela em alguns países. Com o tempo, com punições e rigores legais, a corrupção diminui, embora seja difícil acabar com ela totalmente. O grave no caso atual é que há elementos novos na corrupção: ela se organizou em uma rede que tem apoio em uma visão política do segmento até agora dominante no PT. Como o PT está no governo, isso ampliou as possibilidades do uso de dinheiro também para manutenção e expansão do poder. De endêmica a corrupção estava passando a sistêmica.

O presidente Lula disse que um presidente não sabe de tudo o que acontece. Concorda com ele?

É verdade que um presidente nem sempre sabe de tudo. O

País é grande, a máquina pública também. Mas o presidente lê jornais, vê TV. E conta com assessores especialmente para informá-lo sobre o que ocorre, além de seus interlocutores políticos. Assim, mesmo sem saber dos detalhes, sabe o rumo das coisas. As pessoas falam muito com os presidentes. O presidente deve saber ouvir, jogar fora a intriga e usar a boa informação. Para isso precisa ser autoconfiante, ouvir as críticas sem inibi-las e não acreditar que sabe tudo ou que está sempre certo.

Alguém tem coragem de dizer ao presidente: "Cuidado, estão roubando... é preciso fazer alguma coisa"? Pergunte à Ana Tavares (*secretária de Imprensa nos dois mandatos de FHC*) ou ao Clóvis Carvalho (*chefe da Casa Civil*) se eles teriam ou não coragem de me dizer que alguém estaria roubando. Estou certo de que a resposta será positiva.

Qual é o antídoto mais eficaz contra os males do poder?

Faz muito tempo que os fundadores da democracia americana – para não falar de Montesquieu – pregavam os "pesos e contrapesos" como partes fundamentais da democracia. O maior mal do poder é o poder absoluto, existente de fato ou na imaginação dos poderosos. O PT sempre teve o sonho da hegemonia, que se transforma facilmente em busca do monopólio de poder. Não é de estranhar que o presidente acabasse por acreditar nisso. Cada vez que eu ouço dizendo uma platitudes com ar feliz, ou descobrindo a pólvora com ar auto-suficiente, dizendo "esta é a primeira vez na história deste país que...", penso com meus botões: falta quem o advirte, quem conheça um pouco de história, quem o ajude a comparar para

ver que por mais que faça não dá para refazer o Brasil em dois anos. Ou é ingenuidade ou pretensão. Nos dois casos, não é postura de um presidente.

Quais são os riscos de desconexão de um presidente com a realidade, quando é muito grande o fascínio pelo poder e pelas delícias que o poder proporciona?

Se o presidente não tem convicções sólidas, se não percebe que as chamadas "delícias do poder", que não são tantas assim, passam, se ele se deixa levar pela vaidade boba – há as que não são bobas – se ele se acostumar com um séquito de bajuladores, acaba desligado da vida real. É preciso que um presidente entenda quem tenha a franqueza para chamar-lhe a atenção cada vez que entre em devaneios de plenipotência.

Acha que o presidente Lula sabia?

Não posso dizer que o presidente sabia tudo, mas como não o considero néscio nem ingênuo, de um modo geral tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem quem ele sabia.

O impeachment desapareceu dos discursos. Lula é inocente ou a oposição acha mais fácil esperar 2006? Nem uma coisa nem outra. Já disse que de algo ele sabia. Mas saber não é suficiente para incriminar alguém: não há evidências de sua participação nos casos apontados. Impeachment é decisão política muito séria. Precisamos pensar em suas consequências para o Brasil e para o jogo político futuro, inclusive eleitoral. Entretanto, se aparecem dados que mostrem a responsabilidade presidencial direta, gostemos ou não e sejam quais venham a ser as consequências políticas, há que respeitar a Constituição.

E a economia, agüenta até quando?

Se houver fatos novos e graves, que em torço para que não aconteçam, certamente haverá flutuações no mercado acionário e nos diversos títulos. Mas a chamada economia real e as contas do País estão em bom estado, sem falar na economia mundial que registra dados positivos como não se via há 40 anos.

O seu governo praticou uma política de juros altíssimos, mantida com perfeição e esmero pelo atual governo. Se fosse presidente outra vez, mudaria alguma coisa?

As taxas de juros durante meu governo chegaram a superar as atuais, mas em circunstâncias diferentes e específicas: havia ataques especulativos ao real. Neste momento isso não ocorre. Mesmo quando no primeiro mandato a desvalorização da taxa de câmbio era pequena e os juros foram puxados para cima para manter o fluxo de entrada de dólares, havia uma razão para manter os juros elevados: a memória inflacionária era curta e não se tinha o equilíbrio fiscal mínimo desejável. Neste governo, com boas condições econômicas no mundo e domésticas, depois da manutenção das mudanças que introduzimos, as taxas de juros foram para as nuvens e continuam nelas pela síndrome da luta contra a inflação. Há exagero. Se eu tivesse força decisória, procuraria reverter, com cuidado, tal situação.

A economia do País resistiria a uma mudança brusca no cenário externo?

Acho que os colchões protetores da nossa economia estão muito mais fortes do que no passado. Um refluxo traria consequências nas exportações e eventualmente poderia reduzir os investimentos, mas não acredito que isso desorganize a economia de forma dramática. ●

'PT não tem mais condições de governar'

Para ex-presidente, desilusão no partido e na sociedade foi grande e agora 'ninguém mais acredita, nem eles próprios'

Ainda acha que o PT será o maior inimigo do presidente Lula nas próximas eleições?

Acho que o PT será o grande inimigo do presidente Lula em 2006. O PT não fez a revisão crítica de seu programa – a autocrítica tão falada por eles – e, principalmente, de seus métodos. A superposição entre partido e governo e, agora, as evidências de que o projeto de poder do partido induz a utilizar o Estado para obter recursos e usá-los para fins privados do partido distorcem a democracia.

O prefeito José Serra disse que esta crise foi produzida pela sede com que o "neopatrimonialismo sindicalista-bolchevique, sem nenhuma utopia de igualdade" tentou tomar de assalto o Estado. O sr. concorda? O PT nunca foi um partido homogêneo. Mas ele tinha a vantagem de ter nascido de maneira nova, a partir das lutas dos trabalhadores. Era mais um movimento que foi se congregando ao redor da imagem de Lula. Nesses anos, houve uma espécie de consolidação de uma estrutura de inspiração burocrática e vagamente bolchevique que se somou ao corporativismo da sociedade brasileira, dos sindicatos, das corporações de funcionários públicos. Isso matou o que tinha de novo no partido. Com o tempo, descobriram que o caminho é eleitoral. Quando se somou essa tendência burocrático-sindical com vontade de ganhar eleição, eles montaram uma máquina. O PT acabou vítima do próprio sucesso. Deram ao partido um cunho de empresa. Nesse sentido, é menos bolchevique e mais um partido americano: tem o jogo eleitoral e tem o jogo dos recursos.

Que tipo de empresa?

Uma empresa sui generis, porque ela não gera recursos e precisa de dinheiro. Foi o começo da perdição. Virou uma máquina muito grande. Se fosse só bolchevique, repousava na militância. Como ele virou uma empresa, passou a repousar em profissionais e isso requer recursos. Os recursos começaram a vir, pelo que se vê pelos jornais, pelas áreas de atuação municipal onde tinham poder: ônibus, lixo e depois jogo, o que para mim foi uma surpresa. Começou por aí e depois foi para o governo central, entraram nos bancos. Tudo isso é distorção, é uma coisa patológica. Por isso digo que



"Acho que para o Brasil será muito ruim se Lula não terminar o mandato. Mas faço uma ressalva: se acontecer alguma coisa, paciência"

"Eu nunca tive ilusões, achava o PT anacrônico. De qualquer maneira eu achava interessante um partido que nasceu da luta dos trabalhadores"

"Aí está a falência dos intelectuais: é quando não denunciam que isto está errado. Falta coragem para defender a democracia"

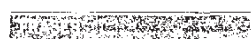
não foi exatamente bolchevique, porque os bolcheviques tinham um ideal e fizeram uma revolução.

OPT destruiu muitas ilusões?

Isso tudo gerou uma desilusão curiosa, de quem nunca havia se iludido. Eu não quis entrar no PT no começo porque discordava do conteúdo de classe que eles queriam dar – partido dos trabalhadores. Ora, o futuro é dos assalariados, não dos trabalhadores. A ideia de proletariado é do século passado, não é daí que sai o futuro. Discordava também da política de alianças. Ali já havia a tendência à hegemonia. Numa sociedade social e regionalmente desigual como a nossa é preciso estabelecer um sistema de alianças. Nunca

'Não quis entrar no PT porque discordava do conteúdo de classe que eles queriam dar'

tive ilusões, eu achava o PT anacrônico. De qualquer maneira, eu achava interessante um partido que nasceu da luta dos trabalhadores, de certa confluência entre Igreja, intelectuais e trabalhadores, uma força renovadora. Hoje estamos todos, mesmo os que não tinham ilusão, desiludidos com o grau de



"O que leva ao desastre é achar que pela causa, pelo partido, tudo pode. Foi o que ficou da visão transformadora e revolucionária: a casca. É o poder pelo poder"

"O PT acabou vítima do próprio sucesso. Deram ao PT um cunho de empresa, que não gera recursos e precisa de dinheiro. Foi o começo da perdição"

"O Serra é um excelente nome. Ninguém quer mais do que o Serra. Ele está preparado até mais que eu, porque quer mais que eu"

desmoralização de tudo. O respeito é essencial. O PT hoje não tem mais condições de governar no sentido mais profundo. Ninguém acredita mais, nem eles próprios.

Acha, como Serra, que o PT viveu o sonho do controle absoluto de todos os mecanismos de poder?

Ele tem uma tendência absolutista, sem dúvida. Ficou a ideia do partido redentor da humanidade. Como ele é redentor, ele sozinho toma conta do Estado e muda a sociedade. Isso é a origem de tudo. O que leva ao desastre é achar que pela causa, pelo partido, tudo pode. Foi isso que ficou daquela visão transformadora e revolucionária: apenas a casca. Hoje, é o poder pelo poder. Eu não aceito isso nem para fazer a revolução. No fundo, você está expropriando um banco. Há um pouco de complacência: como é pela causa, pode. O problema é que em geral sobra para o bolso alguma coisinha. Essa racionalização quebra os limites da lei. Como você tem compromisso com o povo, acha que está certo. É como o Lula: eu fiz tudo, eu sou o melhor. Ora, isso é totalitarismo, é fundamentalismo. Isso tem de ser combatido pelos intelectuais. Aí é que está a falência dos intelectuais: é quando não denunciam que isto está errado. No fundo, está faltando coragem para defender a democra-

cia, que é o pluralismo, a alternância no poder. Você não tem o conhecimento absoluto, você tem de seguir certas regras.

O que vai sobrar de tudo isso?

O que vai sobrar é muito preocupante. Se essa desilusão for muito grande, quem vai polarizar certo tipo de descontentamento que existe na sociedade – e a sociedade é realmente injusta, o sistema capitalista não é igualitário, ele não permite que se resolvam rapidamente as questões, nem mesmo as mais dramáticas, de desigualdade e de pobreza absoluta?

E do PT?

Não sei se vão mudar. Será que vão acreditar nos valores da cultura democrática? Isso implica saber que você não é o dono do mundo. O meu medo, com tudo isso, é a demagogia populista.

Acha que o presidente Lula termina o mandato?

Acho que para o Brasil será muito ruim se ele não terminar o mandato. Mas faço a ressalva: se acontecer alguma coisa, paciência. A Constituição deve ser cumprida. Vou torcer para que isso não aconteça.

Como o PSDB pretende reconquistar a Presidência da República?

Quem for para o governo, primeiro não pode mentir. Não poderá prometer o que não puder

cumprir. Não poderá prometer que vai resolver a vida de todos, gerar empregos rapidamente, porque não vai. É difícil dizer isso, mas tem de dizer. Se as pessoas perceberem que você tem rumo, ficam motivadas. É preciso desarmar a armadilha da inflação, juros altos e crescimen-

‘Eles têm tendência absolutista. Ficou a idéia do partido redentor da humanidade’

to baixo. É preciso ter coragem para juntar gente com competência e marcar um rumo, como fizemos no Real.

Qual será o maior inimigo do PSDB nessa empreitada?

O maior inimigo seria interno: não entendermos o momento. Ele requer unidade dos líderes e nova visão dos propósitos de

um governo tucano. O Brasil precisa de ênfase no social, mas com competência, articulações do governo com a sociedade civil, e de políticas de crescimento econômico que não olhem no retrovisor. Chegou a hora de desatar, como fizemos com a inflação, os nós que nos prendem às altas taxas de juros e ao baixo crescimento para manter a estabilidade. Isso pode ser feito sem agressões a contratos e ao mercado, mas requer audácia e conhecimento da microeconomia. É pena que o governo atual tenha desperdiçado a chance de assegurar o desenvolvimento auto-sustentado do qual estamos e estamos perto.

Desenha-se uma luta renhida entre candidatos do PSDB à Presidência: os governadores Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), o prefeito José Serra e, dizem, o senhor. Essa briga não compromete o projeto de volta ao poder?

Se houver briga, sim. Mas não creio que seja necessário. Temos recurso de liderança para evitá-la. Eu tenho insistido em que não está nos meus projetos candidatar-me à Presidência ou a qualquer outro cargo. Mas está neles ajudar o partido a posicionar-se para as eleições. Ainda é cedo para saber se realmente seremos beneficiários da virada da opinião pública e quais serão os candidatos, dos outros partidos e do PSDB. Isso, com a crise, se postergou para o início do próximo ano.

Pesquisas indicam que hoje Serra é o que tem melhores condições para enfrentar Lula. Será o candidato?

O Serra é um excelente nome. Ninguém quer mais do que o Serra. Ele está preparado até mais que eu, porque quer mais que eu. Conhece a máquina, é ótimo administrador. E aprendeu com a derrota, foi para Princeton estudar, não ficou lamentando ou rancoroso. Mas o Alck-

min tem plenas condições de disputar, assim como o Aécio. Eles são ótimos administradores e políticos. O PSDB tem grandes nomes, ainda é cedo para decidirmos.

O senhor tem dito que não é candidato em 2006. Isso pode mudar?

Já disse que não sou candidato. Não juro porque, embora seja meu firme propósito e não veja quem esteja disposto a me pressionar para ser candidato, a política dá muitas voltas e, com possibilidade cerca de zero, as coisas podem tomar um rumo que não desejo. Mas não tome meus cuidados e minha franqueza como se fossem uma forma de “deixar a porta aberta”.

Em quais circunstâncias o senhor voltaria a disputar uma eleição?

Só se não houvesse no meu partido quem pudesse concorrer com chances, o que não é o caso. ■ M.H.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 43 minutos.)

(OS Nº 16190/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Dalcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

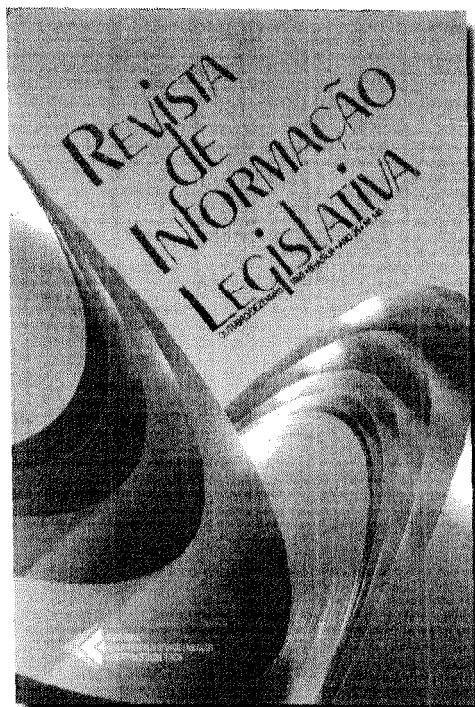
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS